



JOSÉ DE MELLO · SAÚDE

RELATÓRIO DE
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

2016

01 RELATÓRIO DE GESTÃO

02 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

03 INFORMAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL

| | | |
|------|---|----|
| 3.1. | Demonstrações Financeiras Individuais a 31 de dezembro de 2016 | 18 |
| 3.2. | Notas às Demonstrações Financeiras Individuais a 31 de dezembro de 2016 | 26 |
| 3.3. | Certificação Legal de Contas | 71 |
| 3.4. | Relatório e Parecer do Conselho Fiscal para 2016 | 75 |

04 INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

| | | |
|------|--|-----|
| 4.1. | Demonstrações Financeiras Consolidadas a 31 de dezembro de 2016 | 80 |
| 4.2. | Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas a 31 de dezembro de 2016 | 88 |
| 4.3. | Declaração de Conformidade do Conselho de Administração | 161 |
| 4.4. | Informação sobre a estrutura acionista, organização e governo da sociedade | 162 |
| 4.5. | Certificação Legal de Contas | 167 |
| 4.6. | Relatório e Parecer do Conselho Fiscal para 2016 | 173 |
| 4.7. | Declaração de Conformidade do Conselho Fiscal | 175 |



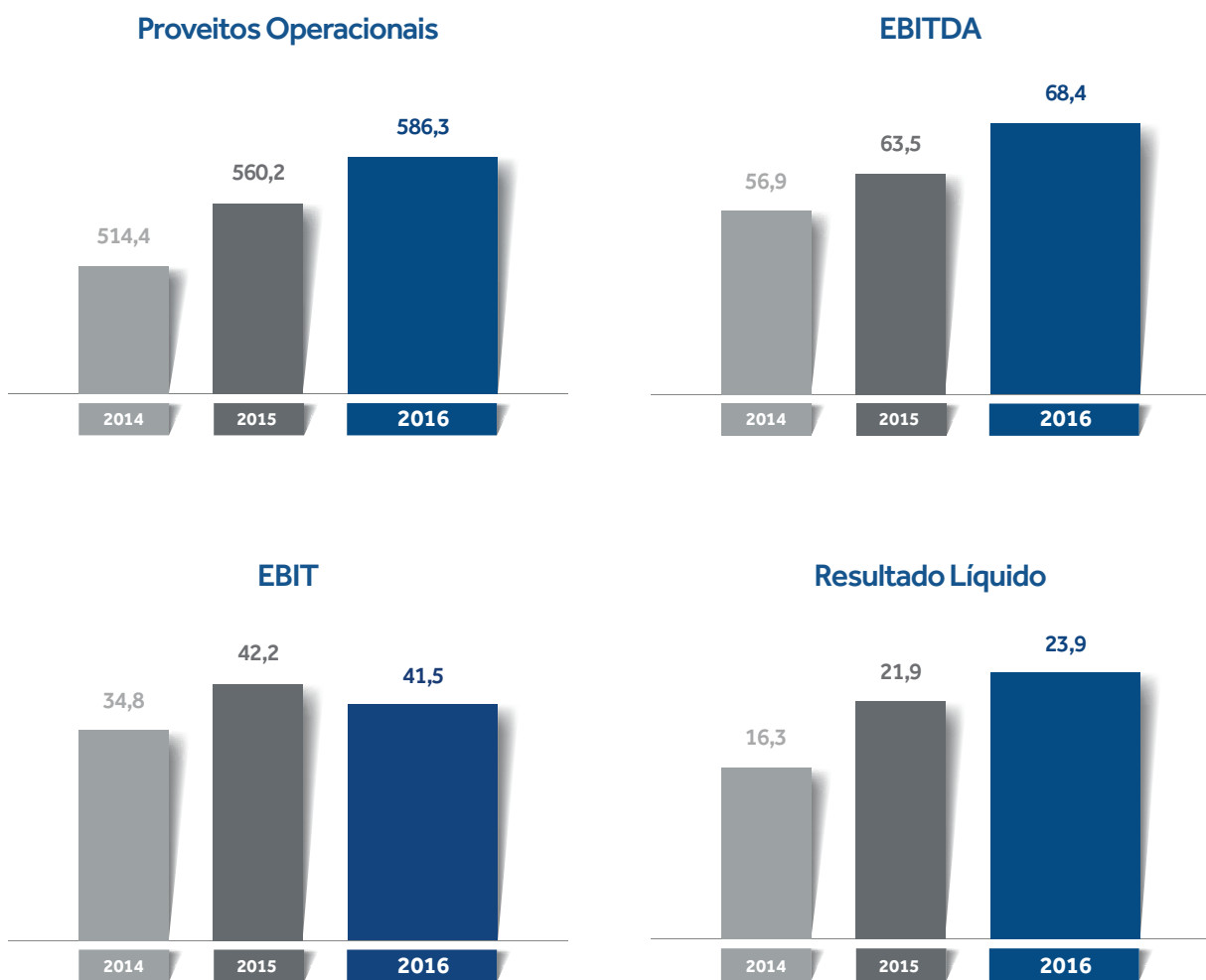
JOSÉ DE MELLO · SAÚDE



RELATÓRIO
DE GESTÃO

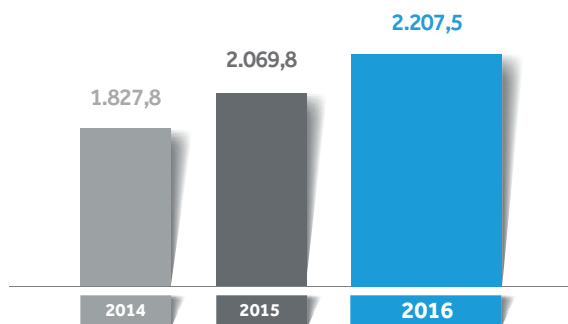
Este documento é parte integrante do Relatório Integrado 2016 da José de Mello Saúde.

Indicadores financeiros (em M€)

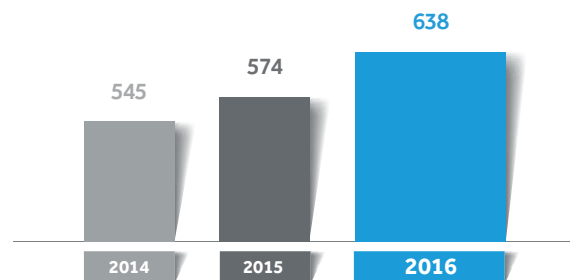


Indicadores assistenciais (milhares)

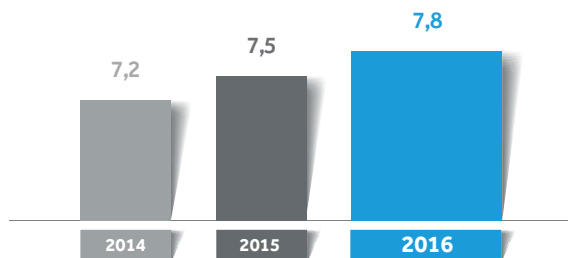
Consultas



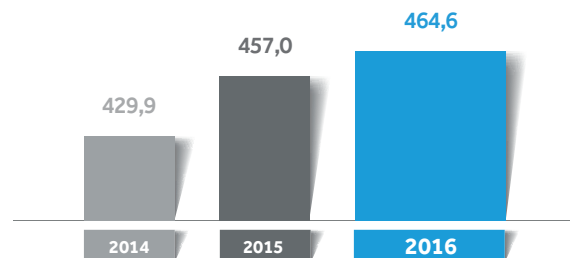
Urgências



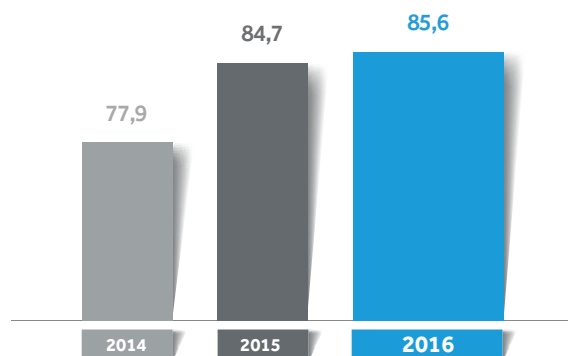
Partos



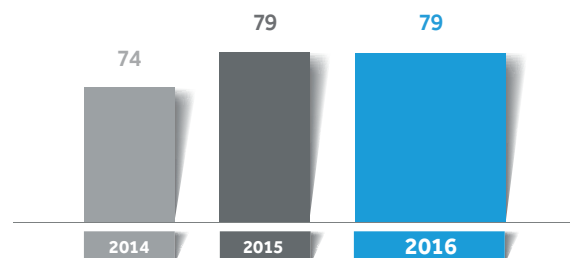
Dias de Internamento



Doentes Operados



Doentes Saídos



Sumário Executivo

O ano de 2016 caracterizou-se por um forte desempenho operacional e financeiro da José de Mello Saúde com destaque para os seguintes factos:

- Os proveitos operacionais atingiram um valor de 586,3 milhões de euros, um crescimento de 4,7% em relação a 2015;
- O EBITDA foi de 68,4 milhões de euros, um crescimento de 7,7% em relação a 2015, resultado do crescimento da atividade assistencial e da melhoria da eficiência operacional que permitiu incrementar a margem EBITDA global para 11,7%;
- O EBITDA da atividade privada cresceu para 57 milhões de euros, com uma margem EBITDA de 15,2%, na sequência de um significativo esforço de controlo de custos em todas as áreas assistenciais;
- Nas PPP, apesar do crescimento nos proveitos operacionais, o EBITDA diminuiu 5 milhões, para um valor de 10 milhões de euros. A margem EBITDA foi de 4,3%, uma diminuição de 2,9p.p.;
- O resultado líquido consolidado foi de 23,9 milhões de euros, um crescimento de 9,2% em relação a 2015;
- O investimento consolidado da José de Mello Saúde foi de 42,1 milhões de euros;
- A 31 de dezembro de 2016 a dívida líquida financeira¹ situava-se em 154,9 milhões de euros, resultando num rácio de dívida líquida sobre EBITDA de 2,27 vezes.

Desempenho Operacional

Em 2016, a José de Mello Saúde manteve um crescimento sustentado da sua atividade assistencial nas diferentes áreas de atuação. Foram registadas mais de 2,2 milhões de consultas (aumento de 6,7% face a 2015) e operados cerca de 86 mil doentes (+1,0% que no homólogo), tendo-se registado aproximadamente 638 mil urgências (+11,2% que no ano anterior). Os partos realizados nas unidades da José de Mello Saúde, continuaram a aumentar, tendo sido este aumento de 3,3% relativamente ao ano anterior.

Indicadores assistenciais da José de Mello Saúde

| (milhares) | 2015 | 2016 | Variação % |
|-----------------------------|---------|---------|------------|
| Consultas | 2.069,8 | 2.207,5 | 6,7% |
| Urgências | 573,5 | 637,8 | 11,2% |
| Doentes Operados | 84,7 | 85,6 | 1,0% |
| Doentes Saídos | 78,7 | 79,0 | 0,4% |
| Dias de Internamento | 457,0 | 464,6 | 1,7% |
| Partos | 7,5 | 7,8 | 3,3% |

Não inclui Doentes Saídos das UCIP

¹Considera Dívida Financeira Bruta deduzida de Caixa e Equivalentes e Outros Instrumentos Financeiros

Resultados Consolidados

No ano 2016, os proveitos operacionais da José de Mello Saúde atingiram os 586,3 milhões de euros, mais 4,7% do que no período homólogo de 2015, na sequência do bom desempenho em todas as áreas de atuação da atividade assistencial. Os custos operacionais foram de 517,9 milhões de euros, mais 4,3% do que no ano anterior, na sequência do aumento de 2,7% do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e de 7,1% do custo com fornecimento e serviços externos.

Fruto deste crescimento nos proveitos operacionais e de melhorias ao nível da eficiência operacional, sobretudo no sector privado, o EBITDA cresceu, face a 2015, 7,7% para 68,4 milhões de euros. Contudo, o EBIT registou uma diminuição de 640 mil euros em relação a 2015, para 41,5 milhões de euros, devido ao incremento no valor de amortizações e provisões.

Demonstração dos Resultados

| (Milhões de Euros) | 2015 | 2016 | Var. | Var. % |
|---|---------------|---------------|--------------|---------------|
| Proveitos Operacionais | 560,2 | 586,3 | 26,1 | 4,7% |
| Custos Operacionais | (496,7) | (517,9) | (21,2) | -4,3% |
| EBITDAR | 74,6 | 79,4 | 4,8 | 6,5% |
| Margem EBITDAR | 13,3% | 13,5% | 0,2% | 1,8% |
| EBITDA | 63,5 | 68,4 | 4,9 | 7,7% |
| Margem EBITDA | 11,3% | 11,7% | 0,3% | 2,9% |
| Amortizações e Provisões | (21,3) | (26,8) | (5,5) | -25,9% |
| EBIT | 42,2 | 41,5 | -0,6 | -1,5% |
| Margem EBIT | 7,5% | 7,1% | -0,4% | -5,9% |
| Resultados Financeiros | (10,4) | (8,9) | 1,6 | 14,9% |
| EBT | 31,7 | 32,6 | 0,9 | 2,9% |
| Impostos | (9,5) | (8,4) | 1,1 | 11,2% |
| Resultado Líquido | 22,2 | 24,2 | 2,0 | 8,9% |
| Resultado Líquido atribuível aos interesses que não controlam | 0,3 | 0,3 | (0,0) | -14,0% |
| Resultado líquido atribuível aos acionistas da José de Mello Saúde | 21,9 | 23,9 | 2,0 | 9,2% |

Resultados Financeiros

| (Milhões de Euros) | 2015 | 2016 | Varição % |
|--|---------------|--------------|--------------|
| Resultados Financeiros Consolidados | (10,4) | (8,9) | 14,9% |
| Proveitos Financeiros | 1,0 | 0,5 | -48,3% |
| Proveitos/ Custos relativos Ativos Financeiros | 0,2 | 0,7 | 190,9% |
| Custos Financeiros | (11,7) | (10,1) | 13,7% |

Em 2016, os resultados financeiros foram negativos em 8,9 milhões de euros (uma melhoria de 1,5 milhões face a 2015), em virtude das significativas poupanças obtidas durante o ano ao nível das comissões bancárias e juros pagos, refletindo a redução do spread médio da dívida da José de Mello Saúde.

Desta forma, o resultado líquido da José de Mello Saúde atingiu os 23,9 milhões de euros, um aumento anual de 2,0 milhões de euros (+9,2%).

Investimento

O investimento consolidado foi de 42,1 milhões de euros dividido entre investimento recorrente de 12 milhões de euros (face a 11,2 milhões de euros em 2015) e investimento de expansão de 30,1 milhões de euros (face a 27,5 milhões de euros em 2015). O de expansão inclui a aquisição dos imóveis e respetivas obras de duas novas clínicas (Almada e São João da Madeira) bem como as obras da expansão do Hospital **CUF** Descobertas e do novo Hospital **CUF** Tejo.

Investimento Recorrente

| | 2015 | 2016 |
|----------------------------|------|------|
| CLUSTER Descobertas | 4,7 | 4,9 |
| CLUSTER Tejo | 2,1 | 3,3 |
| CLUSTER Norte | 1,9 | 1,5 |
| PPP's | 2,6 | 2,2 |
| | 11,3 | 12,0 |

Investimento de Expansão

| | 2015 | 2016 |
|----------------------------|------|------|
| CLUSTER Descobertas | 6,0 | 4,8 |
| CLUSTER Tejo | 19,1 | 18,0 |
| CLUSTER Norte | 0,5 | 7,3 |
| PPP's | 2,0 | 0,0 |
| | 27,5 | 30,1 |

Situação Financeira

Ativo Fixo e Corrente

| Milhões de Euros | 2015 | 2016 | Var. |
|---|--------------|--------------|-------------|
| Ativo Fixo | 226,5 | 252,5 | 26,0 |
| Goodwill | 32,8 | 33,4 | 0,6 |
| Intangível | 11,4 | 12,9 | 1,4 |
| Tangível | 167,0 | 189,8 | 22,8 |
| Propriedades de Investimento | 0,1 | 0,0 | -0,1 |
| Investimento em Associadas | 3,3 | 0,2 | -3,1 |
| Outros Investimentos | 0,3 | 0,5 | 0,2 |
| Outros Ativos MLP | 8,3 | 8,3 | 0,0 |
| Impostos Diferidos Ativos | 3,2 | 4,3 | 1,1 |
| Ativos detidos para venda | 0,1 | 3,2 | 3,1 |
| Ativo Corrente | 252,3 | 250,4 | -1,9 |
| Existências | 8,9 | 11,3 | 2,3 |
| Clientes | 87,7 | 95,4 | 7,7 |
| Outros Devedores e Credores | 10,6 | 5,1 | -5,5 |
| Estado | 7,3 | 13,5 | 6,2 |
| Caixa e Equivalentes | 83,5 | 16,1 | -67,4 |
| Outros Instrumentos Financeiros | 0,0 | 48,7 | 48,7 |
| Outros Ativos Correntes e Não Correntes | 54,3 | 60,4 | 6,2 |
| Ativo Total | 478,8 | 502,9 | 24,1 |

Capital Financeiro

| Milhões de Euros | 2015 | 2016 | Var. |
|---|--------------|--------------|-------------|
| Capital Próprio | 81,3 | 81,7 | 0,4 |
| Capital + Prestações Acessórias | 67,4 | 53,0 | -14,4 |
| Resultados Transitados + Reservas | -11,7 | 12,2 | 23,9 |
| Resultado Líquido | 21,9 | 23,9 | 2,0 |
| Dividendos Antecipados | 0,0 | -11,4 | -11,4 |
| Interesses Minoritários | 3,7 | 4,0 | 0,3 |
| Passivo Financeiro | 212,1 | 219,6 | 7,5 |
| Empréstimos | 142,7 | 150,0 | 7,3 |
| Leasings | 69,4 | 69,6 | 0,2 |
| Passivo Não Financeiro | 185,4 | 201,6 | 16,2 |
| Fundo de Pensões | 1,8 | 1,5 | -0,3 |
| Provisões | 13,0 | 14,0 | 1,0 |
| Fornecedores | 86,2 | 87,5 | 1,4 |
| Outros Devedores e Credores | 7,3 | 8,5 | 1,3 |
| Estado | 18,6 | 19,3 | 0,6 |
| Impostos Diferidos Passivos | 0,0 | 2,9 | 2,9 |
| Outros Passivos Correntes e Não Correntes | 58,6 | 67,9 | 9,3 |
| Passivo Total | 397,5 | 421,2 | 23,7 |
| Passivo + CP | 478,8 | 502,9 | 24,1 |

O ativo total aumentou 24,1 milhões de euros face ao final de 2015, atingindo os 502,9 milhões de euros no final de 2016, o que se ficou a dever em grande medida ao incremento no ativo fixo tangível, fruto das diversas obras de expansão e da aquisição dos imóveis das novas clínicas de Almada e São João da Madeira.

Após distribuição de dividendos antecipados de 11,4 milhões de euros, a José de Mello Saúde fechou o ano com um aumento do capital próprio de cerca de 0,4 milhões de euros. A 31 de dezembro de 2016, a dívida líquida financeira² situava-se em 154,9 milhões de euros, mais 26,3 milhões de euros face ao final do ano anterior,

refletindo o investimento em novas unidades realizado em 2016.

²Considera Dívida Financeira Bruta deduzida de Caixa e Equivalentes e Outros Instrumentos Financeiros

Sustentabilidade Financeira

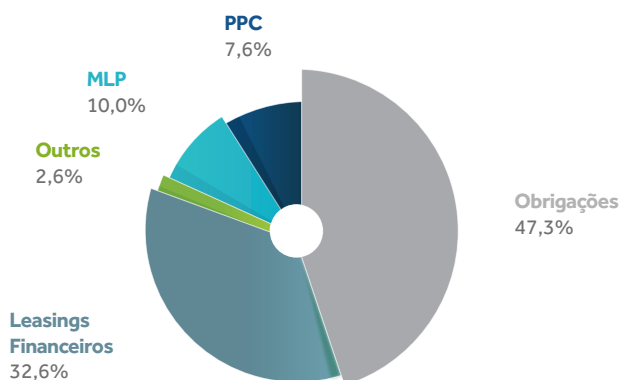
A José de Mello Saúde definiu como um dos seus eixos estratégicos o desenvolvimento de uma política de sustentabilidade financeira e de uma estrutura de capital sólida e adequada à sua estratégia de crescimento. Esta política tem passado, nos últimos anos, por uma gestão ativa do seu perfil de dívida, quer no que concerne à diversificação das fontes de financiamento, quer no que respeita ao prolongamento dos prazos de maturidade da mesma.

Fruto desta política e da sua posição financeira sólida, a José de Mello Saúde tem sido capaz de aceder a meios de financiamento variados, tendo terminado o ano de 2016 com um perfil de dívida financeira diversificado, com apenas cerca de 10% da dívida em financiamentos bancários tradicionais.

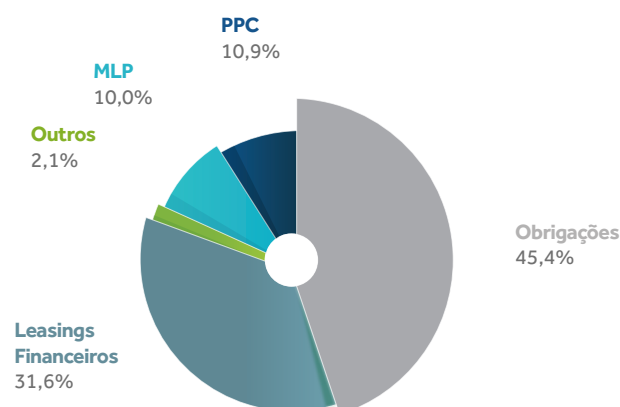
Apesar da relativa volatilidade no mercado financeiro nacional, a evolução da dívida da José de Mello Saúde permitiu a redução do spread médio em 0,3 p.p. para 3,18%, permitindo uma poupança relevante em termos de custos financeiros.

Perfil da dívida financeira da José de Mello Saúde

2015



2016



Indicadores Chave da Dívida da José de Mello Saúde

| (Milhões de Euros) | 2015 | 2016 |
|--|-------|-------|
| Dívida Financeira Bruta | 212,1 | 219,6 |
| Dívida Financeira Líquida¹ | 128,6 | 154,9 |
| Maturidade Média (anos)² | 3,8 | 3,0 |
| Spread Médio | 3,46% | 3,18% |

¹Considera Dívida Financeira Bruta deduzida da Caixa e Equivalentes e Outros Instrumentos Financeiros

²Excluindo leasings

Principais Rácios Financeiros

Apesar de um exercício muito robusto em termos financeiros a evolução dos rácios traduz o esforço de investimento em novas unidades realizado durante o ano. Pelo mesmo motivo, e mesmo considerando o incremento do EBITDA, verifica-se um crescimento do rácio de Dívida Líquida/EBITDA para 2,27x.

Por outro lado, o rácio de cobertura dos encargos financeiros apresenta uma melhoria em relação a 2015, em virtude da redução dos custos financeiros, tendo atingido um valor de 4,1x.

Principais Rácios Financeiros

| | 2015 | 2016 | Var. % |
|---|-------|-------|--------|
| Autonomia Financeira | 17,0% | 16,2% | -4,3% |
| Solvabilidade | 20,4% | 19,4% | -5,2% |
| Dívida Financeira Líquida¹/EBITDA | 2,0 | 2,3 | 11,8% |
| EBIT/ Encargos Financeiros | 3,6 | 4,1 | 14,1% |

Informação Complementar

Informação complementar e detalhada sobre a José de Mello Saúde pode ser consultada no documento Relatório Integrado 2016 e no Anexo GRI, nos seguintes capítulos:

- Gestão de risco, principais riscos e incertezas, capítulo 8.
- Questões sociais e ambientais, capítulo 10 e Anexo GRI nos indicadores EN1 a LA13.
- Condições de mercado e atividades de investigação e desenvolvimento, capítulos 1.2. Ambiente Externo e 6. Inovação.
- Evolução previsível da José de Mello Saúde, consulte o capítulo 5. Estratégia, recursos e metas para 2017.
- Análise financeira no capítulo 11.

¹Considera Dívida Financeira Bruta deduzida de Caixa e Equivalentes e Outros Instrumentos Financeiros



JOSÉ DE MELLO · SAÚDE

02

**PROPOSTA
DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS**

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido das contas individuais da José de Mello Saúde SA, apurado no exercício de 2016, no valor de 29.103.683,29 euros seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva Legal 1.455.184,16 euros
- Dividendos Antecipados 11.408.000,00 euros
- Dividendos 6.500.000,00 euros
- Resultados Transitados 9.740.499,13 euros

O Conselho de Administração
Lisboa, 24 de março de 2017

Conselho de Administração



Salvador de Mello

Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da José de Mello Saúde desde 2001 é responsável pela forte dinâmica de crescimento e expansão da rede para as atuais 18 unidades de saúde. Licenciado em Ciências Económicas e Administração de Empresas na Universidade de Neuchâtel, Suíça.



Pedro de Mello

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Licenciado em Engenharia Têxtil, é igualmente Vice-Presidente da José de Mello, SGPS, membro do Conselho de Administração da **CUF** e Presidente dos Conselhos de Administração da Sociedade Agrícola D. Diniz e M Dados.



João Gonçalves da Silveira

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Vice-Presidente do Conselho de Administração da José de Mello Saúde desde 2001, licenciado em Farmácia pela Universidade de Lisboa, Presidente da Direção do MONAF (Montepio Nacional da Farmácia).



Rui Diniz

Vice-Presidente da Comissão Executiva

Vice Presidente da Comissão Executiva da José de Mello Saúde, é licenciado em Economia pela Universidade Católica de Lisboa. É igualmente Administrador Executivo da José de Mello, SGPS.



Rui Assoreira Raposo

Administrador Executivo

Licenciado em Farmácia pela Universidade do Porto, possui título de Especialista em Indústria Farmacêutica pela Ordem dos Farmacêuticos e Pós Graduação pelo IMD-Lausane/ Suíça e pela AESE Business School- Lisboa/ Portugal.



Vasco Luís de Mello

Administrador Executivo

Licenciado em Engenharia Mecânica na Universidade Católica de Louvaina - Bélgica, realizou posteriormente um Mestrado em Gestão de Empresas na mesma Universidade.



Inácio Brito

Administrador Executivo

Licenciado em Economia na Universidade Católica de Lisboa, com Pós Graduação em Ciências Actuariais.



Guilherme Magalhães

Administrador Executivo

Licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico e com MBA pela Universidade Nova de Lisboa é Presidente do Conselho de Curadores da Fundação do Gil.



Paulo Cleto Duarte

Administrador não Executivo

Licenciado em Ciências Farmacêuticas pela Universidade de Lisboa e com um MBA em Gestão de Informação pela Universidade Católica Portuguesa, é Presidente da Associação Nacional das Farmácias e CEO da Farminveste, SGPS.



Luís Brito de Goes

Administrador não Executivo

Licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, é também Administrador Executivo da José de Mello, SGPS, membro dos conselhos de administração da Brisa e da CUF e Presidente do Conselho de Administração da MGI Capital, SGPS.



Vera Pires Coelho

Administradora não Executiva

Licenciada e mestre em Economia com um MBA pela Universidade Nova de Lisboa e uma Pós Graduação em Ciências Atuariais pela Universidade Católica Portuguesa, atualmente é Administradora Executiva das participadas do Grupo Vendap em Angola, Moçambique e Brasil, Administradora da Fundação de Serralves, Vice-Presidente do Conselho Geral da Universidade Nova.



Celine Abecassis-Moedas

Administradora não Executiva

Doutorada em Estratégia Empresarial pela École Polytechnique, Paris, mestre em Gestão pela École Normale Supérieure e Université Paris Dauphine e licenciada em Economia e Gestão pela Sorbonne. É professora associada nas áreas de Estratégia e Inovação da Universidade Católica Portuguesa. Adicionalmente, é membro do Conselho de Administração dos CTT e da Europac.



Raúl Galamba de Oliveira

Administrador não Executivo

Licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico, MSc em Sistemas, e MBA pela Nova School of Business and Economics é atualmente senior partner da McKinsey em Portugal e Espanha, e líder da área de Risk Management da McKinsey.



JOSÉ DE MELLO · SAÚDE

03

INFORMAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL

3.1. Demonstrações Financeiras Individuais a 31 de dezembro de 2016

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Período findo em 31 de dezembro de 2016

| Valores expressos em Euros | Notas | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|-------|--------------------|--------------------|
| Ativo | | | |
| Ativo Não Corrente | | | |
| Ativos Fixos Tangíveis | 6 | 4.825.114 | 5.132.624 |
| Ativos Intangíveis | 5 | - | 0 |
| Investimentos em Subsidiárias e Participadas | 7 | 64.129.913 | 64.813.320 |
| Outros Ativos Financeiros | 8 | 100.847.068 | 58.790.000 |
| Ativos por Impostos Diferidos | 14 | 1.053.852 | 898.229 |
| Total de ativos não correntes | | 170.855.946 | 129.634.173 |
| Ativo Corrente | | | |
| Clientes | 8 | 1.753.134 | 2.098.159 |
| Estado e Outros Entes Públicos | 11 | 20.024.203 | 6.644.265 |
| Outros Ativos Financeiros | 8 | 15.085.127 | 30.049.707 |
| Outras Contas a Receber | 8 | 2.292.714 | 4.244.443 |
| Outros Instrumentos Financeiros | 8 | 10.000.000 | 10.273.137 |
| Caixa e Depósitos Bancários | 3 | 1.288.616 | 17.556.311 |
| Total de ativos correntes | | 50.443.794 | 70.866.023 |
| Ativos não Correntes Detidos para Venda | 7,9 | - | - |
| Total do Ativo | | 221.299.740 | 200.500.196 |

**DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA**

Período findo em 31 de dezembro de 2016

| Valores expressos em Euros | Notas | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|-------|--------------------|--------------------|
| Capital Próprio e Passivo | | | |
| Capital Próprio | | | |
| Capital | 10 | 53.000.000 | 53.000.000 |
| Outros Instrumentos de Capital Próprio | 10 | - | 14.350.000 |
| Reservas Legais | 10 | 4.356.460 | 3.430.501 |
| Outras Reservas | 10 | (2.288.872) | (1.475.560) |
| Resultados Transitados | 10 | 30.271.560 | 12.678.352 |
| Ajustamentos em Ativos Financeiros | 10 | (37.434.593) | (37.434.593) |
| Resultados Líquidos do Período | | 29.103.683 | 18.519.167 |
| Dividendos Antecipados | 10 | (11.408.000) | - |
| Total do capital próprio | | 65.600.238 | 63.067.867 |
| Passivo | | | |
| Passivo Não Corrente | | | |
| Provisões | 13 | 15.846.938 | 22.113.016 |
| Financiamentos Obtidos | 8 | 105.303.388 | 102.495.227 |
| Instrumentos Financeiros Derivados | 8 | 2.301.120 | 1.487.808 |
| Total de passivos não correntes | | 123.451.447 | 126.096.051 |
| Passivo Corrente | | | |
| Fornecedores | 8 | 843.016 | 2.157.142 |
| Estado e Outros Entes Públicos | 11 | 26.392 | 29.835 |
| Outros Passivos Financeiros | 8 | 6.454.253 | - |
| Financiamentos Obtidos | 8 | 23.701.092 | 5.545.272 |
| Outras Contas a Pagar | 8 | 1.223.302 | 3.604.029 |
| Total de passivos correntes | | 32.248.055 | 11.336.277 |
| Total do Passivo | | 155.699.502 | 137.432.329 |
| Total do capital próprio e do Passivo | | 221.299.740 | 200.500.196 |

O Contabilista Certificado,

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Período findo em 31 de dezembro de 2016

| Valores expressos em Euros | Notas | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|-------|-------------------|--------------------|
| Rendimentos e Gastos | | | |
| Vendas e Serviços Prestados | 15 | 1.400.283 | 1.096.221 |
| Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias | 19 | 371.117 | (130.925) |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 18 | (3.181.056) | (4.180.585) |
| Gastos com o Pessoal | 17 | (1.137.733) | (1.424.370) |
| Provisões (Aumentos/Reduções) | 13 | 6.266.078 | (55.820) |
| Imparidade de Inv. não Depreciáveis/Amortizáveis (Perdas/Reversões) | 7 | (66.100) | - |
| Outros Rendimentos e Ganhos | 16 | 1.216.255 | 1.020.635 |
| Outros Gastos e Perdas | 19 | (291.765) | (875.450) |
| Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamentos e Impostos | | 4.577.079 | (4.550.294) |
| Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização | 20 | (1.093.922) | (691.596) |
| Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos) | | 3.483.158 | (5.241.890) |
| Juros e Rendimentos Similares Obtidos | 21 | 27.941.863 | 25.790.756 |
| Juros e Gastos Similares Suportados | 22 | (4.809.044) | (4.316.299) |
| Resultado antes de Impostos | | 26.615.976 | 16.232.566 |
| Impostos sobre o Rendimento do Período | 14 | 2.487.707 | 2.286.601 |
| Resultado Líquido do Período | | 29.103.683 | 18.519.167 |
| Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio: | | - | - |
| Que poderão vir a ser subsequentemente reclassificados para resultados: Instrumentos Financeiros de cobertura | 8 | (2.301.121) | (1.487.808) |
| Rendimento Integral | | 26.802.562 | 17.031.359 |
| Resultado por ação | | 2,53 | 1,61 |

O Contabilista Certificado,

A Administração



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Período findo em 31 de dezembro de 2016

| Valores expressos em Euros | Notas | Capital Realizado (Nota 10.1) | Outros Instrumentos de Capital Próprio (Nota 10.3) |
|--|----------------|-------------------------------|--|
| Posição no Início do Período 2015 | 1 | 53.000.000 | 14.350.000 |
| Aplicação de Resultados | | | |
| Efeitos de reexpressão | | | |
| Constituição da Reserva Legal | 10.3 | | |
| Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados | 10.3 | | |
| | 2 | - | - |
| Alterações no Período | | | |
| Instrumentos Financeiros de cobertura | 10.3 | | |
| | 3 | - | - |
| Resultado Líquido do Período | 5=3+4 | | |
| Operações com Detentores de Capital no Período | | | |
| Outras Operações | | | |
| | 6 | - | - |
| Posição no Fim do Período 2015 | 7=1+2+3+4+6 | 53.000.000 | 14.350.000 |
| Posição no Início do Período 2016 | 7 | 53.000.000 | 14.350.000 |
| Aplicação de Resultados Período | | | |
| Constituição da Reserva Legal | 10.2 | | |
| Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados | 10.2 | | |
| | 8 | - | - |
| Alterações no Período | | | |
| Instrumentos Financeiros de cobertura | 10.3 | | |
| | 9 | - | - |
| Resultado Líquido do Período | 10 | | |
| Resultado Integral | 11=9+10 | | |
| Operações com Detentores de Capital no Período | | | |
| Distribuições de Dividendos Antecipados | 10.4 | | |
| Distribuição de Prestações Acessórias | 10.3 | | (14.350.000) |
| | 12 | - | (14.350.000) |
| Posição no Fim do Período 2016 | 13=7+8+9+10+12 | 53.000.000 | - |



| Reservas Legais (Nota 10.3) | Outras Reservas (Nota 10.3) | Resultados Transitados (Nota 10.3) | Ajustamentos em Ativos e Passivos Financeiros | Dividendos Antecipados (Nota 10.4) | Resultado Líquido do Período | Total de Capital Próprio |
|-----------------------------|-----------------------------|------------------------------------|---|------------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| 2.495.813 | 12.248 | (4.960.599) | (37.434.593) | | 18.573.639 | 46.036.508 |
| | | (120.129) | | | 120.129 | |
| 934.688 | | | | | (934.688) | - |
| | | 17.759.079 | | | (17.759.079) | |
| 934.688 | - | 17.638.950 | - | - | (18.573.639) | - |
| - | (1.487.808) | | | | | (1.487.808) |
| - | (1.487.808) | - | - | - | 0 | (1.487.808) |
| | | | | | 18.519.167 | 18.519.167 |
| | | | | - | | - |
| - | | - | - | - | 0 | - |
| 3.430.501 | (1.475.560) | 12.678.352 | (37.434.593) | - | 18.519.167 | 63.067.867 |
| 3.430.501 | (1.475.560) | 12.678.352 | (37.434.593) | - | 18.519.167 | 63.067.867 |
| 925.958 | | | | | (925.958) | - |
| | | 17.593.209 | | | (17.593.209) | - |
| 925.958 | - | 17.593.209 | - | - | (18.519.167) | - |
| | (813.312) | | | | | (813.312) |
| - | (813.312) | - | - | - | - | (813.312) |
| | | | | | 29.103.683 | 29.103.683 |
| | | | | | 29.103.683 | 28.290.371 |
| | | | | (11.408.000) | | (11.408.000) |
| | | | | | | (14.350.000) |
| - | | - | - | (11.408.000) | - | (25.758.000) |
| 4.356.460 | (2.288.872) | 30.271.560 | (37.434.593) | (11.408.000) | 29.103.683 | 65.600.238 |

O Contabilista Certificado,

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2016

| Valores expressos em Euros | Notas | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---|-------|---------------------|---------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto | | | |
| Recebimentos de Clientes | | 7.573.904 | 5.632.218 |
| Pagamentos a Fornecedores | | (7.890.730) | (5.616.905) |
| Pagamentos ao Pessoal | | (1.159.056) | (897.463) |
| Caixa gerada pelas operações | | (1.475.882) | (882.150) |
| Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento | | (10.853.360) | 2.574.555 |
| Outros recebimentos / pagamentos | | (62.169) | (1.291.868) |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais (1) | | (12.391.412) | 400.537 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos Fixos Tangíveis | | (38.618) | (94.110) |
| Investimentos Financeiros | | (45.000) | (12.573.081) |
| | | (83.618) | (12.667.191) |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Investimentos Financeiros | | 1.116.494 | 738.061 |
| Juros e rendimentos similares | | 1.594.749 | 120.619 |
| Dividendos | | 24.066.269 | 23.103.730 |
| | | 26.777.512 | 23.962.409 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento (2) | | 26.693.894 | 11.295.218 |

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Período findo em 31 de dezembro de 2016

| Valores expressos em Euros | Notas | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|-------|----------------------|----------------------|
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos bancários | | 78.800.000 | 97.700.000 |
| Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio | | 1.358.563 | (1.487.808) |
| Outras operações de financiamento (suprimentos) | | 62.979.176 | 12.526.710 |
| | | 143.137.739 | 108.738.902 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos bancários | | (65.783.489) | (60.758.400) |
| Amortização de Contratos de locação financeira | | (947.689) | (887.851) |
| Juros e gastos similares | | (4.491.145) | (4.126.947) |
| Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio | | (2.171.875) | - |
| Devolução de Prestações Acessórias | | (14.350.000) | |
| Outras operações de financiamento (suprimentos) | | (83.621.665) | (80.752.423) |
| Dividendos | | (11.408.000) | - |
| | | (182.773.863) | (146.525.621) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3) | | (39.636.125) | (37.786.719) |
| Variáveis de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | | | |
| | | (25.333.643) | (26.090.964) |
| Efeito das diferenças de câmbio | | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 3 | 27.829.448 | 52.432.604 |
| Alterações dos equivalentes de caixa | | (9.186.688) | 1.487.808 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 3 | (6.690.883) | 27.829.448 |

O Contabilista Certificado,

A Administração

3.2. Notas às Demonstrações Financeiras Individuais a 31 de dezembro de 2016

1. INFORMAÇÃO GERAL DA ATIVIDADE DA ENTIDADE

A José de Mello Saúde, S.A. ("Empresa" ou "JMS") tem sede em Lisboa, na Av. Do Forte, nº 3, Edifício Suécia III, Piso 2, 2790-073 Carnaxide e foi constituída em dezembro de 1992.

A José de Mello Saúde SA ("Empresa") é uma entidade privada de Serviços de Saúde com várias unidades em Portugal.

O capital é detido pela José de Mello S.G.P.S., S.A. (65,85%), pela Fundação Amélia da Silva de Mello (4,15%) e pela Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (30%).

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de comparação

As Demonstrações Financeiras da José de Mello Saúde SA foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e em conformidade com as "*Internacional Financial Reporting Standards*" (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"), respetivamente. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "IFRS".

2.1.1. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2016

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (EU), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas Normas e Interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016, as quais não tinham impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Empresa:

▪ Ciclo anual de melhorias 2012-2014

Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com as normas IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 – Benefícios de Empregados e IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

▪ Normas e Interpretações

- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de investimento: aplicação da exceção de consolidação

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se e só se a sua mãe for também uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras nas quais as subsidiárias sejam mensuradas ao justo valor.

Adicionalmente, clarifica-se que apenas uma subsidiária de uma entidade de investimento que não seja ela própria uma entidade de investimentos, fornecendo serviços de apoio à entidade de investimento, é consolidada – todas as restantes subsidiárias são mensuradas ao justo valor.

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou joint ventures que sejam entidades de investimento pode manter a valorização ao justo valor destas entidades nas suas subsidiárias.



- **IAS 27 – Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas**

O objetivo destas alterações é permitir a opção de usar o método da equivalência patrimonial na mensuração de subsidiárias e associadas em contas separadas. As opções de mensuração da IAS 27 para reconhecer investimentos em subsidiárias, joint-ventures e associadas passam a ser: (i) custo, (ii) em conformidade com o IFRS 9 (ou IAS 39) ou (iii) método da equivalência patrimonial, devendo ser aplicada a mesma contabilização para cada categoria de investimentos.

Conseqüentemente foi também efetuada uma alteração na IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro com vista a permitir a quem adote as IFRS pela primeira vez e use a equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas possa também usufruir da isenção relativa a combinações de negócios passadas na mensuração inicial do investimento.

- **IAS 1 – Iniciativa de divulgação: alterações à IAS 1**

Estas alterações clarificam, em vez de alterar significativamente, os requisitos atuais da IAS 1. As alterações à IFRS vêm introduzir um conjunto de indicações e orientações, nomeadamente sobre a Materialidade, Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras, Estrutura das Notas e Divulgações, que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.

- **IAS 16 e IAS 38 – Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos**

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que os rendimentos refletem um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e, portanto, não refletem os benefícios económicos que são consumidos através do uso do ativo. Assim, a proporção de rendimentos gerados em relação aos rendimentos totais previstos gerar não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

- **IFRS 11 – Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas**

As emendas exigem que uma entidade que adquira uma participação numa operação conjunta em que a atividade dessa operação constitua um negócio, aplique, na proporção da sua quota-parte, todos os princípios sobre combinações de negócios constantes da IFRS 3 – Combinações de Negócios e outras IFRS que não conflituem com a IFRS 11 e faça as correspondentes divulgações exigidas por tais normas relativamente a combinações de negócios.

As emendas também se aplicam se na formação da operação conjunta a entidade tiver contribuído com um negócio.

No caso de uma aquisição de uma participação adicional numa operação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitua um negócio, a participação anteriormente detida não deve ser remensurada se o operador mantiver o controlo conjunto.

- **IAS 16 e IAS 41 - Plantas que geram produto agrícola**

As alterações à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura alteram o âmbito da IAS 16 para nela incluir ativos biológicos que satisfaçam a definição de plantas que geram produto

agrícola (por exemplo, árvores de fruto). Em resultado das alterações, as plantas que geram produto agrícola passam a estar sujeitas a todos os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 16, incluindo a escolha entre o modelo de custo e o modelo de revalorização e os subsídios do governo relativos a estas plantas passam a ser contabilizados de acordo com a IAS 20 e não de acordo com a IAS 41. A produção agrícola que cresce em plantas que geram produto agrícola (por exemplo, a fruta que cresce numa árvore) permanecerá no âmbito do IAS 41.

2.1.2. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

Existem novas normas, alterações e interpretações efectuadas a normas existentes, que apesar de já publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem após 1 de janeiro de 2017, que a Empresa decidiu não adotar antecipadamente:

a) Já endossadas pela União Europeia:

- **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros**

Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações, nomeadamente sobre a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, Imparidade e contabilidade de cobertura, que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.

- **IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes**

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade). A norma

aplica-se a todos os réditos de contratos com clientes exceto se o contrato estiver no âmbito da IAS 17 (ou IFRS 16 – Locações, quando for aplicada).

b) Ainda não endossadas pela União Europeia:

■ Ciclo anual de melhorias 2014-2016

Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com as normas IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das IFRS, IAS 28 – Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados

é uma escolha que se faz investimento a investimento e IFRS 12 – Divulgações de interessa em outras entidades.

Estas melhorias ainda não foram endossadas pela União Europeia, sendo efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018, e no caso da IFRS 12, a partir de 1 de janeiro de 2017.

■ Normas e Interpretações

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

| Norma | Data da Aplicação |
|---|--------------------------|
| IFRS 14 - Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas | 1 de janeiro de 2016 |
| IFRS 16 - Locações | 1 de janeiro de 2019 |
| IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto | 1 de janeiro de 2016 |
| IAS 12 - Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas (alterações) | 1 de janeiro de 2017 |
| IAS 7 Iniciativa de divulgação | 1 de janeiro de 2017 |
| IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes (Clarificações) | 1 de janeiro de 2018 |
| IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações (Adenda) | 1 de janeiro de 2018 |
| IFRS 9 e IFRS 4 - Alterações à IFRS 4 | 1 de janeiro de 2018 |
| IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração | 1 de janeiro de 2018 |
| IAS 40 - Propriedades de investimento (Alterações) | 1 de janeiro de 2018 |

Relativamente às normas apresentadas acima cuja entrada obrigatória em vigor ainda não ocorreu, a Empresa não concluiu ainda o apuramento de todos os impactos decorrentes da sua aplicação pelo que optou pela sua não adoção antecipada. Contudo não se espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados, com exceção da aplicação da IFRS 16. A aplicação desta norma irá ter impactos significativos ao nível do balanço da Empresa. O registo do direito de utilização dos imóveis que estão em exploração pela Empresa deverá implicar um aumento ainda não quantificado dos ativos tangíveis e responsabilidades com terceiros.

2.2. Principais Políticas Contabilísticas

▪ Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se valorizados pelo respetivo custo de aquisição, incluindo todos os custos associados à sua aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e depreciações acumuladas por imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, desde o momento em que o bem se encontra disponível para utilização, segundo o método da linha recta, de modo a que o valor dos bens seja depreciado até ao final da respetiva vida útil estimada, sendo aplicadas as seguintes taxas:

| | 2016 | 2015 |
|---------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Edifícios e Outras Construções | 5% - 10% | 5% - 10% |
| Equipamento Básico | 14,28% - 33,33% | 14,28% - 33,33% |
| Equipamento Administrativo | 12,50% - 25% | 12,50% - 25% |

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos no ponto da "Imparidade de ativos".

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo de vender e o valor contabilístico) é incluído no Resultado Líquido do Período no ano em que o ativo é desreconhecido. Os bens adquiridos em regime de locação financeira são depreciados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos tangíveis, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção, de instalação ou de desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

▪ Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

O custo dos Ativos Intangíveis adquiridos numa concentração de atividades é o seu justo valor à data de aquisição.

Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na Demonstração dos Resultados e do Outro Rendimento Integral no ano em que o gasto ocorre.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis podem ser finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados mas são testados anualmente quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica estimada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos no ponto da "Imparidade de Ativos".

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se a imparidade nunca tivesse sido registada.

Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospectiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha recta. Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

| | 2016 | 2015 |
|--------------------------------|------|------|
| Programas de Computador | 25% | 25% |

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na Demonstração dos Resultados e do Outro Rendimento Integral na rubrica Gastos/ Reversões de Depreciação e Amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no Resultado Líquido do Período no ano em que o ativo é desreconhecido.

▪ Investimentos em Subsidiárias e Participadas

Os Investimentos Financeiros relativos a partes de capital em Entidades Subsidiárias e Participadas estão valorizados pelo respetivo custo considerado à data da transição para IFRS, isto é, 1 de Janeiro de 2012.

Os dividendos associados a participações de capital só são reconhecidos como proveitos quando se encontra assegurado o respetivo recebimento, e os juros provenientes de títulos são contabilizados no período a que respeitam. O "Goodwill" encontra-se incluído no valor escriturado do investimento, não é amortizado, nem sujeito a testes individuais de imparidade. Contudo, caso sejam detectados indícios de imparidade, nos Investimentos Financeiros, os mesmos são sujeitos a testes de imparidade. A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos no ponto da "Imparidade de ativos".

▪ **Ativos Financeiros (para além de Investimentos Financeiros)**

Os ativos Financeiros classificam-se como segue, dependendo da intenção do Conselho de Administração na sua aquisição:

▪ **Financiamentos e Contas a Receber**

Incluem-se os ativos Financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis. Os saldos de Clientes, de Outras Contas a Receber e de Acionistas são registados ao justo valor e, subsequentemente, ao custo amortizado, que será ajustado em resultado da realização de testes de imparidade, sempre que tal seja requerido pelas Normas, ou sejam detectados indícios que requeiram a realização desses testes.

No final do ano a empresa avalia a imparidade destes ativos. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, a empresa reconhece uma perda de imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro está em imparidade teve em conta os seguintes aspetos:

- Significativa dificuldade financeira do devedor
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida
- Probabilidade de o devedor entrar em falência financeira

▪ **Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

A Empresa é tributada pelo Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS). De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e

correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a Empresa considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de imposto não terão efeito significativo nas Demonstrações Financeiras referidas à data de 31 de dezembro de 2016.

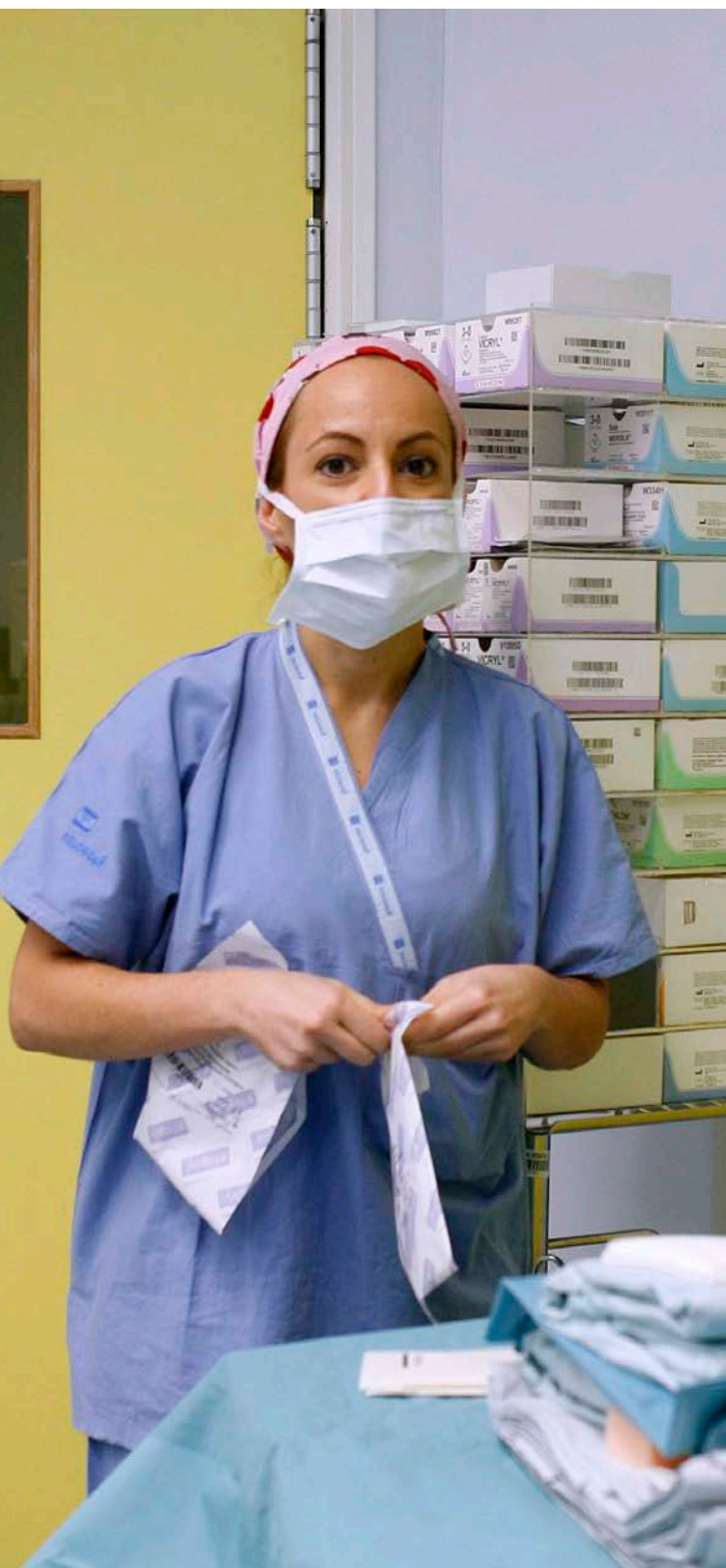
▪ **Ativos e passivos por impostos diferidos**

A Empresa reconhece os Impostos Diferidos, de acordo com o estabelecido na IAS 12 – Imposto Sobre o Rendimento, como forma de especializar adequadamente os efeitos fiscais das suas operações, e de excluir as distorções relacionadas com os critérios de natureza fiscal que contrariam os efeitos económicos de determinadas transações.

São reconhecidos Ativos por Impostos Diferidos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os Ativos por Impostos Diferidos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

O valor dos Impostos Diferidos é determinado com aplicação das taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data de reporte e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do Ativo por Imposto Diferido ou de liquidação do Passivo por Imposto Diferido. De acordo com a legislação em vigor, considerou-se a taxa de IRC de 21% e, nas situações não ligadas a prejuízos fiscais, uma derrama de 1,5% sobre o valor das diferenças temporárias que originaram Impostos Ativos e Passivos Diferidos.

O movimento ocorrido durante o exercício, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva do imposto corrente e a decomposição dos saldos de Impostos Diferidos estão apresentados na Nota 14.



▪ Caixa e seus Equivalentes

Para efeitos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, a rubrica Caixa e seus Equivalentes inclui os valores das rubricas de Caixa e Depósitos Bancários, que figuram na Demonstração da Posição Financeira, com uma maturidade de 3 meses ou menos, e os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos.

▪ Ativos Não Correntes detidos para venda

Esta rubrica inclui ativos não correntes (ou grupos para alienação) cuja quantia escriturada será recuperada principalmente através de uma transação de venda, ao invés de o ser pelo uso continuado, e que satisfazem as seguintes condições:

- Estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para a venda de tais ativos e
- A sua venda é altamente provável. Isto é:
 - A hierarquia de gestão apropriada está empenhada num plano para vender o ativo (ou grupos para alienação);
 - Foi iniciado um programa para localizar um comprador e concluir o plano;
 - O ativo foi amplamente publicitado para venda a um preço que é razoável em relação ao seu justo valor corrente;
 - A venda será concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

Os acontecimentos ou circunstâncias que podem prolongar o período para concluir a venda para além de um ano não excluem que um ativo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da entidade e se houver prova suficiente de que a entidade continua comprometida com o seu plano de vender o ativo.

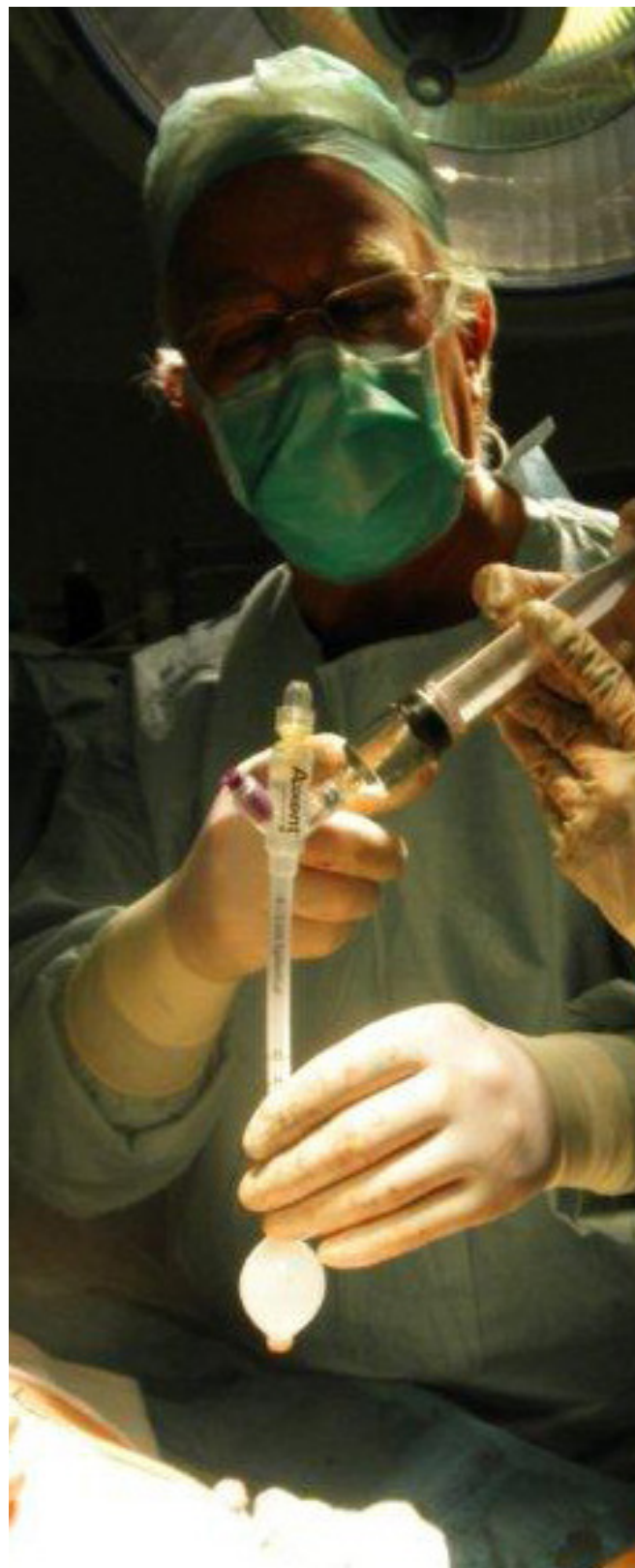
Imediatamente antes da classificação inicial dos ativos não correntes (ou grupos para alienação) como detidos para venda, as quantias escrituradas dos ativos (ou de todos os ativos e passivos do grupo) são mensuradas de acordo com as IFRS aplicáveis.

Na data do reconhecimento inicial, os ativos não correntes (ou grupos para alienação) detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre a sua quantia escriturada e o justo valor menos os custos de vender ou, se adquiridos como parte de uma concentração de atividades empresariais, pelo justo valor menos os custos de vender.

Quando se espera que a venda ocorra para além de um ano, os custos de vender são mensurados pelo seu valor presente. Qualquer aumento no valor presente dos custos de vender que resulte da passagem do tempo é reconhecido nos resultados como custo de financiamento. Qualquer redução inicial ou posterior do ativo (ou grupo para alienação) para o justo valor menos os custos de vender é reconhecida como uma perda por imparidade. Qualquer ganho resultante de um aumento posterior no justo valor menos os custos de vender um ativo é reconhecido, mas não para além da perda por imparidade cumulativa que tenha sido reconhecida anteriormente.

Os ativos não correntes enquanto estiverem classificados como detidos para venda ou enquanto fizerem parte de um grupo para alienação classificado como detido para venda não são depreciados (ou amortizados).

Os juros e outros gastos atribuíveis aos passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda continuam a ser reconhecidos.



■ Passivos Financeiros

Os Passivos Financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem, e classificam-se como segue:

■ Financiamentos Bancários

Os Financiamentos são valorizados ao custo amortizado, sendo o valor recebido líquido de comissões com a emissão desses Financiamentos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e contabilizados na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

■ Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Os saldos de Fornecedores e Outras Contas a Pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, que se entende corresponder ao seu justo valor e, subsequentemente, sempre que aplicável, são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

■ Instrumentos Financeiros Derivados e contabilidade de cobertura

A Empresa tem como política contratar instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efetuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações de taxas de juro.

■ Instrumentos de Cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39, nomeadamente, quanto à respetiva documentação e avaliação de efetividade.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos pelo seu justo valor na data da sua negociação. O justo valor é avaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa avaliação registados na demonstração de resultados, excepto no que se refere aos

derivados de cobertura de fluxos de caixa, em que a variação é reconhecida em Capitais Próprios ("Outras Reservas Instrumentos Financeiros").

A contabilização é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na IAS 39.

■ Provisões

São constituídas Provisões quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) em resultado de ações passadas, quando é provável uma saída de recursos económicos para fazer face a essa obrigação e esta possa ser medida com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

■ Rúbricas do Capital Próprio

As rubricas do Capital Próprio são as seguintes:

■ Capital Realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato da sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

■ Outros Instrumentos de Capital Próprio

Os Instrumentos de Capital Próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. Os Instrumentos de Capital Próprio emitidos pela Entidade são registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão.

■ Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser

em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC)

■ Reserva de Operações de cobertura

Esta conta inclui ajustamentos para o justo valor em ativos financeiros como por exemplo variações no justo valor de derivados de cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura, que, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

■ Resultados Transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas e poderão incluir os ganhos por aumentos de justo valor em instrumentos financeiros, investimentos financeiros e propriedades de investimento que, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

■ Resultado Líquido do Exercício

Esta rubrica inclui ganhos por aumentos de justo valor em instrumentos financeiros, investimentos financeiros e propriedades de investimento que, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

■ Ajustamentos em ativos financeiros

Esta conta reflete ajustamentos para o justo valor em instrumentos financeiros como, por exemplo, variações no justo valor de derivados de cobertura do risco de variabilidade da taxa de

juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura, que ainda não foram reconhecidos nos resultados, e que, de acordo, com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados. Inclui também os ajustamentos relacionados com a aplicação do método da equivalência patrimonial, nomeadamente a apropriação das variações nos capitais próprios das participadas e lucros não atribuídos.

■ Dividendos Antecipados

Esta conta reflete o adiantamento sobre lucros efectuado no decurso de exercício ao abrigo do disposto no art.º 297 do CSC, nos seguintes termos:

- Efectuado no segundo semestre do ano
- Não excede metade das importâncias que seriam distribuíveis à data a que se reporta o balanço intercalar

■ Reconhecimento de réditos

Os réditos são reconhecidos como tal, na medida em que é provável que fluam benefícios económicos para a Empresa, e que possam ser avaliados com fiabilidade.

Para que os réditos sejam reconhecidos é necessário também que sejam observados na íntegra os seguintes critérios:

■ Prestações de Serviços

As prestações de serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos concedidos.

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

■ Juros

Os réditos relativos a juros a receber são especializados, de forma a serem reconhecidos no período a que respeitem, independentemente de ser, ou não, emitido o respetivo documento de suporte;

■ Dividendos

Estes réditos são reconhecidos quando, em substância, se constitui, na Entidade declarante, a obrigação de proceder à declaração de Dividendos.

■ Imparidade de Ativos

A Empresa avalia, em cada data de reporte, se existem indícios de imparidade dos seus ativos. Sempre que estes se verificam, ou quando as IFRS requerem a realização de testes de imparidade, a Empresa estima o valor recuperável do ativo em questão, que corresponde ao mais alto entre o valor realizável, deduzido de eventuais custos de vender, ou o seu valor de uso. Caso se verifique uma situação de imparidade, o valor do ativo é reduzido por forma a refletir o seu valor recuperável.

■ Juros e Gastos Similares Suportados

Os custos financeiros de financiamentos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos que necessariamente demoram um período substancial de tempo até estarem concluídos para o seu uso ou venda, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. Todos os outros custos financeiros são gastos no período em que ocorrem. Custos de financeiros consistem em juros e outros custos

decorrentes de financiamentos obtidos.

■ Ativos e Passivos Contingentes

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, sendo divulgados nestas Notas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos, e apenas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

■ Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de reporte que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data da Demonstração da Posição Financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data de reporte que proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data da Demonstração da Posição Financeira são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras, se materiais.

2.3. Julgamentos da Gestão

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, o Conselho de Administração utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e em outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas, ou resultado de uma informação ou experiência adquiridas. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras são como segue:

- **Valorização e vida útil de Ativos Tangíveis e Intangíveis**

A Empresa utilizou diversos pressupostos na estimativa dos fluxos de caixa futuros provenientes dos Ativos Tangíveis e Intangíveis adquiridos como parte de processos de aquisição de Entidades, entre os quais a estimativa de receitas futuras, taxas de desconto e vida útil dos referidos ativos.

- **Reconhecimento de Provisões e Ajustamentos**

A Empresa é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus Advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma Provisão para essas contingências. São reconhecidas provisões para responsabilidades adicionais em associadas e subsidiárias que apresentam uma situação patrimonial deficitária, sempre que se verifique a obrigação legal ou construtiva e o exfluxo de meios monetários seja favorável. Os Ajustamentos para Contas a Receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das partidas que compõem os saldos de Contas a Receber, o perfil de risco da entidade e a respetiva situação financeira.

- **Determinação do valor de mercado dos Instrumentos Financeiros**

A Empresa escolhe o método de avaliação que considera apropriado para determinar o valor de mercado de Instrumentos Financeiros não cotados num mercado ativo, com base no seu melhor conhecimento do mercado e dos ativos, aplicando as técnicas de avaliação usualmente utilizadas no mercado e usando pressupostos com base em taxas de mercado.

- **Ajustamento aos Investimentos Financeiros**

A Empresa avalia a existência de indícios de imparidade nos investimentos em subsidiárias e participadas, que podem consistir, mas não se limitam a, resultados recorrentemente negativos ou Capitais Próprios negativos procedendo aos testes de imparidade de acordo com a IAS 36. Os testes de imparidade referem o exercício de julgamento quanto a pressupostos como a taxa de desconto ou de crescimento na perpetuidade.

2.4. Reapresentação de Comparativos

Foi efectuada a reclassificação da provisão para investimentos financeiros nas subsidiárias Valir – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS S.A. e Manuel Guimarães, Lda, que se encontravam registadas no passivo não corrente e na conta de provisões. Consequentemente os comparativos foram reapresentados, como se segue:

| | 31-12-2015 Reapresentado | 31-12-2015 | 01-01-2015 Reapresentado | 01-01-2015 |
|--|-----------------------------|--------------------|-----------------------------|--------------------|
| Investimentos em subsidiárias e participadas | 64.813.320 | 86.342.762 | 52.853.673 | 74.300.139 |
| Total Ativo não corrente | 129.634.173 | 151.163.615 | 141.538.337 | 88.379.726 |
| Provisões | 22.113.016 | 43.642.458 | 22.057.196 | 43.586.638 |
| Total Passivo não corrente | 126.096.051 | 147.625.493 | 81.404.529 | 102.850.995 |



3. FLUXOS DE CAIXA

O saldo de “Caixa e seus Equivalentes” constante da Demonstração dos Fluxos de Caixa decompõe-se da seguinte forma:

| | 2016 | 2015 |
|---|--------------------|-------------------|
| Caixa | 418 | 418 |
| Depósitos à Ordem | 1.097.931 | 17.555.693 |
| Outros Depósitos Bancários | 200 | 200 |
| Outras Aplicações de Tesouraria | 190.067 | - |
| | 1.288.616 | 17.556.311 |
| Outros Instrumentos Financeiros (nota 8.1.5) | - | 10.273.137 |
| | 1.288.616 | 27.829.448 |
| Descobertos Bancários | (7.979.498) | - |
| | (6.690.883) | 27.829.448 |

As “Outras Aplicações de Tesouraria” englobam um montante de cerca de 190 milhares Euros, referente a unidade de participação no Montepio Geral.

4. PARTES RELACIONADAS

4.1. Natureza do Relacionamento com as Partes Relacionadas

O Grupo onde a Empresa se insere e a natureza do relacionamento com as partes relacionadas estão evidenciados no quadro seguinte:

| Subsidiárias | Localização | Serviços que a empresa presta / Transações que faz | Serviços que a empresa recebe / Transações que recebe |
|---|-------------|--|---|
| Academia CUF, Lda | Portugal | Serviços Partilhados | |
| Infra Health - Gestão de Infraestruturas, Lda | Portugal | Suprimentos | |
| Clinica CUF Alvalade, S.A. | Portugal | Aluguer Equipamentos | |
| Clinica CUF Belém, S.A. | Portugal | Aluguer Equipamentos | |
| Hospital CUF Cascais, S.A. | Portugal | Aluguer Equipamentos | |
| Hospital CUF Torres Vedras, S.A. | Portugal | Aluguer Equipamentos | |
| Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | Portugal | Consultoria | |
| Hospital CUF Descobertas, S.A. | Portugal | Aluguer Equipamentos | |
| Hospital CUF Infante Santo, S.A. | Portugal | Aluguer Equipamentos | |
| Hospital CUF Porto, S.A. | Portugal | Aluguer Equipamentos | |
| Instituto CUF - Diagnóstico e Tratamento, S.A. | Portugal | Aluguer Equipamentos | |
| Jms - Prestação de Serviços Administrativos e Operacionais Ace | Portugal | Serviços Partilhados | |
| Loja Saude CUF - Produtos e Serviços de Saude e Bem Estar, S.A. | Portugal | Serviços Partilhados | |
| Ppps - Gestão e Consultoria, S.A. | Portugal | Suprimentos | |
| Imo Health - Investimentos Imobiliários Unipessoal, Lda | Portugal | Serviços Partilhados | |
| Sagies - Segurança, Higiene e Saude no Trabalho, S.A. | Portugal | Suprimentos | Medicina no trabalho |
| Nova Imagem - Centro Radiodiagnóstico, SA | Portugal | Suprimentos | |
| Hospital CUF Viseu, S.A. | Portugal | Suprimentos | |
| Hospital CUF Santarém, S.A. | Portugal | Suprimentos | |
| Jms - Prestação de Serviços Saude, Ace | Portugal | Serviços Partilhados | |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | Portugal | Consultoria | |
| Valir - Sociedade Gestora de Participações Sociais, Sgps S.A. | Portugal | Suprimentos | |
| Vramondi International Bv | Portugal | | Suprimentos |
| Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | Portugal | Outros Instrumentos Financeiros | |

4.2. Transações e Saldos Pendentes

A quantia das transações e dos saldos pendentes são os indicados no quadro seguinte:

| Empresa | Ano |
|---|------|
| Academia CUF, Lda | 2016 |
| | 2015 |
| Infra Health - Gestão de Infraestruturas, Lda | 2016 |
| | 2015 |
| Clínica CUF Alvalade, S.A. | 2016 |
| | 2015 |
| Clínica CUF Belém, S.A. | 2016 |
| | 2015 |
| Hospital CUF Cascais, S.A. | 2016 |
| | 2015 |
| Hospital CUF Torres Vedras, S.A. | 2016 |
| | 2015 |
| Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | 2016 |
| | 2015 |
| Hospital CUF Descobertas, S.A. | 2016 |
| | 2015 |
| Hospital CUF Infante Santo, S.A. | 2016 |
| | 2015 |
| Hospital CUF Porto, S.A. | 2016 |
| | 2015 |
| Instituto CUF - Diagnóstico e Tratamento, S.A. | 2016 |
| | 2015 |
| Jms - Prestação de Serviços Administrativos e Operacionais Ace | 2016 |
| | 2015 |
| Loja Saude CUF - Produtos e Serviços de Saude e Bem Estar, S.A. | 2016 |
| | 2015 |
| Ppps - Gestão e Consultoria, S.A. | 2016 |
| | 2015 |
| Imo Health - Investimentos Imobiliários Unipessoal, Lda | 2016 |
| | 2015 |
| Sagies - Segurança, Higiene e Saude no Trabalho, S.A. | 2016 |
| | 2015 |
| Nova Imagem - Centro Radiodiagnóstico, SA | 2016 |
| | 2015 |
| Hospital CUF Viseu, S.A. | 2016 |
| | 2015 |
| Hospital CUF Santarém, S.A. | 2016 |
| | 2015 |
| Jms - Prestação de Serviços Saude, Ace | 2016 |
| | 2015 |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | 2016 |
| | 2015 |
| Valir - Sociedade Gestora de Participações Sociais, Sgps S.A. | 2016 |
| | 2015 |
| Vramondi International Bv | 2016 |
| | 2015 |
| Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | 2016 |
| | 2015 |



| Saldo devedores | | | Saldo credores | | Transações | |
|------------------|---------------------------|---------------------------------|----------------|---------------------------|-------------|--------|
| Contas a Receber | Acionistas e Subsidiárias | Outros Instrumentos Financeiros | Contas a Pagar | Acionistas e Subsidiárias | Rendimentos | Gastos |
| 1.927 | | | | | 18.804 | |
| 1.264 | | | | | 12.336 | |
| 4.313 | 3.000.000 | | | | 4.313 | |
| 28.234 | | | | | 139.703 | |
| 71.784 | | | | | 110.333 | |
| 742 | | | | | 10.101 | |
| 4.019 | | | | | 19.606 | |
| 59.424 | 3.200.000 | | | | 159.435 | |
| 10.696 | 3.200.000 | | | | 99.939 | |
| 3.540 | | | | | 28.032 | |
| 3.297 | | | | | 16.000 | |
| 182.463 | | | | | | |
| 13.852 | | | | | 11.262 | |
| 339.037 | 16.700.000 | | | | 1.041.121 | |
| 65.795 | 16.700.000 | | | | 491.264 | |
| 302.002 | 16.500.000 | | | | 791.679 | |
| 82.458 | 16.500.000 | | | | 390.442 | |
| 401.529 | 21.600.000 | | | | 1.206.665 | |
| 187.125 | 15.700.000 | | | | 989.988 | |
| | | | | | 99.997 | |
| 44.671 | | | | | 92.166 | |
| (126.040) | | | | | 401.400 | |
| 705.302 | | | | | 501.022 | |
| 1.635 | | | | | 15.948 | |
| 2.124 | | | | | 20.724 | |
| 43.496 | 2.000.000 | | | | 96.482 | |
| | 2.000.000 | | | | | |
| 560.983 | 36.973.036 | | | | 1.135.048 | |
| | 26.063.903 | | | | 917.607 | |
| 48.481 | | | 40.026 | | 81.421 | 33.014 |
| 22.466 | | | 53 | | 55.752 | 450 |
| | 17.388 | | | | | |
| 1.181 | 4.024.190 | | | | 1.599 | |
| 332 | 19.566 | | | | 511 | |
| 54.978 | 3.170.000 | | | | 119.912 | |
| | 2.690.000 | | | | 43.543 | |
| 513.188 | | | | | 401.400 | |
| 350.043 | | | | | | |
| 131.765 | 6.788.732 | | | | 131.765 | |
| 252.150 | | | | 6.454.253 | | |
| | | 10.000.000 | | | | |

4.3. Remunerações do Pessoal Chave da Gestão

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

| | 2016 | 2015 |
|-----------------------|----------------|----------------|
| Total de Remunerações | 464.676 | 469.074 |
| | 464.676 | 469.074 |

As remunerações são referentes aos ordenados recebidos pelos órgãos sociais.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

| | Programas de Computador | Total Ativos Intangíveis |
|--------------------------------------|-------------------------|--------------------------|
| Custo: | | |
| A 1 de janeiro de 2015 | 71.262 | 71.262 |
| Aquisições | - | - |
| A 31 de dezembro de 2015 | 71.262 | 71.262 |
| A 31 de dezembro de 2016 | 71.262 | 71.262 |
| Depreciações e Imparidade: | | |
| A 1 de janeiro de 2015 | 71.262 | 71.262 |
| Depreciações do exercício | - | - |
| A 31 de dezembro de 2015 | 71.262 | 71.262 |
| Depreciações do exercício | - | - |
| A 31 de dezembro de 2016 | 71.262 | 71.262 |
| Valor líquido contabilístico: | | |
| A 31 de dezembro de 2016 | - | - |
| A 31 de dezembro de 2015 | - | - |
| A 1 de janeiro de 2015 | - | - |

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

| | Edifícios e outras construções | Equipamento Básico | Equipamento Administrativo | Ativos Fixos em curso | Total Ativos Tangíveis |
|--------------------------------------|--------------------------------|--------------------|----------------------------|-----------------------|------------------------|
| Custo: | | | | | |
| A 1 de janeiro de 2015 | 513.098 | 2.514.103 | 249.983 | 703.760 | 3.980.944 |
| Aumentos | | 2.347.139 | 4.747 | | 2.351.886 |
| Transferências | | 703.760 | | (703.760) | - |
| Alienações | | (255.750) | | | (255.750) |
| A 31 de dezembro de 2015 | 642.319 | 5.309.252 | 254.730 | - | 6.206.301 |
| Aumentos | 76.273 | 713.610 | | | 789.883 |
| Regularizações | | | (3.472) | | (3.472) |
| A 31 de dezembro de 2016 | 718.593 | 6.022.861 | 251.258 | 0 | 6.992.712 |
| Depreciações e Imparidade: | | | | | |
| A 1 de janeiro de 2015 | 149.692 | 175.202 | 151.066 | | 475.960 |
| Depreciações | 54.787 | 616.835 | 19.974 | | 691.596 |
| Transferências | | (93.879) | | | (93.879) |
| A 31 de dezembro de 2015 | 204.480 | 698.158 | 171.039 | - | 1.073.677 |
| Depreciações | 171.151 | 904.415 | 18.356 | | 1.093.922 |
| A 31 de dezembro de 2016 | 375.631 | 1.602.573 | 189.395 | - | 2.167.599 |
| Valor líquido contábilístico: | | | | | |
| A 31 de dezembro de 2016 | 342.962 | 4.420.289 | 61.863 | - | 4.825.114 |
| A 31 de dezembro de 2015 | 437.840 | 4.611.094 | 83.691 | - | 5.132.624 |
| A 1 de janeiro de 2015 | 363.406 | 2.338.901 | 98.917 | 703.760 | 3.504.983 |

Como se pode verificar pelo mapa acima, os principais aumentos do ano foram de equipamento básico adquirido para alugar às empresas do grupo.

7. CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAS E INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E PARTICIPADAS

O movimento ocorrido no exercício corrente na rubrica de investimentos em subsidiárias e participadas é o indicado no quadro seguinte:

| Empresa | Atividade |
|---|--|
| Academia CUF, Lda | Formação |
| Clinica CUF Alvalade, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde |
| Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde |
| Digihealth, S.A. | Prestação de Serviços de Gestão e consultoria na Área da Saúde |
| Hospital CUF Descobertas, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde |
| Hospital CUF Infante Santo, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde |
| Loja Saude CUF - Produtos e Serviços de Saude e Bem Estar, S.A. | Parafarmácia |
| S.P.S.D. - Sociedade Portuguesa de Serviços Domiciliários, S.A. | Serviços Domiciliários |
| Vramondi International Bv | Gestão de Participações Sociais |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, SA | Gestão de infraestruturas de saúde e parques de estacionamento |
| Escala Parque - Gestão de Estacionamento SA | Gestão de infraestruturas de saúde e parques de estacionamento |
| Valir - Sociedade Gestora de Participações Sociais, Sgps S.A. | Gestão de Participações Sociais |
| IBET | Investigação |
| Imo Health - Investimentos Imobiliários, S.A. | Imobiliária |
| Hospital CUF Viseu, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde |
| Hospital CUF Santarém, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde |
| Manuel Guimarães, Lda | Prestação de Serviços de Saúde |

A redução dos investimentos face ao ano anterior é justificada essencialmente pelo seguinte:

- Devolução das Prestações Acessórias da Escala Braga – Sociedade Gestora do Edifício, S.A. e da Escala Parque – Gestão de Estacionamento, S.A., no montante de 399.572 Euros e 140.984 Euros, respetivamente;
- Aumento capital da Imohealth – Investimentos Imobiliários, S.A. no montante de 45 mil Euros.
- Registo de imparidade referentes à empresa S.P.S.D. - Sociedade Portuguesa de Serviços Domiciliários, S.A., conforme os resultados dos testes de imparidade efetuados.

Foram efetuados testes de imparidade utilizando os seguintes métodos:

- Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa e a escolha de uma taxa de desconto apropriada;
- Os valores das avaliações são suportados pelos resultados passados e pelas perspetivas futuras de desenvolvimento dos mercados em que o Grupo atua, tendo sido elaboradas projeções a 5 anos dos *cash flows* futuros para cada um dos

| 31-12-2015 | % Detida 2015 | Devolução Prestações Acessórias | Imparidade | Aumento Capital | 31-12-2016 | % Detida 2016 |
|-------------------|---------------|---------------------------------|----------------|-----------------|-------------------|---------------|
| 5.000 | 100,00% | | | | 5.000 | 100,00% |
| 1.164.124 | 100,00% | | | | 1.164.124 | 100,00% |
| 3.327.449 | 60,00% | (403.719) | | | 2.923.730 | 60,00% |
| 50.000 | 88,00% | | | | 50.000 | 88,00% |
| 6.357.407 | 100,00% | | | | 6.357.407 | 100,00% |
| 20.776.355 | 100,00% | | | | 20.776.355 | 100,00% |
| 117.188 | 100,00% | | | | 117.188 | 100,00% |
| 1.015.891 | - | | (66.100) | | 949.791 | - |
| 18.928.713 | 99,00% | | | | 18.928.713 | 99,00% |
| 399.572 | 20,00% | (712.775) | 313.203 | | - | 20,00% |
| (140.984) | 20,00% | 140.984 | | | - | 20,00% |
| 0 | 95,99% | | | | - | 95,995% |
| 5.000 | 5,00% | | | | 5.000 | 5,00% |
| 367.500 | 100,00% | | | 45.000 | 412.500 | 100,00% |
| 50.000 | 100,00% | | | | 50.000 | 100,00% |
| 12.390.104 | 100,00% | | | | 12.390.104 | 100,00% |
| 0 | 100,00% | | | | - | 100,00% |
| 64.813.320 | | (975.510) | 247.103 | 45.000 | 64.129.913 | |

negócios, de acordo com os planos definidos pelo Conselho de Administração;

- Cada unidade de prestação de cuidados médicos é uma unidade geradora de caixa. A Valir - Sociedade Gestora de Participações Sociais, Sgps S.A. inclui a unidade Instituto **CUF** - Diagnóstico e Tratamento, S.A. que é analisada em conjunto com as unidades Hospital **CUF** Porto, S.A., Nova Imagem – Centro Radiodiagnóstico, S.A. e a S.P.S.D – Sociedade Portuguesa de Serviços Domiciliários, S.A., dada a complementaridade de serviços prestados e proximidade geográfica.

Foram utilizados os seguintes pressupostos:

| Período | Taxa de juro sem risco | Taxa WACC | Taxa de crescimento na perpetuidade |
|--------------|------------------------|-----------|-------------------------------------|
| Explícito | 2,20% | 6,73% | - |
| Perpetuidade | 2,20% | 6,73% | 1,80% |

Foram efetuadas análises de sensibilidade às principais variáveis: (i) taxa de desconto (+/- 0,5%) e (ii) taxa de crescimento na perpetuidade (+/-0,5%). Os resultados das análises de sensibilidade efectuadas não indiciam a existência de imparidade.

No exercício de 2016 foram efetuadas avaliações às Subsidiárias mais relevantes, que concluíram pela inexistência de imparidade em

relação ao valor do Investimento Financeiro que se encontra reconhecido, com exceção da imparidade registada referente à empresa S.P.S.D. - Sociedade Portuguesa de Serviços Domiciliários, S.A., no valor de 66 milhares de Euros.

O movimento ocorrido no exercício anterior na rubrica de investimentos em subsidiárias e participadas é o indicado no quadro seguinte:

| Empresa | Atividade |
|---|--|
| Academia CUF, Lda | Formação |
| Clinica CUF Alvalade, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde |
| Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde |
| Digihealth, S.A. | Prestação de Serviços de Gestão e consultoria na Área da Saúde |
| Hospital CUF Descobertas, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde |
| Hospital CUF Infante Santo, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde |
| Loja Saude CUF - Produtos e Serviços de Saude e Bem Estar, S.A. | Parafarmácia |
| S.P.S.D. - Sociedade Portuguesa de Serviços Domiciliários, S.A. | Serviços Domiciliários |
| Vramondi International Bv | Gestão de Participações Sociais |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, SA | Gestão de infraestruturas de saúde e parques de estacionamento |
| Escala Parque - Gestão de Estacionamento SA | Gestão de infraestruturas de saúde e parques de estacionamento |
| Valir - Sociedade Gestora de Participações Sociais, Sgps S.A. | Gestão de Participações Sociais |
| IBET | Investigação |
| Imo Health - Investimentos Imobiliários, S.A. | Imobiliária |
| Hospital CUF Viseu, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde |
| Hospital CUF Santarém, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde |
| Manuel Guimarães, Lda | Prestação de Serviços de Saúde |



| 31-12-2014 | % Detida | Aquisição | Devolução Prestações Acessórias | Prestações Acessórias | Reclassificações | 31-12-2015 | % Detida 2015 |
|-------------------|----------|-------------------|---------------------------------------|--------------------------|------------------|-------------------|------------------|
| 5.000 | 100,00% | | | | | 5.000 | 100,00% |
| 1.164.124 | 100,00% | | | | | 1.164.124 | 100,00% |
| 3.361.905 | 60,00% | | (34.456) | | | 3.327.449 | 60,00% |
| 0 | 88,00% | | | 50.000 | | 50.000 | 88,00% |
| 6.357.407 | 100,00% | | | | | 6.357.407 | 100,00% |
| 20.776.355 | 100,00% | | | | | 20.776.355 | 100,00% |
| 117.188 | 100,00% | | | | | 117.188 | 100,00% |
| 1.015.891 | - | | | | | 1.015.891 | - |
| 18.928.713 | 99,00% | | | | | 18.928.713 | 99,00% |
| 895.573 | 20,00% | | (496.001) | | | 399.572 | 20,00% |
| (140.984) | 20,00% | | | | | (140.984) | 20,00% |
| 0 | 96,00% | | | | - | 0 | 95,995% |
| 5.000 | 5,00% | | | | | 5.000 | 5,00% |
| 367.500 | 100,00% | | | | | 367.500 | 100,00% |
| | 100,00% | 50.000 | | | | 50.000 | 100,00% |
| | 100,00% | 12.390.104 | | | | 12.390.104 | 100,00% |
| | 100,00% | 82.976 | | | (82.976) | 0 | 100,00% |
| 52.853.673 | | 12.523.080 | (530.458) | 50.000 | | 64.813.320 | |

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

8.1. Ativos Financeiros

A discriminação dos ativos financeiros pelas diferentes categorias é a indicada nos quadros seguintes:

| | 2016 | 2015 |
|--|--------------------|-------------------|
| Não corrente | | |
| Outros Ativos Financeiros (nota 8.1.1) | 100.847.068 | 58.790.000 |
| | 100.847.068 | 58.790.000 |
| Corrente | | |
| Clientes (nota 8.1.3) | 1.753.134 | 2.098.159 |
| Outros Ativos Financeiros (nota 8.1.1) | 13.199.329 | 24.173.909 |
| Acionistas (nota 8.1.2) | 1.885.798 | 5.875.798 |
| | 15.085.127 | 30.049.707 |
| Outras Contas a receber (nota 8.1.4) | 2.292.714 | 4.244.443 |
| Outros Instrumentos Financeiros (nota 8.1.5) | 10.190.067 | 10.273.137 |
| Caixa e depósitos bancários (nota 3) | 1.098.549 | 17.556.311 |
| | 30.419.591 | 64.221.757 |

8.1.1. Outros Ativos Financeiros

À data de 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de outros ativos financeiros tinha a seguinte decomposição:

| | 2016 | 2015 |
|---|--------------------|-------------------|
| Activo Não corrente | | |
| Suprimentos a Subsidiárias | | |
| Hospital CUF Porto, S.A. | 21.600.000 | 15.700.000 |
| Imohealth - Investimentos Imobiliários, S.A. | 24.364.977 | 2.000.000 |
| PPPS-Parcerias Público Privadas na Saúde SGPS, S.A. | 2.000.000 | 2.000.000 |
| Hospital CUF Descobertas, S.A. | 16.700.000 | 16.700.000 |
| Hospital CUF Infante Santo, S.A. | 16.500.000 | 16.500.000 |
| Hospital CUF Cascais, S.A. | 3.200.000 | 3.200.000 |
| Hospital CUF Viseu, S.A. | 4.003.359 | - |
| Hospital CUF Santarém, S.A. | 2.690.000 | 2.690.000 |
| Valir, SGPS, S.A. | 6.788.732 | - |
| INFRAHEALTH - Gestão de Infraestruturas, Lda | 3.000.000 | - |
| | 100.847.068 | 58.790.000 |
| Activo Corrente | | |
| Empréstimos a subsidiárias | | |
| Hospital CUF Santarém, S.A. | 480.000 | - |
| Imohealth - Investimentos Imobiliários, S.A. | 12.608.059 | 24.063.903 |
| Hospital CUF Viseu, S.A. | 20.831 | 19.566 |
| Manuel Guimarães, Lda | 90.440 | 90.440 |
| | 13.199.329 | 24.173.909 |

8.1.2. Acionistas

À data de 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de acionistas tinha a seguinte decomposição:

| | 2016 | 2015 |
|---|------------------|------------------|
| Activo Não corrente | | |
| Activo Corrente | | |
| José de Mello SGPS, S.A. | 122.780 | 4.112.780 |
| Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | 1.763.018 | 1.763.018 |
| | 1.885.798 | 5.875.798 |

8.1.3. Clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Clientes" apresenta a seguinte decomposição:

| | 2016 | 2015 |
|-----------------|------------------|------------------|
| Clientes | | |
| Custo | 1.753.134 | 2.098.159 |
| Em conferência | - | - |
| Imparidade | - | - |
| | 1.753.134 | 2.098.159 |

- **Antiguidade de clientes**

A antiguidade de clientes decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| Ano | Total | Dívida não vencida | Dívida vencida | | | | |
|------|-----------|--------------------|----------------|--------------|--------------|--------------|---------|
| | | | ≤ 180 Dias | 181-365 Dias | 366-545 Dias | 546-730 Dias | >730 |
| 2016 | 1.753.134 | 562.335 | 520.444 | 244.628 | 252.150 | - | 173.577 |
| 2015 | 2.098.159 | 916.464 | 433.940 | 121.017 | 20.771 | 310.964 | 295.004 |

8.1.4. Outras Contas a Receber

As Outras contas a Receber discriminam-se como segue:

| | 2016 | 2015 |
|--|------------------|------------------|
| Pessoal | 753 | 663 |
| Devedores por acréscimos de rendimentos | | |
| Juros a receber | 1.963.238 | 2.359.317 |
| Outros devedores | 195.200 | 188.823 |
| Gastos a reconhecer | | |
| Rendas | 59.857 | 59.857 |
| Seguros | 35.945 | 2.477 |
| Informática | 31.171 | 1.633.305 |
| Juros | 5.199 | - |
| Outros | 1.350 | - |
| | 2.292.714 | 4.244.443 |

A rubrica de "Devedores por acréscimos de rendimentos" refere-se essencialmente aos juros de suprimentos debitados às unidades do grupo com as quais a empresa apresenta saldo. A redução face ao ano anterior é justificada pelo facto de no ano anterior não terem sido facturados, tendo ficado acrescidos.

A variação na rubrica de "Gastos a reconhecer" é justificada pelo facto de no ano anterior terem sido recebidas faturas do fornecedor "Microsoft" relativas a manutenção de licenças informáticas do ano de 2016.

8.1.5. Outros Instrumentos Financeiros

A rubrica dos "Outros instrumentos Financeiros" decompõe-se do seguinte modo:

| | 2016 | 2015 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Obrigações | 10.000.000 | 10.000.000 |
| Unidades de Participação | 0 | 273.137 |
| | 10.000.000 | 10.273.137 |

O montante de 10 milhões de euros refere-se a obrigações emitidas pela Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A., pelo período de 6 anos:

| Emitente | Ano emissão | Valor |
|---|-------------|-------------------|
| Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | 2014 | 10.000.000 |
| | | 10.000.000 |

Estas obrigações têm uma *put option* (Opção de venda) que confere à Empresa o direito ao resgate a qualquer momento do montante em causa.

8.2. Passivos Financeiros

A discriminação dos passivos financeiros pelas diferentes categorias é a indicada nos quadros seguintes:

| | 2016 | 2015 |
|---|--------------------|--------------------|
| NÃO CORRENTE | | |
| Financiamentos obtidos através de locações (nota 8.2.1) | 2.970.211 | 3.286.163 |
| Financiamentos obtidos (nota 8.2.1) | 103.110.987 | 99.209.064 |
| | 106.081.198 | 102.495.227 |
| Outros passivos financeiros | | |
| Instrumentos financeiros derivados (nota 8.2.4) | 2.301.121 | 1.487.808 |
| | 108.382.319 | 103.983.035 |
| CORRENTE | | |
| Fornecedores | | |
| Fornecedores, conta corrente | 843.016 | 2.157.142 |
| Fornecedores, faturas em recepção e conferência | - | - |
| | 843.016 | 2.157.142 |
| Outros passivos financeiros (nota 8.2.2) | 6.454.253 | - |
| Financiamentos obtidos através de locações (nota 8.2.1) | 1.043.783 | 1.045.272 |
| Financiamentos obtidos (nota 8.2.1) | 21.879.498 | 4.500.000 |
| Outras contas a pagar (nota 8.2.3) | 1.223.302 | 3.604.029 |
| | 31.443.853 | 11.306.443 |

O saldo de "Fornecedores" registou um decréscimo significativo face ao ano anterior, o qual é justificado pelo facto de em 2015 terem sido recebidas (e registadas) faturas do fornecedor "Microsoft" relativas a manutenção de licenças informáticas do ano de 2016 (nota "Outras Contas a Receber –Gastos a Reconhecer").

8.2.1. Financiamentos Obtidos

Os "Financiamentos Obtidos" Não Correntes e Correntes discriminam-se como segue:

| | 2016 | 2015 |
|-------------------------------|--------------------|--------------------|
| Financiamentos obtidos | | |
| Não corrente | | |
| Financiamentos obtidos | | |
| Empréstimos Bancários | | |
| Banco Popular | 2.838.701 | |
| Locações financeiras | 2.970.211 | 3.286.163 |
| Empréstimos por Obrigações | 99.494.476 | 99.209.064 |
| | 105.303.388 | 102.495.227 |
| Corrente | | |
| Financiamentos obtidos | | |
| Empréstimos Bancários | | |
| Banco Popular | 777.810 | - |
| Locações financeiras | 1.043.783 | 1.045.272 |
| Descobertos Bancários | 7.979.498 | - |
| Papel Comercial | 13.900.000 | 4.500.000 |
| | 23.701.092 | 5.545.272 |

A empresa tem contratado três programas de papel comercial com o limite de 26 milhares de euros. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estes passivos tinham o seguinte detalhe, respetivamente:

2016

| Montante Nominal contratado | Montante por Liquidar 2016 | | Amortização | | Taxa de Juro |
|-----------------------------|----------------------------|--------------|-------------|---------------|------------------------|
| | Corrente | Não Corrente | Maturidade | Periodicidade | |
| 6.000.000 | 6.000.000 | - | Nov. 2016 | Anual | Euribor máxima + 1,75% |
| 10.000.000 | 3.000.000 | - | Nov. 2019 | Anual | Euribor máxima + 2% |
| 10.000.000 | 4.900.000 | - | Mar. 2020 | Única | Euribor 1M + 1,1% |
| 26.000.000 | 13.900.000 | - | | | |

2015

| Montante Nominal contratado | Montante por Liquidar 2015 | | Amortização | | Taxa de Juro |
|-----------------------------|----------------------------|--------------|-------------|---------------|-------------------|
| | Corrente | Não Corrente | Maturidade | Periodicidade | |
| 10.000.000 | 4.500.000 | - | Dez.2018 | Única | Euribor 1M + 1,1% |
| 10.000.000 | 4.500.000 | - | | | |

Os Empréstimos por obrigações dizem respeito às seguintes emissões:

“JOSÉ DE MELLO SAÚDE 2014/2019”

- Valor total do empréstimo: 50.000.000 Euros
- Valor nominal: 10.000 Euros por obrigação
- Vencimento: 9 de junho de 2019
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses acrescida de 3,875%

“JOSÉ DE MELLO SAÚDE 2015/2021”

- Valor total do empréstimo: 50.000.000 Euros
- Valor nominal: 10.000 Euros por obrigação
- Vencimento: 17 de maio de 2021
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses acrescida de 2,95%

As locações encontram-se detalhadas na Nota 12 – Locações.

8.2.2. Outros Passivos Financeiros

A rubrica de outros passivos financeiros decompõe-se do seguinte modo:

| | 2016 | 2015 |
|------------------------------------|------------------|----------|
| Passivo Corrente | | |
| Empréstimos de subsidiárias | | |
| Vramondi International BV | 6.454.253 | - |
| | 6.454.253 | - |

8.2.3. Outras Contas a Pagar

As Outras contas a Pagar discriminam-se como segue:

| | 2016 | 2015 |
|--|------------------|------------------|
| Outras contas a pagar | | |
| Pessoal | 8.391 | 8.387 |
| Fornecedores de investimento | 300 | - |
| Credores por acréscimos de gastos | | |
| Remunerações a liquidar | 562.913 | 498.071 |
| Outros | 611.530 | 3.085.538 |
| Outros credores | 40.169 | 12.033 |
| | 1.223.302 | 3.604.029 |

A variação na rubrica de “Outros” é justificada pelo facto de em 2015 estar englobado o valor de 2.504 mil Euros referente aos benefícios de reforma que foram pagos em Janeiro de 2016.

8.2.4. Instrumentos financeiros derivados

Em 2014, a José de Mello Saúde, S.A. tinha a quase totalidade dos seus financiamentos indexados a taxas variáveis. Com o objetivo de reduzir o risco de exposição a variações de taxa de juro, foram contratadas em maio, junho e julho de 2015 “Swaps” de taxas de juro, “plain vanilla”, que cobrem 100% dos montantes dos empréstimos obrigacionistas emitidos em junho de 2014 e em maio de 2015 (100 milhões de Euros no total). Os “Swaps” contratados respeitam as características das referidas emissões de obrigações por forma a serem considerados produtos de cobertura (mesmo indexante, mesmo período e prazos de pagamento de juros). Na data de pagamento de juros, a Empresa recebe juros indexados à E6 para 100% do capital das obrigações e paga juros a taxa fixa sobre o mesmo montante.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a empresa tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

| | Passivo 2016 | | Passivo 2015 | |
|---|--------------|------------------|--------------|------------------|
| | Corrente | Não Corrente | Corrente | Não Corrente |
| Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa | | | | |
| Swap taxa de juro | - | 2.301.121 | - | 1.487.808 |
| Total de derivados passivos | 0 | 2.301.121 | 0 | 1.487.808 |

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a seis contratos de "Swap" de taxa de juro contratados pela empresa, com o objetivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro.

▪ Justo Valor dos Instrumentos Financeiros

As características dos instrumentos financeiros derivados contratados associados a operações de financiamento em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram as seguintes:

| Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa | Nocional | Moeda | Objetivo Económico | Maturidade | Justo Valor | |
|--|------------|-------|---|------------|--------------------|--------------------|
| | | | | | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
| <i>Swap's de taxa de juro</i> | | | | | | |
| Swap 13121-001 | 25.000.000 | Eur | Cobertura cash-flow de emissão obrigacionista | Jun/19 | (403.663) | (346.194) |
| Swap 13136-001 | 12.500.000 | Eur | Cobertura cash-flow de emissão obrigacionista | Jun/19 | (191.345) | (158.448) |
| Swap 13121-002 | 25.000.000 | Eur | Cobertura cash-flow de emissão obrigacionista | Mai/21 | (788.611) | (454.049) |
| Swap 13137-001 | 12.500.000 | Eur | Cobertura cash-flow de emissão obrigacionista | Mai/21 | (432.585) | (273.507) |
| Swap 13152-001 | 12.500.000 | Eur | Cobertura cash-flow de emissão obrigacionista | Mai/21 | (334.886) | (154.873) |
| Swap 13153-001 | 12.500.000 | Eur | Cobertura cash-flow de emissão obrigacionista | Jun/19 | (150.030) | (100.737) |
| | | | | | (2.301.121) | (1.487.808) |

A periodicidade dos fluxos pagos e recebidos dos instrumentos financeiros de cobertura derivados é semestral:

| Ref | SWAP's | | | | | |
|-------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 13121-001 | 13121-002 | 13136-001 | 13137-001 | 13152-001 | 13153-001 |
| Trade Date | 5/19/15 | 5/19/15 | 6/23/15 | 6/23/15 | 7/30/15 | 7/30/15 |
| Effective Date | 5/21/15 | 5/21/15 | 6/25/15 | 6/25/15 | 7/31/15 | 7/31/15 |
| Termination Date | 6/9/19 | 5/17/21 | 6/9/19 | 5/17/21 | 5/17/21 | 6/9/19 |
| Notional Amount | 25.000.000 | 25.000.000 | 12.500.000 | 12.500.000 | 12.500.000 | 12.500.000 |

▪ **Cobertura de Fluxos de Caixa**

A Empresa procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de emissões obrigacionistas, através da designação de "Swaps" de taxa de juro em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável, com um nocional de 100 milhões de Euros. Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa. O justo valor dos "Swaps" de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2016, é de 2.301.121 de Euros negativos.

9. ATIVOS DETIDOS PARA VENDA

| | 2016 | 2015 |
|--|------|------|
| ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA | | |
| Escala Braga - Soc. Gestora do Edifício, S.A. | - | - |
| Escala Parque - Gestão de Estacionamento, S.A. | - | - |
| Manuel Guimarães, Lda | - | - |
| | - | - |

É intenção da José de Mello Saúde, S.A. proceder à transmissão da sua participação no capital social, juntamente com todos os direitos e obrigações a estes inerentes, das seguintes entidades:

- Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. (20%)
- Escala Parque – Gestão de Estacionamento, S.A. (20%)
- Manuel Guimarães, Lda (100%)

Para o efeito, no caso do Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. e Escala Parque – Gestão de Estacionamento, S.A.) foi assinado um contrato de compra e venda de ações e prestações suplementares com um investidor, sendo que a conclusão da transação está dependentes das seguintes condições:

Escala Braga – Sociedade Gestora do Edifício, S.A. - a transação depende das Autorizações das seguintes entidades:

- Entidade Pública Contratante (Administração Regional de Saúde)
- Bancos Financiadores
- Autoridade da Concorrência ou da Comissão Europeia
- Escala Braga – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.

Escala Parque – Gestão de Estacionamento, S.A. - a transação depende das Autorizações a que a transação da Escala Braga Sociedade Gestora do Edifício, S.A está sujeita (acima identificadas).

No caso da Manuel Guimarães, Lda, a venda já se concretizou no início de Março de 2017.

10. CAPITAL

10.1. Capital Social

O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado, dividido em 10.600.000 ações, no valor de 5 Euros cada, e que se divide da seguinte forma:

| | 2016 | | 2015 | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Valor | Quantidade | Valor | Quantidade |
| Capital | | | | |
| José de Mello SGPS, S.A. | 34.900.500 | 6.980.100 | 34.900.500 | 6.980.100 |
| Farminveste-Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | 15.900.000 | 3.180.000 | 15.900.000 | 3.180.000 |
| Fundação Amélia da Silva de Mello | 2.199.500 | 439.900 | 2.199.500 | 439.900 |
| | 53.000.000 | 10.600.000 | 53.000.000 | 10.600.000 |

10.2. Variações do Capital Próprio

As principais variações ocorridas nos Capitais Próprios, como se pode verificar pela Demonstração das Alterações dos Capitais Próprios, estão relacionadas com:

- Aplicação do Resultado Líquido positivo do ano anterior no valor de 18.519.167 Euros, conforme ata nº 51:

- Transferência para Resultados Transitados no montante de 17.593.209 Euros
- Constituição de Reservas Legais no valor de 925.958 Euros para Reservas Legais

10.3. Reservas e Outras Rubricas do Capital Próprio

As Reservas e outras rubricas do capital próprio registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

| | Reservas Legais | Reserva de Operações de Cobertura | Outras Reservas | Outros Instrumentos Capital Próprio | Resultados Transitados |
|---|------------------|-----------------------------------|-----------------|-------------------------------------|------------------------|
| 1 de janeiro de 2015 | 2.495.813 | - | 12.248 | 14.350.000 | (4.960.599) |
| Efeitos da Reexpressão | | | | | (120.129) |
| Adições | 934.688 | | | | |
| Variação do MTM referente aos instrumentos financeiros de cobertura | | (1.487.808) | | | |
| Regularizações por resultados | | | | | 17.759.079 |
| 31 de dezembro 2015 | 3.430.501 | (1.487.808) | 12.248 | 14.350.000 | 12.678.352 |
| 1 de janeiro de 2016 | 3.430.501 | (1.487.808) | 12.248 | 14.350.000 | 12.678.352 |
| Adições | 925.958 | | | | 17.593.209 |
| Variação do MTM referente aos instrumentos financeiros de cobertura | | (813.312) | | | |
| Dividendos | | | | | |
| Devolução de Prestações Acessórias | | | | (14.350.000) | |
| 31 de dezembro 2016 | 4.356.460 | (2.301.120) | 12.248 | - | 30.271.560 |

A Reserva legal não está totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social), pelo que se procedeu à dotação do valor mínimo estipulado (5% do resultado líquido).

A variação nas "Outras Reservas" respeita ao reconhecimento de perdas com operações de cobertura no montante de 813.312 Euros (nota "Outros Passivos Financeiros").

A redução na rubrica "Outros Instrumentos de Capital Próprio" é justificada pela devolução de Prestações suplementares no montante de 14,3 milhões de euros.

10.4. Dividendos

Conforme deliberação do Conselho de Administração realizado em 20 de setembro de 2016, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram pagos dividendos antecipados de 1,08 Euros por ação, no montante de 11,4 milhões de euros, sobre o resultado do balanço intercalar elaborado em 31 de agosto de 2016. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não foram pagos dividendos.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

As contas de Estado e Outros Entes Públicos apresentam a seguinte decomposição:

| | 2016 | 2015 |
|---------------------------------------|-------------------|------------------|
| Estado e Outros Entes Públicos | | |
| Saldo a Receber | | |
| Imposto sobre o rendimento | 19.606.734 | 6.208.396 |
| IVA | 417.469 | 435.869 |
| | 20.024.203 | 6.644.265 |
| Saldo a Pagar | | |
| Retenções Imposto sobre Rendimento | 15.355 | 17.212 |
| Contribuição para a Segurança Social | 11.037 | 12.623 |
| | 26.392 | 29.835 |

12. LOCAÇÕES

12.1. Locações Financeiras

A Empresa tem contratos de locação financeira para vários itens dos seus Ativos Fixos Tangíveis, incluídos na Demonstração da Posição Financeira. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira, para cada categoria de ativo:

| | 2016 | 2015 |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| TANGÍVEIS | | |
| Edifícios e outras construções | 56.194 | 84.392 |
| Equipamento básico | 4.339.872 | 4.530.646 |
| | 4.396.067 | 4.615.038 |

O total dos futuros pagamentos mínimos da locação financeira à data da Demonstração da Posição Financeira, repartidos por períodos de vencimentos, encontra-se detalhado no quadro seguinte:

| | 2016 | 2015 |
|--|------------------|------------------|
| Passivo não corrente | | |
| Financiamentos obtidos através de locações | 2.970.211 | 3.286.163 |
| Passivo corrente | | |
| Financiamentos obtidos através de locações | 1.043.783 | 1.045.272 |
| | 4.013.994 | 4.331.435 |

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram pagas rendas relativas a contratos de locação financeira no valor de 965.602 Euros e 917.686 Euros, respetivamente.

12.2. Locações Operacionais

Os contratos de locação operacional em vigor na Empresa respeitam, essencialmente, a viaturas e equipamento de escritório.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram reconhecidos custos de 31.669 Euros e 19.287 Euros, respetivamente, relativos a rendas de contratos de locação operacional.

13. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões, por cada rubrica, encontra-se refletido no quadro seguinte:

| | Outras Provisões | TOTAL |
|---------------------------------|-----------------------------|--------------------|
| A 1 de janeiro de 2015 | 22.057.196 | 22.057.196 |
| Aumentos do ano | 97.000 | 97.000 |
| Reversões do ano | (41.180) | (41.180) |
| A 31 de dezembro de 2015 | 22.113.016 | 22.113.016 |
| A 1 de janeiro de 2016 | 22.113.016 | 22.113.016 |
| Reversões do ano | (6.266.078) | (6.266.078) |
| A 31 de dezembro de 2016 | 15.846.938 | 15.846.938 |

Em 2016 houve uma reversão nas provisões no montante total de 6,2 milhões de euros essencialmente referente às participações da José de Mello Saúde no Hospital **CUF** Porto e Vramondi International Bv. O valor registado refere-se a responsabilidades adicionais na subsidiária Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A.

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

O gasto por impostos é o indicado no quadro seguinte:

| | 2016 | 2015 |
|--|--------------------|--------------------|
| Imposto Corrente | | |
| IRC do ano | (2.332.084) | (1.962.976) |
| Imposto Diferido | | |
| Instrumentos Financeiros de cobertura (Swap's) | (182.995) | (323.625) |
| Outros | 27.373 | - |
| | (155.623) | (323.625) |
| | (2.487.707) | (2.286.601) |

As quantias de Ativos e Passivos por Impostos Diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:

| | Contas Balanço | | Contas Demonstração Resultados | |
|--|------------------|----------------|--------------------------------|----------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Impostos Diferidos Ativos | | | | |
| Instrumentos Financeiros de cobertura (Swap's) | 517.752 | 334.757 | 182.995 | 323.625 |
| Benefícios de Reforma | 536.100 | 563.472 | (27.373) | - |
| | 1.053.852 | 898.229 | 155.623 | 323.625 |

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

| | Base de imposto | |
|--|--------------------|--------------------|
| | 2016 | 2015 |
| Resultado antes de impostos | 26.615.976 | 16.232.566 |
| Taxa Nominal de Imposto | 21,00% | 21,00% |
| IMPOSTO SOBRE O LUCRO À TAXA NOMINAL | 5.589.355 | 3.408.839 |
| Proveitos não tributáveis | | |
| Matéria colectável / Prejuízo fiscal imputado por ACE | | |
| Mais Valias Contabilísticas | | |
| Eliminação da dupla tributação | 23.913.683 | 23.103.730 |
| Anulação do Metodo de equivalencia patrimonial | 454.187 | |
| Restituição de impostos | 212.893 | 199.929 |
| Reversão de provisões tributadas | 6.266.078 | 41.180 |
| Benefícios Fiscais | 13.797 | 3.380 |
| Outros | 223.706 | |
| | 31.084.343 | 23.348.219 |
| Custos não dedutíveis para efeitos fiscais | | |
| Matéria colectável / lucro tributável imputado por ACE | | |
| Donativos | 93.996 | 35.102 |
| Multas, coimas e juros compensatórios | 250 | 1.409 |
| Encargos de viaturas sem condutor | 12.212 | |
| Depreciações e amortizações não aceites como gasto | 103.132 | |
| Realizações de utilidade social não dedutíveis | 23.309 | 8.698 |
| Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais | | 97.000 |
| IRC e outros impostos incidentes sobre os lucros | | 74.263 |
| Correções relativas a exercícios anteriores | 129.744 | 485.163 |
| Outros | | 2.504.268 |
| | 362.644 | 3.205.903 |
| Prejuízo Fiscal/Lucro tributável | (4.105.724) | (3.909.751) |
| Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal | 21,00% | 21,00% |
| Imposto calculado | - | - |
| Tributação autónoma | 74.861 | 69.350 |
| Poupança Fiscal | (2.406.946) | (2.032.326) |
| | (2.332.084) | (1.962.976) |
| IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO | (2.332.084) | (1.962.976) |
| TAXA EFETIVA DE IMPOSTO | -8,76% | -12,09% |

15. SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

| | 2016 | 2015 |
|-------------------------------|------------------|------------------|
| Prestações de Serviços | | |
| Serviços | 1.400.283 | 1.096.221 |
| | 1.400.283 | 1.096.221 |

Os Serviços Prestados em 2016 respeitam a serviços de aluguer de equipamentos, e registaram um aumento de 304 mil (+28%) Euros face ao exercício anterior.

16. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| | 2016 | 2015 |
|---|------------------|------------------|
| Rendimentos Suplementares | | |
| Alienações | - | 6.593 |
| MEP | | - |
| Outros | | |
| Correções relativas a períodos anteriores | 82.394 | 38.220 |
| Excesso da Estimativa para impostos | 212.893 | 199.929 |
| Restituição Impostos | 102.050 | - |
| Outros não especificados | 818.918 | 775.893 |
| | 1.216.255 | 1.020.635 |

A rubrica de “**Outros não especificados**” engloba essencialmente o valor da renda do escritório debitado à JMS - Prestação de Serviços Administrativos e Operacionais ACE. O aumento face ao ano anterior é justificado pelo aumento do espaço arrendado.

17. GASTOS COM PESSOAL

O detalhe dos Gastos com Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

| | 2016 | 2015 |
|--|------------------|------------------|
| Remunerações | | |
| Remunerações dos Órgãos Sociais | 464.676 | 469.074 |
| Remunerações do Pessoal | 33.633 | 41.663 |
| Benefícios de Reforma | - | 158.947 |
| Encargos sobre Remunerações | 117.868 | 128.723 |
| Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais | 37.000 | 33.807 |
| Gastos de ação social | 2.922 | 4.336 |
| Outros gastos com o Pessoal | 481.634 | 587.821 |
| | 1.137.733 | 1.424.370 |

O número de pessoas ao serviço da Empresa em 31 de dezembro de 2016 foi de 14 (2015: 11 pessoas). A redução face ao ano anterior é justificada essencialmente pela rubrica de “Benefícios de Reforma”. No ano anterior encontravam-se registados 158 mil euros referentes a um seguro de rendas vitalícias que foi liquidado em 2016.

18. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| | 2016 | 2015 |
|---|------------------|------------------|
| Subcontratos | 11.884 | 39.649 |
| Serviços especializados | | |
| Trabalhos especializados | 793.178 | 1.550.453 |
| Publicidade e propaganda | 896.425 | 1.320.959 |
| Honorários | 236.471 | 307.802 |
| Conservação e reparação | 922 | - |
| Materiais | | |
| Ferramentas e utensílios | - | 4.041 |
| Livros e Documentação Técnica | 2.228 | 2.260 |
| Material de escritório | - | 3.052 |
| Artigos para oferta | 146.930 | 400 |
| Energia e Fluidos | | |
| Electricidade | 55.915 | 45.002 |
| Combustíveis | 4.048 | 2.898 |
| Deslocações, estadas e transportes | | |
| Deslocações e estadas | 51.949 | 53.700 |
| Serviços diversos | | |
| Rendas e alugueres | 897.249 | 696.434 |
| Comunicação | 31.268 | 69.502 |
| Seguros | 34.794 | 24.867 |
| Contencioso e notariado | 7.395 | 51.890 |
| Despesas de representação | - | 727 |
| Limpeza, Higiene e Conforto | 6.737 | 4.290 |
| Outros | 3.663 | 2.659 |
| | 3.181.056 | 4.180.585 |

A redução dos fornecimentos e serviços externos é essencialmente justificada pela rubrica de **“Publicidade e Propaganda”** e **“Trabalhos Especializados”** (consultores).

19. OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| | 2016 | 2015 |
|--|----------------|------------------|
| Gastos e Perdas em empresas do grupo e associadas | | |
| Ajustamento Ativos Financeiros | 371.117 | (130.925) |
| | 371.117 | (130.925) |
| Impostos | 19.823 | 73.741 |
| Outros | | |
| Correções relativas a períodos anteriores | 129.744 | 485.163 |
| Donativos | 115.000 | 35.102 |
| Quotizações | 21.890 | 8.450 |
| Insuficiência de estimativa para impostos | - | 74.263 |
| Multas e penalidades | | |
| Multas não fiscais | 240 | 1.409 |
| Outros Gastos e Perdas | 5.069 | 197.322 |
| | 291.765 | 875.450 |

A variação face ao ano anterior é essencialmente justificada pela conta de “Correções relativas a períodos anteriores”: em 2015 foi registado o perdão de dívida do Plano de Recuperação da Digihealth, S.A.

20. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Conforme mapa seguinte as depreciações e amortizações totalizam 1.093.922 Euros (691.596 Euros em 2015):

| | 2016 | 2015 |
|---|------------------|----------------|
| Gastos de depreciação e de amortização | | |
| Ativos Fixos Tangíveis | 1.093.922 | 691.596 |
| | 1.093.922 | 691.596 |



21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| | 2016 | 2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| Juros Obtidos | | |
| De Depósitos | 42.586 | 120.606 |
| De outras aplicações de Meios Financeiros Líquidos | 93.838 | 93.582 |
| De Financiamentos concedidos a Associadas e Empre. Conjuntos | - | - |
| De Financiamentos concedidos a Subsidiárias | 3.739.170 | 2.265.222 |
| De Outros Financiamentos concedidos | 24.066.269 | 23.311.332 |
| Outros Rendimentos Similares | - | 13 |
| | 27.941.863 | 25.790.756 |

A rubrica de “**Outros financiamentos concedidos**” engloba essencialmente os juros dos suprimentos concedidos.

22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| | 2016 | 2015 |
|--|------------------|------------------|
| Juros Suportados | | |
| De Financiamentos Obtidos | 3.545.764 | 3.318.688 |
| De Locações Financeiras | 130.678 | 113.629 |
| Outros | 685.545 | 353.780 |
| Outros Gastos e Perdas de Financiamento | | |
| De Financiamentos Obtidos | - | 4.629 |
| Outros | 447.057 | 525.573 |
| | 4.809.044 | 4.316.299 |

A rubrica “Juros suportados de financiamentos obtidos” engloba essencialmente os juros do empréstimo obrigacionista.

23. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

23.1 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
- Risco de taxa de juro
- Risco de taxa de câmbio
- Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros – incluindo a sua identificação e avaliação – é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

23.2 Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, na sua Demonstração da Posição Financeira, de ativos e passivos financeiros contratados a taxa fixa ou a taxa variável.

No primeiro caso, a Empresa enfrenta um risco de variação do "justo valor" desses ativos ou passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). No segundo caso, tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos/pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

De forma a gerir o risco de taxa de juro, a Empresa procura manter uma carteira variada de financiamentos concedidos e obtidos de taxa de juro fixa e de taxa variável.

23.3 Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda. A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne às seguintes atividades:

- Atividade Operacional – Clientes, Fornecedores e Outras Contas a Receber e a Pagar;
- Atividades de financiamento – Financiamentos Obtidos.

A gestão do risco de crédito relativo a Clientes e outras Contas a Receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas, procedimentos e controlos estabelecidos pela Empresa;
- Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios de avaliação interna;
- A qualidade de crédito de cada cliente é avaliada com base em notações de crédito fornecidas por entidades especializadas externas;
- Os valores em dívida são regularmente monitorizados e os fornecimentos para os clientes mais significativos estão normalmente cobertos por garantias.

■ Compromissos financeiros com garantias

À data de 31 de dezembro de 2016 a entidade tem em carteira as seguintes garantias prestadas:

| Garantia | Banco | Data do início | Montante | Beneficiário | Motivo |
|-----------|-----------------|----------------|-----------|---|---|
| 488019767 | SANTANDER TOTTA | 5/24/16 | 303.195 | Câmara Municipal de Lisboa | “Reposição das condições iniciais do terreno” no âmbito da “Expansão do Hospital CUF Descobertas” |
| N00367208 | NOVO BANCO | 5/19/11 | 2.400.000 | Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | Acordo de subscrição e realização de capital |

24. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Estas demonstrações financeiras separadas foram autorizadas para emissão em março de 2016 pelo Conselho de Administração.

Conforme divulgado na Nota 9, em março de 2017 concretizou-se a venda da Manuel Guimarães, Lda., pelo montante de 18 mil Euros. Desde 31 de dezembro de 2016 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

25. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o exigido pelo n.º5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), não existem operações não incluídas na Demonstração da Posição Financeira pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objectivo comercial, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

O Contabilista Certificado

A Administração

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de José de Mello Saúde, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 221.299.740 euros e um total de capital próprio de 65.600.238 euros, incluindo um resultado líquido de 29.103.683 euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de José de Mello Saúde, S.A. em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Teste de imparidade dos Investimentos em subsidiária e participadas e mensuração das provisões

| Descrição dos riscos de distorção material mais significativos | Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos |
|--|---|
| <p>O montante escriturado nos Investimentos em subsidiárias e participadas, a 31 de dezembro de 2016, ascende a 64.130 milhares de euros, representando cerca de 30% do total do ativo da Empresa.</p> <p>A eventual imparidade dos Investimentos em subsidiárias e participadas mensurados ao custo e o reconhecimento de provisões para fazer face a eventuais responsabilidades adicionais nas subsidiárias e participadas com capitais próprios negativos, foi considerada uma matéria relevante porque o montante escriturado destes ativos é</p> | <p>Avaliámos os pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pela Órgão de Gestão, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento na perpetuidade e as análises de sensibilidade, apoiados por especialistas internos em avaliações de negócios.</p> <p>Analisámos a consistência dos pressupostos usados na construção do plano de negócios face a anos anteriores, face a dados históricos e comparamos com dados externos. Validámos os cálculos aritméticos do modelo utilizado.</p> <p>Avaliámos a necessidade de constituir e/ou manter a provisão para fazer face a eventuais responsabilidades, decorrentes dos capitais próprios de algumas participadas não terem capacidade de solver os seus</p> |

| Descrição dos riscos de distorção material mais significativos | Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos |
|--|---|
| <p>significativo e porque o processo de avaliação da imparidade é complexo, incluindo o uso de estimativas e a utilização de pressupostos, nomeadamente condições futuras de mercado e económicas.</p> | <p>compromissos. Focámo-nos especificamente na análise de sensibilidade do teste para as diferentes participações financeiras, de modo a garantir que as divulgações incluídas na Nota 7 das demonstrações financeiras refletem os resultados dos testes de imparidade efetuados. Confirmamos os demais requisitos de divulgações aplicáveis (IAS 36 e IAS 37).</p> |

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições

que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão, que tem por base essencialmente informação financeira consolidada na qual se inclui a Entidade, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário (Informação sobre a estrutura acionista, organização e governo da sociedade) inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos eleitos auditores de José de Mello Saúde, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 11 de outubro de 2007 para um mandato compreendido entre 2007 e 2009. Fomos eleitos na assembleia geral de acionistas realizada em 29 de abril de 2016 para um quarto mandato compreendido entre 2016 e 2018.
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para

responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 31 de março de 2017.
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 10 de abril de 2017

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:

Luís Miguel Gonçalves Rosado - ROC nº 1607
Registado na CMVM com o nº 20161217

3.4. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal para 2016

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS INDIVIDUAIS

Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários vem o Conselho Fiscal da José de Mello Saúde S.A., com sede em Av. do Forte, nº 3 - Edifício Suécia III, Piso .2, .2790-073 Carnaxide, apresentar o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração em relação ao exercício findo em 31 dezembro 2016.

1. Procedemos, nos termos legais e estatutários:

- à aprovação do Plano de atividades para 2016;
- à fiscalização dos atos da Administração, através de reuniões com a direção de auditoria interna, a direção financeira, a direção de planeamento estratégico, controlo de gestão e inovação, direção de sistemas de informação e a direção de desenvolvimento organizacional e qualidade, tendo obtido os esclarecimentos e conforto considerados necessários;
- à verificação da observância da lei e do cumprimento do contrato da sociedade;
- à avaliação sobre se as políticas contabilísticas e critérios de valorimetria/mensuração adotados pela sociedade estão de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, e conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- à avaliação da eficácia do sistema de controlo interno implementado pela Administração;
- à fiscalização do processo de preparação e divulgação da informação financeira;
- à verificação da exatidão da Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital

Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2016;

- à apreciação do Relatório de Gestão emitido pela Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele inserta;
- à apreciação do trabalho realizado pelo Revisor Oficial de Contas conducente à revisão legal e a serviços adicionais;
- à verificação dos termos da Certificação Legal das Contas, o Relatório de Auditoria e o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização, emitidos pela Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., tendo concluído que o seu conteúdo merece o nosso acordo.

2. A ação fiscalizadora desenvolvida permite-nos concluir que:

- os atos da Administração do nosso conhecimento salvaguardam o cumprimento da lei e do contrato da sociedade;
- não tomamos conhecimento de situações que possam pôr em causa a adequação e eficácia do sistema de controlo interno implementado pela Administração no controlo dos riscos a que a sociedade está exposta;
- a contabilidade e as contas satisfazem as disposições legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis, refletem a atividade desenvolvida e conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados da sociedade;
- o Relatório de Gestão é concordante com as contas apresentadas e expõe com fidelidade a evolução da atividade e dos negócios no exercício;
- o Relatório divulgado inclui os elementos referidos no artigo 245º-A do Código de Valores Mobiliários sobre a estrutura e práticas do governo societário;

- a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2016, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;
- a auditoria às demonstrações financeiras realizada pelo Revisor Oficial de Contas foi adequada às circunstâncias, e os serviços adicionais não comprometeram a sua independência;
- a proposta de aplicação de resultados é adequada e encontra-se devidamente fundamentada.

3. Podemos assim declarar:

- a nossa concordância com o teor da Certificação legal das Contas emitidas pelo Revisor Oficial de Contas;
- a nossa concordância com o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2016 apresentadas pelo Conselho de Administração;
- que tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação financeira divulgada foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da sociedade, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

4. Nesta conformidade, tendo em conta as ações levadas a cabo, somos de parecer que:

- sejam aprovados o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2016 apresentados pelo Conselho de Administração;

- seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Finalmente desejamos agradecer à Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Sociedade com quem contactámos, toda a colaboração recebida no desempenho das funções.

Lisboa, 11 de Abril de 2017

O Conselho Fiscal

José Manuel Gonçalves de Morais Cabral
(Presidente)

João Filipe de Moura-Braz Corrêa da Silva
(Vogal)

José Luís Bonifácio Lopes
(Vogal)



DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal da José de Mello Saúde, S.A. ("JMS") declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais individuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas, i) foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da JMS; ii) expõem fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da JMS; e iii) contêm uma descrição dos principais riscos com que a JMS se defronta na sua atividade.

Lisboa, 11 de Abril de 2017

O Conselho Fiscal

José Manuel Gonçalves de Moraes Cabral
(Presidente)

João Filipe de Moura-Braz Corrêa da Silva
(Vogal)

José Luís Bonifácio Lopes
(Vogal)



JOSÉ DE MELLO · SAÚDE



04

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

4.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas a 31 de dezembro de 2016

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO Do Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

| Valores expressos em Euros | Notas | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|-------|----------------------|----------------------|
| Operações em continuação: | | | |
| Proveitos operacionais: | | | |
| Vendas e prestações de serviços | 5, 6 | 578.041.322 | 551.659.291 |
| Outros proveitos operacionais | 5, 6 | 8.229.524 | 8.516.064 |
| Total de proveitos operacionais | | 586.270.846 | 560.175.355 |
| Custos operacionais: | | | |
| Custo das vendas | 7 | (107.414.581) | (104.571.627) |
| Fornecimentos e serviços externos | 8 | (222.850.139) | (214.079.381) |
| Gastos com o pessoal | 9 | (184.618.966) | (172.859.576) |
| Amortizações e depreciações | 17 | (25.092.368) | (22.793.301) |
| Provisões e perdas por imparidade, líquido | 34 | (1.754.594) | 1.471.945 |
| Outros custos operacionais | 10 | (3.005.581) | (5.168.692) |
| Total de custos operacionais | | (544.736.229) | (518.000.632) |
| Resultados operacionais | 5 | 41.534.616 | 42.174.723 |
| Custos e perdas financeiros | 11 | (10.086.554) | (11.683.759) |
| Proveitos e ganhos financeiros | 11 | 522.121 | 1.010.733 |
| Resultados relativos a empresas associadas | 11 | 760.181 | 363.658 |
| Resultados relativos a atividades de investimento | 11 | (83.070) | (130.926) |
| Resultados financeiros | 5 | (8.887.323) | (10.440.293) |
| Resultados antes de impostos | 5 | 32.647.294 | 31.734.429 |
| Impostos sobre o rendimento | 12 | (8.444.376) | (9.510.192) |
| Resultado líquido consolidado do exercício | | 24.202.918 | 22.224.237 |
| Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam | 30 | 283.937 | 330.297 |
| Resultado líquido do exercício atribuível a detentores de capital | 5 | 23.918.981 | 21.893.940 |

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

Do Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

| Valores expressos em Euros | Notas | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---|-------|-------------------|-------------------|
| Outros itens do Rendimento Integral: | | | |
| Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente no capital próprio que não serão reclassificados para resultados: | | | |
| Revalorização de ativos fixos tangíveis | 17 | 5.127.649 | 5.341.597 |
| Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente no capital próprio que poderão vir a ser reclassificados para resultados: | | | |
| Varição no justo valor dos instrumentos de cobertura | 38 | (813.312) | (1.487.808) |
| | | 4.314.337 | 3.853.789 |
| Rendimento integral consolidado | | 28.517.255 | 26.078.026 |
| Rendimento integral do exercício atribuível a interesses que não controlam | 30 | 283.937 | 330.297 |
| Rendimento integral do exercício atribuível a detentores de capital | | 28.233.318 | 25.747.729 |
| Resultado por ação: | | | |
| Básico | 14 | 2,26 | 2,07 |
| Diluído | 14 | 2,26 | 2,07 |

O Contabilista Certificado,

A Administração

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e de outro rendimento integral consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2016

| Valores expressos em Euros | Notas | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---|-------|--------------------|--------------------|
| Ativos não correntes: | | | |
| Goodwill | 15 | 33.366.429 | 32.808.529 |
| Ativos intangíveis | 16 | 12.877.217 | 11.448.091 |
| Ativos fixos tangíveis | 17 | 189.789.608 | 167.033.259 |
| Propriedades de investimento | | - | 69.825 |
| Investimentos em associadas | 18 | 168.111 | 3.268.747 |
| Outros investimentos | 19 | 509.672 | 311.628 |
| Ativos por impostos diferidos | 20 | 4.291.945 | 3.178.936 |
| Outros ativos não correntes | 21 | 8.296.945 | 8.296.945 |
| Total de ativos não correntes | | 249.299.926 | 226.415.959 |
| Ativos correntes: | | | |
| Inventários | 7, 22 | 11.262.856 | 8.930.011 |
| Clientes e adiantamentos a fornecedores | 23 | 95.377.577 | 87.689.081 |
| Outros devedores correntes | 24 | 5.088.234 | 10.595.019 |
| Estado e outros entes públicos | 25 | 13.540.692 | 7.342.073 |
| Outros Ativos correntes | 21 | 60.410.979 | 54.251.333 |
| Outros instrumentos financeiros | 26 | 48.650.000 | - |
| Caixa e depósitos bancários | 26 | 16.067.394 | 83.476.796 |
| Total de ativos correntes | | 250.397.732 | 252.284.312 |
| Ativos não correntes detidos para venda | 5, 27 | 3.168.613 | 76.416 |
| TOTAL DO ATIVO | | 502.866.271 | 478.776.687 |

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2016

| Valores expressos em Euros | Notas | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|--------|--------------------|--------------------|
| Capital próprio: | | | |
| Capital | 28 | 53.000.000 | 53.000.000 |
| Prestações acessórias | | - | 14.350.000 |
| Reserva legal | 29 | 4.356.460 | 3.430.501 |
| Outras reservas e resultados transitados | | 7.839.302 | (15.113.286) |
| Resultado líquido consolidado | | 23.918.981 | 21.893.940 |
| Dividendos antecipados | 13 | (11.408.000) | - |
| Capital próprio atribuível a acionistas | | 77.706.743 | 77.561.156 |
| Interesses que não controlam | 30 | 3.960.796 | 3.708.111 |
| Total do capital próprio | | 81.667.539 | 81.269.266 |
| Passivos não correntes: | | | |
| Empréstimos | 31 | 117.984.922 | 115.027.134 |
| Credores por locações financeiras | 32 | 59.964.427 | 58.919.624 |
| Benefícios aos empregados | 33, 34 | 1.461.775 | 1.762.373 |
| Provisões | 34 | 14.021.234 | 12.974.908 |
| Passivos por impostos diferidos | 20 | 2.857.449 | - |
| Outros passivos não correntes | 38 | 2.301.121 | 1.487.808 |
| Total de passivos não correntes | | 198.590.928 | 190.171.848 |
| Passivos correntes: | | | |
| Empréstimos | 31 | 32.025.005 | 27.695.473 |
| Credores por locações financeiras | 32 | 9.650.238 | 10.460.085 |
| Fornecedores e adiantamentos de clientes | 35 | 87.534.852 | 86.184.115 |
| Estado e outros entes públicos | 25 | 19.252.327 | 18.616.687 |
| Outros credores correntes | 36 | 8.547.200 | 7.250.907 |
| Outros passivos correntes | 37 | 65.598.181 | 57.128.305 |
| Total de passivos correntes | | 222.607.805 | 207.335.573 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 421.198.732 | 397.507.421 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | | 502.866.271 | 478.776.687 |

O Contabilista Certificado,

A Administração

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2016.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

| Valores expressos em Euros | Notas | Capital | Prestações acessórias |
|--|-------|-------------------|-----------------------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | | 53.000.000 | 14.350.000 |
| Aplicação do resultado consolidado de 2014: | | | |
| Transferência para resultados transitados | | - | - |
| Transferência para Reserva Legal | | - | - |
| Dividendos distribuídos | | - | - |
| Variações resultantes de alterações dos capitais próprios de associadas | | - | - |
| Variações de interesses que não controlam resultantes de alterações do perímetro de consolidação | | - | - |
| Aquisição de interesses que não controlam | | - | - |
| Resultado consolidado líquido do exercício | | - | - |
| Outros rendimentos e ganhos reconhecidos no capital próprio: | | | |
| Revalorização de ativos fixos tangíveis | | - | - |
| Varição no justo valor dos instrumentos de cobertura | | - | - |
| Total do rendimento integral do exercício | | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | | 53.000.000 | 14.350.000 |
| Aplicação do resultado consolidado de 2015: | | | |
| Transferência para resultados transitados | | - | - |
| Transferência para Reserva Legal | | - | - |
| Dividendos distribuídos | 13 | - | - |
| Variações resultantes de alterações dos capitais próprios de associadas e subsidiárias | | - | - |
| Reembolso de prestações acessórias | | - | (14.350.000) |
| Reduções de participação de capital | | - | - |
| Outros | | - | - |
| Resultado consolidado líquido do exercício | | - | - |
| Outros rendimentos e ganhos reconhecidos no capital próprio: | | | |
| Revalorização de ativos fixos tangíveis | | - | - |
| Varição no justo valor dos instrumentos de cobertura | | - | - |
| Total do rendimento integral do exercício | | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | | 53.000.000 | - |

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.



| Reserva legal | Outras reservas e Resultados transitados | Resultado líquido | Dividendos antecipados | Interesses que não controlam | Total |
|------------------|--|-------------------|------------------------|------------------------------|-------------------|
| 2.495.813 | (32.978.803) | 16.282.941 | - | 3.577.537 | 56.727.488 |
| - | 15.348.252 | (15.348.252) | - | - | - |
| 934.688 | - | (934.688) | - | - | - |
| - | (1.207.903) | - | - | (181.257) | (1.389.160) |
| - | (147.158) | - | - | 71 | (147.087) |
| - | - | - | - | - | - |
| - | 18.536 | - | - | (18.536) | - |
| - | - | 21.893.940 | - | 330.297 | 22.224.237 |
| - | 5.341.597 | - | - | - | 5.341.597 |
| - | (1.487.808) | - | - | - | (1.487.808) |
| - | 3.853.789 | 21.893.940 | - | 330.297 | 26.078.026 |
| 3.430.501 | (15.113.286) | 21.893.940 | - | 3.708.111 | 81.269.266 |
| - | 20.967.982 | (20.967.982) | - | - | - |
| 925.958 | - | (925.958) | - | - | - |
| - | (1.495.329) | - | (11.408.000) | (206.278) | (13.109.607) |
| - | 657.218 | - | - | 175.027 | 832.245 |
| - | - | - | - | - | (14.350.000) |
| - | - | - | - | - | - |
| - | (1.491.620) | - | - | - | (1.491.620) |
| - | - | 23.918.981 | - | 283.937 | 24.202.918 |
| - | 5.127.649 | - | - | - | 5.127.649 |
| - | (813.312) | - | - | - | (813.312) |
| - | 4.314.337 | 23.918.981 | - | 283.937 | 28.517.255 |
| 4.356.460 | 7.839.302 | 23.918.981 | (11.408.000) | 3.960.796 | 81.667.539 |

O Contabilista Certificado,

A Administração

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

| Valores expressos em Euros | Notas | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--|-------|---------------------|---------------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS: | | | |
| Recebimentos de clientes | | 576.418.011 | 530.081.393 |
| Pagamentos a fornecedores | | (350.671.062) | (318.307.881) |
| Pagamentos ao pessoal | | (181.584.069) | (172.130.342) |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | | (14.820.101) | (8.974.402) |
| Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional | | 1.306.138 | 2.151.585 |
| Fluxos das atividades operacionais (1) | | 30.648.917 | 32.820.354 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Ativos financeiros e outros investimentos | 26 | 1.279.718 | 8.184.204 |
| Ativos fixos tangíveis | | 82.358 | 88.087 |
| Juros e proveitos similares | | 417.605 | 622.610 |
| Dividendos | | 259.396 | 507.058 |
| | | 2.039.077 | 9.401.960 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos financeiros e outros investimentos | 26 | (327.600) | (15.213.081) |
| Ativos fixos tangíveis | | (13.901.628) | (33.277.481) |
| Ativos intangíveis | | (2.674.065) | (641.429) |
| | | (16.903.293) | (49.131.991) |
| Fluxos das atividades de investimento (2) | | (14.864.216) | (39.730.031) |

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA**

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

| Valores expressos em Euros | Notas | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|---|-------|----------------------|----------------------|
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO: | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Empréstimos obtidos | | 244.800.000 | 203.233.120 |
| Empréstimos a empresas do Grupo | | 3.990.000 | 5.875.798 |
| Outros instrumentos financeiros | | 13.500.000 | - |
| Instrumentos financeiros derivados | | 1.358.563 | 1.284.755 |
| | | 263.648.563 | 210.393.674 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Empréstimos obtidos | | (236.191.351) | (197.899.354) |
| Empréstimos a empresas do Grupo | | - | (5.979.258) |
| Amortização de contratos de locação financeira | | (9.773.480) | (20.957.655) |
| Juros e custos similares | | (8.850.873) | (12.044.196) |
| Dividendos pagos e resultados distribuídos | | (12.597.191) | (1.389.086) |
| Reduções de capital e prestações acessórias | | (14.350.000) | - |
| Instrumentos financeiros derivados | | (2.171.875) | (2.047.202) |
| | | (283.934.771) | (240.316.750) |
| Fluxos das atividades de financiamento (3) | | (20.286.208) | (29.923.077) |
| Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3) | | (4.501.507) | (36.832.754) |
| Efeito das Diferenças de Câmbio | | - | - |
| Efeito da Variação de Perímetro | | 34.739 | 92.925 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 26 | 82.431.428 | 119.171.257 |
| Alteração dos equivalentes de caixa | 26 | (62.150.000) | - |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 26 | 15.814.660 | 82.431.428 |

O Contabilista Certificado,

A Administração

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4.2. Anexo Às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2016

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A José de Mello Saúde, S.A. ("Empresa" ou "JMS") tem sede em Lisboa, na Av. Do Forte, nº 3, Edifício Suécia III, Piso 2, 2790-073 Carnaxide e foi constituída em dezembro de 1992. O universo empresarial da José de Mello Saúde ("Grupo" ou "Grupo JMS") é formado pelas empresas subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas descritas na Nota 3 e tem como atividade principal a prestação de cuidados de saúde, nomeadamente na área da prestação de cuidados de saúde privados, na parceria público-privado, na prestação de serviços no âmbito da medicina, higiene e saúde no trabalho e ainda na prestação de cuidados de saúde domiciliários.

Conforme referido na Nota 28, o capital da Empresa é detido maioritariamente pela José de Mello, SGPS, S.A., sua empresa-mãe que elabora demonstrações financeiras consolidadas e que cumprem as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") e, consequentemente, as operações e transações do Grupo José de Mello Saúde (Nota 41) são influenciadas pelas decisões do Grupo José de Mello.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 3), ajustados no processo de consolidação, quando necessário, de modo a estarem de acordo com as disposições das IFRS, adotadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer

as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"), respetivamente. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "IFRS".

2.1.1. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2016

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas Normas e Interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016, as quais não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo:

▪ Ciclo anual de melhorias 2012-2014

Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com as normas IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 – Benefícios de Empregados, IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

▪ IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de investimento: aplicação da exceção de consolidação

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se e só se a sua mãe for também uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras nas quais as subsidiárias sejam mensuradas ao justo valor.

Adicionalmente, clarifica-se que apenas uma subsidiária de uma entidade de investimento que não seja ela própria uma entidade de



investimentos, fornecendo serviços de apoio à entidade de investimento, é consolidada – todas as restantes subsidiárias são mensuradas ao justo valor.

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou *joint ventures* que sejam entidades de investimento pode manter a valorização ao justo valor destas entidades nas suas subsidiárias.

▪ **IAS 27 – Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas**

O objetivo destas alterações é permitir a opção de usar o método da equivalência patrimonial na mensuração de subsidiárias e associadas em contas separadas. As opções de mensuração da IAS 27 para reconhecer investimentos em subsidiárias, *joint-ventures* e associadas passam a ser: (i) custo, (ii) em conformidade com o IFRS 9 (ou IAS 39) ou (iii) método da equivalência patrimonial, devendo ser aplicada a mesma contabilização para cada categoria de investimentos.

Consequentemente foi também efetuada uma alteração na IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro com vista a permitir a quem adote as IFRS pela primeira vez e use a equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas possa também usufruir da isenção relativas a combinações de negócios passadas na mensuração inicial do investimento.

▪ **IAS 1 – Iniciativa de divulgação: alterações à IAS 1**

Estas alterações clarificam, em vez de alterar significativamente, os requisitos atuais da IAS 1. As alterações à IFRS vêm introduzir um conjunto de indicações e orientações, nomeadamente sobre a Materialidade, Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras, Estrutura das Notas e Divulgações, que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS. IAS 16

▪ **IAS 16 e IAS 38 – Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos**

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que os rendimentos refletem um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e, portanto, não refletem os benefícios económicos que são consumidos através do uso do ativo. Assim, a proporção de rendimentos gerados em relação aos rendimentos totais previstos gerar não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

▪ **IFRS 11 – Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas**

As emendas exigem que uma entidade que adquira uma participação numa operação conjunta em que a atividade dessa operação constitua um negócio, aplique, na proporção da sua quota-parte, todos os princípios sobre combinações de negócios constantes da IFRS 3 – Combinações de Negócios e outras IFRS que não conflituem com a IFRS 11 e faça as correspondentes divulgações exigidas por tais normas relativamente a combinações de negócios.

As emendas também se aplicam se na formação da operação conjunta a entidade tiver contribuído com um negócio.

No caso de uma aquisição de uma participação adicional numa operação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitua um negócio, a participação anteriormente detida não deve ser remensurada se o operador mantiver o controlo conjunto.

▪ **IAS 16 e IAS 41 - Plantas que geram produto agrícola**

As alterações à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura alteram o âmbito da IAS 16 para nela incluir ativos biológicos que satisfaçam a definição de plantas que geram produto

agrícola (por exemplo, árvores de fruto). Em resultado das alterações, as plantas que geram produto agrícola passam a estar sujeitas a todos os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 16, incluindo a escolha entre o modelo de custo e o modelo de revalorização e os subsídios do governo relativos a estas plantas passam a ser contabilizados de acordo com a IAS 20 e não de acordo com a IAS 41. A produção agrícola que cresce em plantas que geram produto agrícola (por exemplo, a fruta que cresce numa árvore) permanecerá no âmbito do IAS 41. agrícola (por exemplo, árvores de fruto). Em resultado das alterações, as plantas que geram produto agrícola passam a estar sujeitas a todos os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 16, incluindo a escolha entre o modelo de custo e o modelo de revalorização e os subsídios do governo relativos a estas plantas passam a ser contabilizados de acordo com a IAS 20 e não de acordo com a IAS 41. A produção agrícola que cresce em plantas que geram produto agrícola (por exemplo, a fruta que cresce numa árvore) permanecerá no âmbito do IAS 41.

2.1.2. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

Existem novas normas, alterações e interpretações efetuadas a normas existentes, que apesar de já publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem após 1 de janeiro de 2017, que o Grupo decidiu não adotar antecipadamente:

a) Já endossadas pela União Europeia:

▪ **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros**

Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações, nomeadamente sobre a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, Imparidade e contabilidade de cobertura, que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.

■ **IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes**

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade). A norma aplica-se a todos os réditos de contratos com clientes exceto se o contrato estiver no âmbito da IAS 17 (ou IFRS 16 – Locações quando for aplicada).

Estas normas, apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo no período findo em 31 de dezembro de 2016, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

Não existem normas já endossadas que entrem apenas em vigor após 2016 e cuja aplicação antecipada não seja permitida.

b) Ainda não endossadas pela União Europeia:

■ **Ciclo anual de melhorias 2014-2016**

Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com as normas IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das IFRS, IAS 28 – Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento e IFRS 12 – Divulgações de interesses em outras entidades.

Estas melhorias ainda não foram endossadas pela União Europeia, sendo efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018, e no caso da IFRS 12, a partir de 1 de janeiro de 2017.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

| Norma | Data da Aplicação |
|---|--------------------------|
| IFRS 14 – Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas | 1 de janeiro de 2016 |
| IFRS 16 – Locações | 1 de janeiro de 2019 |
| IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto | 1 de janeiro de 2016 |
| IAS 12 – Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não Realizadas (alterações) | 1 de janeiro de 2017 |
| IAS 7 Iniciativa de divulgação | 1 de janeiro de 2017 |
| IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes (clarificações) | 1 de janeiro de 2018 |
| IFRS 2 – Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações (adenda) | 1 de janeiro de 2018 |
| IFRS 9 e IFRS 4 – Alterações à IFRS 4 | 1 de janeiro de 2018 |
| IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração | 1 de janeiro de 2018 |
| IAS 40 – Propriedades de investimento (alterações) | 1 de janeiro de 2018 |

Relativamente às normas apresentadas acima cuja entrada obrigatória em vigor ainda não ocorreu, o Grupo não concluiu ainda o apuramento de todos os impactos decorrentes da sua aplicação pelo que optou pela sua não adoção antecipada. Contudo não espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados, com exceção da aplicação da IFRS 16.

2.2. Alterações de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2015.

2.3. Julgamentos críticos / estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados, em particular amortizações e depreciações, ajustamentos, perdas por imparidade e provisões, as divulgações de ativos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras, bem como os seus proveitos e custos.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras, são como segue:

▪ **Análise de imparidade do Goodwill**

O valor do *Goodwill* é testado anualmente e sempre que haja evidências de estar em imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa e a escolha de uma taxa de desconto apropriada.

▪ **Valorização e vida útil de Ativos Tangíveis e Intangíveis**

O Grupo utilizou diversos pressupostos na estimativa dos fluxos de caixa futuros provenientes dos Ativos Tangíveis e Intangíveis adquiridos como parte de processos de aquisição de outras entidades, entre os quais a estimativa de receitas futuras, taxas de desconto e vida útil dos referidos ativos.

▪ **Reconhecimento de Provisões**

O Grupo é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus Advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma Provisão para essas contingências.

▪ **Determinação do valor de mercado dos Instrumentos Financeiros**

O Grupo escolhe o método de avaliação que considera apropriado para determinar o valor de mercado de Instrumentos Financeiros não cotados num mercado ativo, com base no seu melhor conhecimento do mercado e dos ativos, aplicando as técnicas de avaliação usualmente utilizadas no mercado e usando pressupostos com base em taxas de mercado.

▪ **Ajustamentos para Contas a receber**

Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das partidas que compõem os saldos de Contas a Receber, o perfil de risco dos Clientes e a respetiva situação financeira.



▪ Apuramento da atividade e rédito das Parcerias Público-Privado

O apuramento da atividade e da remuneração da Entidade Gestora do Estabelecimento é realizado de acordo com o previsto no Contrato de Gestão, em particular o anexo VII. Mensalmente é reportada a atividade do mês em referência e a dos meses anteriores do ano em curso, sendo que a atividade acumulada a dezembro (atividade anual) é reportada até ao final do mês de janeiro do ano seguinte. Há depois um pagamento de reconciliação apurado, até ao final do primeiro semestre do ano imediatamente subsequente, com base no valor efetivo da parcela a cargo do Serviço Nacional de Saúde (conforme previsto na alínea b) do n.º 1 da Cláusula 47ª do CG). O valor efetivo da parcela a cargo do Serviço Nacional de Saúde é calculado nos termos do n.º 22 do anexo VII ao Contrato de Gestão.

▪ Provisões contratuais

O Grupo efetua uma avaliação detalhada dos riscos potenciais associados à valorização da parcela a cargo do SNS, em particular no que diz respeito à elegibilidade dos atos clínicos reportados à entidade pública contratante, e também no que se refere aos riscos associados aos parâmetros de desempenho contratuais.

▪ Continuidade das operações

O Grupo teve em atenção os resultados atingidos e entende que as medidas em vigor e as que estão a ser tomadas ao nível da libertação de meios operacionais (por redução de consumos e aumento de produtividade), são suficientes para garantir o normal funcionamento da atividade, não estando, por conseguinte, posta em causa a continuidade das operações. Em particular, no caso do Estabelecimento Hospitalar de Braga, o Grupo está a reavaliar o seu Business plan, por forma a garantir o equilíbrio dos capitais até ao final da concessão, estimando-se a esta data, com base na melhor informação disponível, que a situação líquida seja deficitária no momento de término da concessão.

▪ **Escala Braga – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. (“Escala Braga”)**

Decorrem nesta data processos de conferência com a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (“ARS Norte”), relativamente aos acertos de contas dos exercícios de 2014, 2015 e 2016 do Estabelecimento Hospitalar de Braga. Em relação aos acertos de contas dos exercícios de 2014 e 2015, estão a esta data, em processo de encerramento de apuramento da Produção real, sendo que o mesmo já deveria ter sido concluído em junho de 2015 e junho de 2016, respetivamente.

Segundo o previsto no contrato de gestão, o acordo referente ao exercício de 2016, deverá ocorrer até final de junho de 2017.

O Conselho de Administração da Escala Braga entende que se encontra devidamente fundamentada para fazer prevalecer as suas pretensões, sem que daí decorra qualquer impacto financeiro negativo que tenha um efeito significativo nas contas.

▪ **Escala Vila Franca – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. (“Escala Vila Franca”)**

Decorrem nesta data processos de conferência com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (“ARSLVT”), relativamente aos acertos de contas dos exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016 Estabelecimento Hospital de Vila Franca.

Relativamente aos acertos de contas dos exercícios de 2013, 2014 e 2015, estão a esta data, em processo de encerramento de apuramento da Produção real, sendo que o mesmo já deveria ter sido concluído em junho de 2014, junho de 2015 e junho de 2016, respetivamente.

Segundo o previsto no contrato de gestão, o acordo referente ao exercício de 2016, deverá ocorrer até final de junho de 2017.

O Conselho de Administração da Escala Vila Franca entende que se encontra devidamente fundamentada para fazer prevalecer as suas pretensões, sem que daí decorra qualquer impacto financeiro negativo que tenha um efeito significativo nas contas.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

2.4. Princípios de consolidação

a) Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas (Nota 3.1.) em cada período contábilístico efetua-se pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis em resultado do seu envolvimento com a participada e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a participada (isto é, direitos que lhe dão atualmente a capacidade de gerir as atividades relevantes da participada).

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na Demonstração consolidada da posição financeira e na Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidado, respetivamente, na rubrica de Interesses que não controlam.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse que não controlam no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os interesses que não controlam tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

As transações e saldos significativos entre as empresas controladas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método integral.

b) Concentração de atividades empresariais e *Goodwill*

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de subsidiárias, é registada pelo método de compra. O custo de aquisição corresponde ao agregado dos justos valores, à data da transação, dos ativos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos e dos instrumentos de capital próprio emitidos, em troca do controlo da adquirida.

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumprem com os critérios de reconhecimento da IFRS 3, são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como *Goodwill*. O *Goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na Demonstração consolidada da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *Goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo do período e não é suscetível de reversão posterior.

Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho do período em que ocorre a aquisição.

Na alienação de uma subsidiária, o correspondente *Goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos valia.

Os interesses de acionistas que não controlam são apresentados pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados.

c) Investimentos em associadas

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais e financeiras, mas que não é controlo, tal como definido na alínea a) anterior.

Estes investimentos financeiros em empresas associadas (Notas 3.2 e 18) encontram-se valorizados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, desde a data de aquisição

ou da primeira aplicação do referido método. O *Goodwill* relacionado com a associada está incluído no valor do investimento financeiro e não é testado individualmente.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação do Grupo nos resultados líquidos das empresas associadas, por contrapartida da rubrica Resultados relativos a empresas associadas (Nota 11), e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida da rubrica de Outras reservas, bem como pelo reconhecimento de perdas de imparidade.

As perdas em associadas em excesso ao investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

2.5. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos nos resultados do período quando estão satisfeitas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos;
- O Grupo não retenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fielmente mensurada;
Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e,
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fielmente mensurados.

Os proveitos de vendas são reconhecidos líquidos de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos nos resultados do período em que são prestados.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de Outros ativos correntes e Outros passivos correntes.

2.6. Resultado operacional

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e proveitos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os relacionados com reestruturações e com ativos fixos tangíveis e intangíveis. Inclui, ainda, as mais ou menos valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.7. Custos de financiamento

Os custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados do período a que respeitam.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou durante os períodos em que o desenvolvimento do ativo seja interrompido. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

2.8. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos)

das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais das empresas do Grupo dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a Sociedade considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de imposto não terão efeito significativo nas Demonstrações Financeiras referidas à data de 31 de dezembro de 2016.

O Grupo reconhece os impostos diferidos de acordo com o estabelecido na IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, como forma de especializar adequadamente os efeitos fiscais das suas operações, e de excluir as distorções relacionadas com os critérios de natureza fiscal que contrariam os efeitos económicos de determinadas transações.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os ativos por impostos diferidos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. O valor dos impostos diferidos é determinado com aplicação das taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data de reporte e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do ativo por imposto diferido. De acordo com a legislação em vigor, considerou-se, em Portugal, a taxa de IRC de 21% e, nas situações não ligadas a prejuízos fiscais, uma derrama de 1,5% sobre o valor das diferenças temporárias que originaram ativos por impostos diferidos.

2.9. Resultados por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da empresa-mãe, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico, já que não existem interesses em ações preferenciais convertíveis, nem opções sobre ações.

2.10. Ativos intangíveis, excluindo *Goodwill*

Os ativos intangíveis (exceto *Goodwill*) compreendem, essencialmente, as despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo, identificáveis e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Após o início de utilização dos bens, as amortizações são calculadas pelo método da Linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para o Grupo.

Os ativos intangíveis para os quais não seja previsível a existência de um período limitado de geração de benefícios económicos futuros são designados ativos intangíveis de vida útil indefinida. Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a testes de imparidade anuais.

Nesta rubrica encontram-se, ainda, refletidos os Direitos de concessão, correspondentes ao direito de gestão e exploração dos estabelecimentos hospitalares em Regime de Parceria Público-Privado. A amortização é efetuada pelo período estipulado nos contratos (10 anos).

De acordo com o estabelecido na IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e com base nos princípios descritos na IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços, encontra-se também registado nesta rubrica um Intangível correspondente ao valor total estipulado dos investimentos esperados até ao termo do Contrato de gestão e exploração do Estabelecimento Hospitalar de Vila Franca, decorrente das obrigações previstas no Anexo V do mesmo. Este ativo encontra-se a ser amortizado pelo período remanescente do contrato.

2.11. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicável.

Os Imóveis afetos a serviços de saúde encontram-se escriturados pela quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data de revalorização. A avaliação destes Imóveis, com referência a 31 de dezembro de 2016, foi efetuada por uma entidade especializada independente – Ktesios Appraisal – Consultoria e Avaliação Imobiliária, Lda.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da Linha reta a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

| | Anos de vida útil |
|--------------------------------|-------------------|
| Edifícios e outras construções | 20 - 50 |
| Equipamento básico | 3 - 14 |
| Equipamento de transporte | 4 |
| Equipamento administrativo | 4 - 8 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 4 - 8 |

A quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis não inclui o valor residual que se estima no final das respetivas vidas úteis, exceto nos casos em que o mesmo se estima ser imaterial ou exista incerteza quanto à sua realização. Adicionalmente, a depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência normal, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontram em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido nos resultados do período, como Outros proveitos operacionais ou Outros custos operacionais.

2.12. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando:

- (i) a venda é altamente provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições;
- (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e,
- (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas), classificados como detidos para venda, são mensurados ao menor do valor contabilístico e do respetivo valor esperado de venda, deduzido dos custos de suporte à futura venda.

2.13. Imparidade de ativos não correntes, excluindo *Goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda de imparidade. Nas situações em que o ativo individualmente não gera *cash-flows* de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida são sujeitos a testes de imparidades anuais ou sempre que se verifica existirem indícios de que a mesma exista.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando

existem indícios de que as perdas de imparidade já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na rubrica Reversão de amortizações e ajustamentos. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

2.14. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual é inferior ao respetivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Sempre que o seu valor realizável líquido (preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos respetivos custos de venda) é inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor dos inventários, o qual é repostado quando deixam de existir os motivos que a originaram.

2.15. Locações

Os contratos de locação são classificados como:

- (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos locados;
- (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como ativo fixo tangível, a

correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como Custos e perdas financeiras no período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas na rubrica Fornecimentos e serviços externos, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

2.16. Benefícios com pensões de reforma

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados no IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Os custos com a atribuição destes benefícios definidos são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos atuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período, de acordo com o método das "unidades de crédito projetadas". As responsabilidades assim estimadas são reconhecidas na Demonstração da posição financeira na rubrica Benefícios dos empregados.

Os custos com Pensões são registados na rubrica Gastos com o pessoal, conforme previsto pela referida norma, com base nos valores determinados por estudos atuariais, e incluem o custo dos serviços correntes (acréscimo de responsabilidade), o qual corresponde aos benefícios adicionais obtidos pelos empregados no período, e o custo dos juros, o qual resulta da atualização das responsabilidades passadas.

Os custos com serviços passados são reconhecidos de imediato, na medida em que os benefícios associados foram já reconhecidos ou, de outro modo, reconhecidos de forma linear no período em que se estima que os mesmos sejam obtidos.

2.17. Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado;
- (ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e
- (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada Demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Em particular são constituídas provisões para fazer face às obrigações contratuais de manter ou repor os equipamentos, operados ao abrigo do Contrato de gestão e exploração do Estabelecimento Hospitalar de Vila Franca, tendo por base o plano de investimento decorrente das obrigações previstas no Anexo V do referido contrato, de acordo com o estabelecido na IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e com base nos princípios

descritos na IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços.

2.18. Ativos e passivos contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- uma possível obrigação que surja proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo; ou,
- uma obrigação presente que surja de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - não é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; ou,
 - a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Um ativo contingente é um possível ativo que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.19. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respetiva relação contratual.

a) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa consolidada, a rubrica "Caixa e equivalentes" compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica "Empréstimos", na demonstração da posição financeira consolidada.

b) Contas a receber

As contas a receber não têm implícito juro e são inicialmente contabilizadas ao valor nominal e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzido de perdas de realização estimadas. As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data da demonstração da posição financeira. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados na rubrica de Provisões e perdas por imparidade, sendo subsequentemente revertidas por resultados na rubrica Reversão de provisões e perdas por imparidade, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

c) Investimentos

Os investimentos são reconhecidos (e desreconhecidos) na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes à sua posse, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente mensurados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Os investimentos, que não em empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade;
- Ativos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Outros investimentos.

Os investimentos detidos até à maturidade são investimentos com fluxos financeiros pré-determinados e com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data, sendo classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a doze meses da data da demonstração da posição financeira. Estes investimentos são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos. São reconhecidas perdas de imparidade em resultados quando o valor reconhecido do investimento é inferior ao valor estimado dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada no momento do reconhecimento inicial. A reversão de perdas de imparidade em períodos subsequentes apenas poderá ocorrer quando um aumento no valor recuperável do investimento estiver relacionado com eventos ocorridos após a data em que a perda por imparidade foi reconhecida.

Em qualquer circunstância, decorrente da reversão da perda por imparidade, o valor reconhecido do investimento não poderá ultrapassar o valor correspondente ao respetivo custo amortizado, caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Os ativos mensurados ao justo valor através de resultados são instrumentos financeiros detidos para negociação adquiridos para venda no curto prazo, e são classificados como investimentos correntes. Incluem-se ainda nesta categoria os instrumentos financeiros que no momento do reconhecimento inicial são designados pela Empresa pelo justo valor através de resultados, desde que tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo ou o justo valor possa ser fielmente mensurado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos mensurados ao justo valor através de resultados e os ativos financeiros disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são investimentos financeiros que se encontram disponíveis para venda ou não se enquadram nas classificações anteriores e são classificados como ativos não correntes.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Outras reservas até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda de imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) em resultados.

d) Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual, independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo, após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Empréstimos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado, calculados de acordo com o método do juro efetivo, sendo os correspondentes encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efetiva.

f) Contas a pagar

As contas a pagar são inicialmente contabilizadas ao valor nominal e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

g) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo José de Mello Saúde tem como política contratar instrumentos financeiros derivados com o objetivo de efetuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações de taxas de juro.

▪ Instrumentos de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39, nomeadamente, quanto à respetiva documentação e avaliação de efetividade.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos pelo seu justo valor na data da sua negociação. O justo valor é avaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa avaliação registados na demonstração de resultados, exceto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa, em que a variação é reconhecida nos Capitais Próprios Consolidados.

A contabilização é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na IAS 39.

2.20. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre situações existentes à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

3.1. Empresas consolidadas pelo método integral

Foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Empresa-mãe, e as seguintes participadas nas quais o Grupo detém o controlo:

| Empresas | Sede | Percentagem efetiva | Atividade |
|---|--------------|---------------------|--|
| Prestação privada: | | | |
| Hospital CUF Descobertas, S.A. | Oeiras | 99,9293% | Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar |
| Hospital CUF Infante Santo, S.A. (d) | Oeiras | 100% | Gestão e exploração de estabelecimentos clínicos e hospitalares |
| Hospital CUF Porto, S.A. | Oeiras | 100% | Gestão e exploração de estabelecimentos clínicos e hospitalares |
| Hospital CUF Torres Vedras, S.A. (e) | Oeiras | 100% | Gestão e exploração de estabelecimentos clínicos e hospitalares |
| Hospital CUF Cascais, S.A. (f) | Oeiras | 100% | Gestão e exploração de estabelecimentos clínicos e hospitalares |
| Hospital CUF Viseu, S.A. | Viseu | 100% | Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar |
| Hospital CUF Santarém, S.A. | Oeiras | 100% | Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar |
| Clínica CUF Alvalade, S.A. | Oeiras | 100% | Prestação de serviços médicos e de enfermagem |
| Clínica CUF Belém, S.A. | Oeiras | 62,8069% | Prestação de serviços médicos e de enfermagem |
| Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A. | Oeiras | 33,6490% | Prestação de serviços médicos e de enfermagem |
| Instituto CUF - Diagnóstico e Tratamento, S.A. | Matosinhos | 95,9955% | Exploração de estabelecimento de saúde |
| HD Medicina Nuclear, S.A. | Oeiras | 69,9465% | Prestação de serviços de diagnóstico e terapêutica na área da medicina nuclear |
| Ecografia de Cascais, Lda. | Cascais | 99,9996% | Exploração de um centro médico de radiologia e diagnóstico |
| Nova Imagem - Centro Radiodiagnóstico, S.A. | Oeiras | 99,9996% | Exploração de um centro médico de radiologia e diagnóstico |
| SIM-X - Serviço de Imagem Médica, Lda. | Viseu | 100,0000% | Exploração de um centro médico de radiologia e diagnóstico |
| Prestação pública: | | | |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | Braga | 99,9857% | Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar público |
| Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | V.F. de Xira | 99,9809% | Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar público |

| Empresas | Sede | Percentagem efetiva | Atividade |
|---|----------|---------------------|--|
| Infraestruturas: | | | |
| Infrahealth – Gestão de Infraestruturas, Lda. (b) | Oeiras | 100% | Exploração, gestão e comercialização de infraestruturas de saúde, espaços comerciais e parques de estacionamento |
| Imo health - Investimentos Imobiliários, S.A. (c) | Oeiras | 100% | Compra e venda de imóveis, permuta e arrendamento de imóveis |
| Outros: | | | |
| José de Mello Saúde, S.A. | Oeiras | Empresa-mãe | Compra e venda de equipamentos e prestação de serviços de gestão e consultoria |
| VALIR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. | Porto | 95,9955% | Gestão de participações sociais |
| Vramondi International BV | Roterdão | 99,9996% | Gestão de participações sociais |
| JMS - Prestação de Serviços Administrativos e Operacionais, ACE | Oeiras | 99,1004% | Prestação de serviços informáticos, operacionais, administrativos e de negociação |
| JMS - Prestação de Serviços de Saúde, ACE | Oeiras | 99,2473% | Prestação de serviços de saúde, administrativos e operacionais |
| José de Mello Saúde - Serviços de Logística, ACE | Oeiras | 99,1781% | Prestação de serviços operacionais (catering, limpeza e manutenção) |
| Academia CUF, Sociedade Unipessoal, Lda. | Oeiras | 100% | Prestação de serviços de formação na área da enfermagem e serviços clínicos |
| Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A. | Oeiras | 70,4998% | Prestação de serviços externos de segurança, higiene e saúde no trabalho |
| Loja Saúde CUF - Produtos e Serviços de Saúde e Bem Estar, S.A. | Oeiras | 100% | Comércio de produtos de parafarmácia |
| PPPS - Gestão e Consultoria, S.A. (a) | Oeiras | 100% | Prestação de serviços de gestão, consultoria, operacionais e administrativos, na área da saúde |

(a) Durante o exercício de 2016 foi alterada a denominação social desta entidade, de PPPS – Parcerias Públicas Privadas na Saúde, SGPS, S.A. para PPPS – Gestão e Consultoria, S.A..

(b) Durante o segundo semestre de 2016 foi alterada a denominação social desta entidade, de BESO – Serviços de Comodidade e Conveniência, Lda. para Infrahealth – Gestão de Infraestruturas, Lda..

(c) No final do exercício de 2016 foi alterada a denominação social desta entidade, de Imo health – Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda. para Imo health – Investimentos Imobiliários, S.A..

(d) A atividade desta sociedade inclui ainda a atividade de serviços domiciliários (resultante de uma operação de cisão-fusão da SPSD – Sociedade Portuguesa de Serviços Domiciliários, S.A.), bem como a gestão das Clínica CUF Miraflores e Clínica CUF Almada (que entrou em funcionamento no último trimestre de 2016), as quais respondem clínica e administrativamente ao Hospital CUF Infante Santo, S.A..

(e) A atividade desta sociedade inclui ainda a gestão da Clínica CUF Mafra, a qual responde clínica e administrativamente ao Hospital CUF Torres Vedras, S.A..

(f) A atividade desta sociedade inclui ainda a gestão das Clínica CUF São Domingos de Rana e Clínica CUF Sintra, as quais respondem clínica e administrativamente ao Hospital CUF Cascais, S.A..

3.2. Empresas associadas

As empresas associadas registadas pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2016 (Nota 18), são as seguintes:

| Empresas | Sede | Percentagem efetiva | Atividade |
|--|--------|---------------------|--|
| Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A. | Lisboa | 34,000% | Exploração de unidades de tratamento por radiocirurgia |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. | Braga | 33,995% | Gestão e exploração do Estabelecimento Hospitalar de Braga |
| Escala Parque – Gestão de Estacionamento, S.A. | Sintra | 33,995% | Gestão, exploração e manutenção de parques de estacionamento |

É intenção do Grupo José de Mello Saúde proceder à transmissão das suas participações no capital social da Escala Braga – Sociedade Gestora do Edifício, S.A. e da Escala Parque – Gestão de Estacionamento, S.A., juntamente com todos os direitos e obrigações a estes inerentes.



4. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As principais alterações ocorridas no perímetro de consolidação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, respeitaram essencialmente a:

4.1. Entradas

| Firma | Sede social | Percentagem do capital detido | |
|---|--------------|-------------------------------|----------------|
| | | Controlo | Efetiva |
| SIM-X - Serviço de Imagem Médica, Lda. | Viseu | 100,00% | 100,00% |

A SIM-X – Serviço de Imagem Médica, Lda. foi adquirida pelo Grupo José de Mello Saúde a 3 de junho de 2016. É uma unidade dedicada à prestação de serviços médicos nas áreas de radiodiagnóstico, ecografia e tomografia computadorizada; durante o segundo semestre de 2016 operou-se a mudança da sua atividade para as instalações do Hospital **CUF** Viseu, S.A.. Nessa data, a entrada desta entidade no perímetro de consolidação, teve o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas:

| | SIM-X |
|--|--------------|
| Ativos líquidos adquiridos: | |
| Ativos intangíveis | - |
| Ativos fixos tangíveis | 835.571 |
| Outros investimentos | 265 |
| Clientes e adiantamentos a fornecedores | 649.773 |
| Estado e outros entes públicos | 9.366 |
| Outros devedores | 126.131 |
| Outros activos | 13 |
| Caixa e equivalentes a caixa | 34.739 |
| Empréstimos | (430.457) |
| Fornecedores e adiantamentos de clientes | (843.903) |
| Estado e outros entes públicos | (13.084) |
| Outros passivos | (456.531) |
| Outros credores | (36.266) |
| | (124.382) |
| Goodwill (Nota 15) | 624.000 |
| Ajustamento ao goodwill | (124.382) |
| Preço de aquisição | 624.000 |

Os valores indicados, são os justos valores dos ativos e passivos da subsidiária; o preço de aquisição será liquidado por meios monetários (Nota 36).

4.2. Outras operações que afetaram o perímetro em períodos anteriores

▪ VALIR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Durante o exercício de 2015, a José de Mello Saúde procedeu à aquisição de 3,0623% de participação na VALIR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., passando a participação de 92,93% para 95,99%. O valor que resultou da diferença entre o valor pago dos Interesses que não controlam e o seu respetivo justo valor, foi, de acordo com a IFRS 10, refletido diretamente nos Capitais Próprios Consolidados e não como *Goodwill*.

▪ S.P.S.D. – Sociedade Portuguesa de Serviços Domiciliários, S.A.

Em janeiro de 2015 procedeu-se a uma operação de cisão-fusão mediante a dissolução da S.P.S.D. – Sociedade Portuguesa de Serviços Domiciliários, S.A. ("SPSD"). Esta operação dividiu o património da SPSD em duas partes, constituídas pelas unidades económicas de Lisboa e Porto, tendo sido fundida a unidade de Lisboa com o Hospital **CUF** Infante Santo, S.A. ("HCIS") e a unidade do Porto com o Hospital **CUF** Porto, S.A. ("HCP"), conforme previsto na alínea c) do número 1 do artigo 118º do Código das Sociedades Comerciais. Esta operação de cisão-fusão não teve qualquer impacto nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

▪ Digihealth e Haspac

No dia 6 de novembro de 2007, o Ministério da Saúde denunciou o contrato de concessão com a sociedade Hospital Amadora Sintra - Sociedade Gestora, S.A. ("HAS"), atualmente denominada Digihealth, S.A. ("Digihealth"), que geria o Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca EPE, cuja transferência da gestão teve efeitos a partir de 1 de janeiro de 2009, razão pela qual esta atividade foi descontinuada. Consequentemente, a atividade de uma outra empresa do Grupo, a HASPAC - Patologia Clínica, S.A. ("Haspac") que explorava em regime exclusivo o Serviço de

Patologia Clínica da Digihealth, foi, igualmente, descontinuada.

No âmbito do processo de arbitragem em curso, o tribunal arbitral proferiu em 12 de dezembro de 2012 um acórdão condenando a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. ("ARSLVT") a pagar à Digihealth a importância de 18.123.526 Euros. Apesar de condenada e de interpelada para o efeito, a ARSLVT nunca pagou o montante condenatório. A ARSLVT instaurou uma ação de anulação do acórdão arbitral que corre termos pelo Tribunal Central Administrativo Sul e que ainda se encontra pendente de decisão.

No final do primeiro trimestre de 2014, a Digihealth constatou que os esforços de cobrança junto da ARSLVT não estavam a produzir os resultados desejados. Por esse motivo, e com o objetivo de satisfazer, ainda que parcialmente, as responsabilidades contraídas junto dos seus credores, a Digihealth sondou o mercado e logrou encontrar uma entidade, a Finanfarma – Sociedade de Factoring, S.A., disposta a celebrar um contrato de factoring e a pagar uma quantia muito avultada pela aquisição do crédito da Digihealth sobre a ARSLVT, prevendo expressamente a possibilidade de recorrer ao Processo Especial de Revitalização ("PER"). A estratégia preconizada pela Digihealth mereceu a concordância de uma larga maioria de credores (74,46%) representativos do seu passivo. Em 1 de agosto de 2014 o Digihealth instaurou o processo PER tendo sido aprovado por 84% dos credores, e posteriormente homologado pelo Tribunal de Comércio de Lisboa em 5 de março de 2015.

Pese embora se tenha obtido o apoio de diversos Credores (47,98%) representativos do passivo da HASPAC, a verdade é que não foi possível alcançar a maioria qualificada de

67% e que permitisse efetuar um acordo de credores. Neste contexto, a Administração da HASPAC viu-se forçada a avançar com pedido de apresentação voluntária à Insolvência junto do Tribunal da Comarca de Lisboa Oeste, tendo sido decretada insolvente no dia 19 de fevereiro de 2015, e nomeado o respetivo e atual Administrador de Insolvência.

À semelhança de exercícios anteriores, o Conselho de Administração da Digihealth desenvolveu a sua atividade de acordo com o enquadramento e os compromissos assumidos com os credores, nomeadamente o Processo Especial de Revitalização. Assim, foi considerado pelo Grupo José de Mello Saúde que não se verifica um controlo efetivo destas subsidiárias, pelo que as mesmas foram excluídas do perímetro de consolidação.

5. SEGMENTOS DE NEGÓCIO

As principais atividades desenvolvidas pelo Grupo são agrupadas nos seguintes segmentos de negócio:

- Prestação privada;
- Prestação pública;
- Infraestruturas; e,
- Outros.

A área de negócio "Prestação privada" inclui as seguintes unidades:

- sete hospitais, que no seu conjunto oferecem 558 camas para internamento, 385 gabinetes de consultas, blocos operatórios com 32 salas, blocos de partos com 6 salas e ainda uma vasta oferta de consultas de especialidade, exames, medicina dentária, *check-ups*, medicina física e de reabilitação;
- sete clínicas de ambulatório, com 169 gabinetes, que oferecem consultas de especialidade, exames, medicina dentária, *check-ups*, medicina física e de reabilitação e ainda a possibilidade de realização de pequenas cirurgias;
- uma unidade de diagnóstico e tratamento de elevado perfil tecnológico com 56 gabinetes de consulta de especialidades; e,
- cinco unidades de imagiologia clínica, com um leque diversificado de exames (densitometria óssea, ecografia, mamografia, radiologia, ressonância magnética e tomografia computadorizada).

O segmento "Prestação pública" decorre de dois contratos de parceria com o estado português, no qual o Grupo gere dois hospitais:

- Estabelecimento Hospitalar de Braga - resultante de uma parceria público-privado estabelecida em dezembro de 2008, o novo Hospital de Braga entrou em funcionamento no dia 9 de maio de 2011, dispõe de uma área

de construção hospitalar de 102 mil m², 705 camas, 109 gabinetes de consultas, um bloco operatório central com 12 salas e um bloco de partos, servindo uma população de 1,2 milhões de habitantes dos distritos de Braga e Viana do Castelo; e,

- Estabelecimento Hospitalar de Vila Franca – o consórcio Escala Vila Franca de Xira, assumiu a gestão do Hospital de Reynaldo dos Santos no dia 1 de junho de 2011 com responsabilidade por toda a atividade deste hospital do Serviço Nacional de Saúde, tendo assegurado a gestão da anterior infraestrutura hospitalar durante o período de 2 anos. Em abril de 2013 entrou em funcionamento o novo Hospital Vila Franca de Xira que conta com uma área bruta de construção de 49 mil m², 233 camas de internamento, 33 gabinetes de consultas, um bloco operatório com 9 salas e um bloco de partos com 5 salas, servindo cerca de 235 mil habitantes dos concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Benavente e Vila Franca de Xira.

O segmento "Infraestruturas" inclui duas entidades cujo objeto social é o da gestão e comercialização de infraestruturas de saúde, espaços comerciais e parques de estacionamento; desta forma, com esta segregação, foi possível separar as unidades de negócio clínicas das atividades acessórias. No seu conjunto este segmento inclui a gestão e exploração de quatro imóveis e dois parques de estacionamento.

O segmento "Outros" integra, para além da gestão de participações sociais, sete entidades que prestam serviços de gestão, formação, contabilidade, consultoria, limpeza e manutenção e ainda serviços informáticos, operacionais, administrativos, aluguer de equipamento médico, de negociação e aprovisionamento. O Grupo conta, ainda, com unidades que (i) prestam serviços de segurança, higiene e saúde

no trabalho indispensáveis à vigilância da saúde dos trabalhadores e das condições ambientais de trabalho, (ii) prestam cuidados personalizados de saúde no domicílio, nomeadamente nas áreas de gerontologia, cuidados materno-infantis, acompanhamento em convalescenças e cuidados paliativos, (iii) prática do comércio de produtos de parafarmácia, que incluem produtos de dermocosmética, de higiene pessoal, de puericultura, ortopédicos, produtos e suplementos alimentares, alimentação dietética,

produtos naturais e produtos farmacêuticos não sujeitos a receita médica e (iv) compra, venda, gestão e arrendamento de imóveis hospitalares.

A principal informação relativa ao contributo de cada segmento (após a eliminação de saldos e transações intrasegmento) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é a seguinte:

2016

| | Prestação privada | Prestação pública | Infra-estruturas | Outros | Eliminações | Consolidado |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------------|--------------------|
| Prestações de serviços | | | | | | |
| Clientes externos | 360.378.674 | 214.605.554 | - | 3.057.094 | - | 578.041.322 |
| Intersegmentais | 1.272.399 | - | 4.366.010 | 40.000.413 | (45.638.822) | - |
| Total de vendas e prestações serviços | 361.651.073 | 214.605.554 | 4.366.010 | 43.057.507 | (45.638.822) | 578.041.322 |
| Outros proveitos operacionais | 4.783.252 | 3.197.257 | 68.503 | 32.604.006 | (32.423.495) | 8.229.524 |
| Custos operacionais | (320.703.324) | (220.627.433) | (2.730.745) | (78.737.045) | 78.062.317 | (544.736.229) |
| Resultado operacional do segmento | 45.731.002 | (2.824.623) | 1.703.769 | (3.075.532) | - | 41.534.616 |
| Custos e perdas financeiras | (4.331.383) | (853.048) | (3.419.282) | (5.349.344) | 3.866.502 | (10.086.554) |
| Proveitos e ganhos financeiros | 382.517 | 533 | - | 4.005.573 | (3.866.502) | 522.121 |
| Resultados relativos a empresas associadas | 313.015 | - | - | 447.166 | - | 760.181 |
| Resultados de ativ. de investimento | - | - | - | (83.070) | - | (83.070) |
| Resultados financeiros | (3.635.851) | (852.515) | (3.419.282) | (979.675) | - | (8.887.323) |
| Resultado antes de impostos | 42.095.151 | (3.677.137) | (1.715.513) | (4.055.207) | - | 32.647.294 |
| Imposto sobre o rendimento | (11.533.047) | 663.761 | (133.641) | 2.558.552 | - | (8.444.376) |
| Resultado imputável aos interesses que não controlam | (286.016) | 380 | - | 1.700 | - | (283.937) |
| Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas | 30.276.088 | (3.012.997) | (1.849.155) | (1.494.955) | - | 23.918.981 |

As transações inter-segmento são realizadas a preços de mercado, numa base similar às transações com terceiros.

Outras informações:

| | Prestação privada | Prestação pública | Infra-estruturas | Outros | Eliminações | Consolidado |
|--|-------------------|-------------------|------------------|-------------|-------------|--------------|
| Dispêndios de capital fixo (Nota 17) | 15.107.985 | 2.850.538 | 17.894.248 | 3.136.739 | - | 38.989.509 |
| Depreciações e amortizações em resultados | (10.946.727) | (10.098.729) | (2.289.564) | (1.757.347) | - | (25.092.368) |
| Provisões e perdas por imparidade, líquido | 163.057 | (2.038.453) | - | 120.802 | - | (1.754.594) |

Os ativos e passivos por segmento de negócio e a respetiva reconciliação com o total consolidado em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

| | Prestação privada | Prestação pública | Infra-estruturas | Outros | Eliminações | Consolidado |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|--------------------|
| Ativos relativos aos segmentos | | | | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 55.849.826 | 17.125.267 | 110.925.844 | 5.888.671 | - | 189.789.608 |
| Goodwill | 33.331.272 | 15.896 | 13.261 | 6.000 | - | 33.366.429 |
| Clientes e adiantamentos a fornecedores | 81.681.345 | 16.736.643 | 64.359 | 19.148.552 | (22.253.322) | 95.377.577 |
| Investimentos em associadas | 168.111 | - | - | - | - | 168.111 |
| Outros ativos relativos aos segmentos | 73.784.529 | 76.858.534 | 3.978.412 | 292.697.687 | (263.154.615) | 184.164.546 |
| Total do ativo consolidado | 244.815.082 | 110.736.339 | 114.981.876 | 317.740.910 | (285.407.936) | 502.866.271 |
| Passivo | | | | | | |
| Empréstimos | 22.971.455 | 10.000.000 | 125.734 | 116.912.739 | - | 150.009.928 |
| Fornecedores e adiantamentos de clientes | 35.581.520 | 68.170.882 | 1.383.902 | 4.659.104 | (22.260.555) | 87.534.852 |
| Outros passivos relativos aos segmentos | 135.322.901 | 50.104.498 | 94.939.793 | 32.369.490 | (129.082.729) | 183.653.952 |
| Total do passivo consolidado | 193.875.876 | 128.275.379 | 96.449.429 | 153.941.333 | (151.343.285) | 421.198.732 |

2015

| | Prestação privada | Prestação pública | Infra- estruturas | Outros | Eliminações | Consolidado |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|--------------------|---------------------|---------------------|
| Prestações de serviços | | | | | | |
| Clientes externos | 335.690.356 | 212.861.983 | 3.805 | 3.103.146 | - | 551.659.291 |
| Intersegmentais | 9.795.815 | 28 | 4.313.226 | 39.415.285 | (53.524.354) | - |
| Total de vendas e prestações serviços | 345.486.171 | 212.862.011 | 4.317.031 | 42.518.432 | (53.524.354) | 551.659.291 |
| Outros proveitos operacionais | 6.828.595 | 2.739.843 | 63.297 | 28.769.519 | (29.885.191) | 8.516.064 |
| Custos operacionais | (312.651.642) | (210.747.286) | (2.126.864) | (75.869.669) | 83.394.829 | (518.000.632) |
| Resultado operacional do segmento | 39.663.125 | 4.854.569 | 2.253.464 | (4.581.718) | (14.717) | 42.174.723 |
| Custos e perdas financeiras | (4.838.981) | (1.020.772) | (3.414.485) | (4.675.381) | 2.265.861 | (11.683.759) |
| Proveitos e ganhos financeiros | 718.890 | 8.103 | 65.968 | 2.483.632 | (2.265.861) | 1.010.733 |
| Resultados relativos a empresas associadas | 100.169 | - | - | 143.099 | 120.390 | 363.658 |
| Resultados de ativ. de investimento | - | - | - | (130.926) | - | (130.926) |
| Resultados financeiros | (4.019.921) | (1.012.670) | (3.348.517) | (2.179.575) | 120.390 | (10.440.293) |
| Resultado antes de impostos | 35.643.204 | 3.841.899 | (1.095.053) | (6.761.294) | 105.673 | 31.734.429 |
| Imposto sobre o rendimento | (10.276.211) | (1.193.770) | (7.663) | 1.967.452 | - | (9.510.192) |
| Resultado imputável aos interesses que não controlam | (307.257) | (390) | - | (22.650) | - | (330.297) |
| Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas | 25.059.736 | 2.647.740 | (1.102.716) | (4.816.492) | 105.673 | 21.893.940 |

As transações inter-segmento são realizadas a preços de mercado, numa base similar às transações com terceiros.

Outras informações:

| | Prestação privada | Prestação pública | Infra- estruturas | Outros | Eliminações | Consolidado |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|-------------|-------------|--------------|
| Dispêndios de capital fixo (Nota 17) | 8.923.042 | 3.924.093 | 3.884.104 | 23.696.439 | - | 40.427.678 |
| Depreciações e amortizações em resultados | (9.646.137) | (10.172.733) | (1.664.358) | (1.310.073) | - | (22.793.301) |
| Provisões e perdas por imparidade, líquido | 1.816.910 | (464.923) | (21.523) | 141.482 | - | 1.471.945 |

Os ativos e passivos por segmento de negócio e a respetiva reconciliação com o total consolidado em 31 de dezembro de 2015 são como segue:

| | Prestação privada | Prestação pública | Infra- estruturas | Outros | Eliminações | Consolidado |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|--------------------|----------------------|--------------------|
| Ativos relativos aos segmentos | | | | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 44.407.031 | 21.945.931 | 94.159.029 | 6.521.267 | - | 167.033.259 |
| Goodwill | 32.773.372 | 15.896 | 13.261 | 6.000 | - | 32.808.529 |
| Clientes e adiantamentos a fornecedores | 82.244.457 | 11.206.900 | 49.210 | 22.851.716 | (28.663.202) | 87.689.081 |
| Investimentos em associadas | 2.152.978 | - | - | 1.115.769 | - | 3.268.747 |
| Outros ativos relativos aos segmentos | 57.030.382 | 73.929.109 | 2.946.191 | 281.267.113 | (227.195.723) | 187.977.072 |
| Total do ativo consolidado | 218.608.220 | 107.097.836 | 97.167.691 | 311.761.865 | (255.858.925) | 478.776.687 |
| Passivo | | | | | | |
| Empréstimos | 32.569.325 | 5.500.000 | 944.075 | 103.709.207 | - | 142.722.607 |
| Fornecedores e adiantamentos de clientes | 42.501.275 | 65.150.410 | 776.415 | 6.151.825 | (28.395.809) | 86.184.115 |
| Outros passivos relativos aos segmentos | 109.175.377 | 50.300.225 | 73.949.266 | 22.889.093 | (87.713.263) | 168.600.698 |
| Total do passivo consolidado | 184.245.977 | 120.950.635 | 75.669.755 | 132.750.125 | (116.109.072) | 397.507.421 |

6. PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os proveitos operacionais têm a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|---|--------------------|--------------------|
| Vendas e prestações de serviços: | | |
| Vendas | 629.474 | 463.918 |
| Prestações de serviços: | | |
| Atividade hospitalar e clínica | 367.169.069 | 350.506.132 |
| Serviço Nacional de Saúde | 206.830.166 | 196.956.380 |
| Higiene, Segurança e Medicina do trabalho | 2.523.533 | 2.598.839 |
| Serviços Domiciliários | 819.328 | 1.112.238 |
| Outros | 69.752 | 21.783 |
| | 578.041.322 | 551.659.291 |
| Outros proveitos operacionais: | | |
| Cedência de espaço | 2.593.141 | 2.307.742 |
| Correções relativas a exercícios anteriores | 2.037.457 | 2.698.079 |
| Cedência de pessoal | 1.059.304 | 840.200 |
| Projetos de hospitais e consultoria técnica | 520.425 | 422.342 |
| Ensaio, exames, análises clínicas e consumíveis | 495.478 | 551.806 |
| Cursos de formação | 358.522 | 1.650 |
| Descontos de pronto pagamento | 333.174 | 314.883 |
| Contratos de Gestão com Administração Regional de Saúde | 264.699 | 232.424 |
| Transporte de doentes | 230.104 | 160.720 |
| Ganhos obtidos na alienação ativos | 172.145 | 58.405 |
| Estágios | 53.181 | 183.176 |
| Subsídios à exploração | 28.884 | 50.353 |
| Aposentações provisórias | 14.736 | 55.720 |
| Reembolso de custos | 2.737 | 403.985 |
| Recuperação de dívidas a receber | 435 | 1.105 |
| <i>Rappel</i> | - | 47.019 |
| Outros proveitos operacionais | 65.102 | 186.453 |
| | 8.229.524 | 8.516.064 |
| | 586.270.846 | 560.175.355 |

As Vendas e prestações de serviços registaram um crescimento de 4,8% face ao ano anterior.

7. CUSTO DAS VENDAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o custo das vendas foi apurado como segue:

| | 2016 | 2015 |
|--|-------------------|------------------|
| Inventários em 1 de janeiro (Nota 22) | 8.951.535 | 7.268.415 |
| Varição de perímetro: | | |
| - entradas | - | 739.265 |
| - saídas | - | - |
| Compras | 109.758.403 | 105.515.483 |
| Custo das vendas | (107.414.581) | (104.571.627) |
| Inventários em 31 de dezembro (Nota 22) | 11.295.357 | 8.951.535 |



8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os fornecimentos e serviços externos têm a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|---------------------------------|--------------------|--------------------|
| Honorários | 110.190.913 | 124.256.009 |
| Trabalhos especializados | 42.573.698 | 23.896.860 |
| Subcontratos | 22.899.034 | 22.486.896 |
| Rendas e alugueres | 16.279.333 | 15.652.927 |
| Conservação e reparação | 11.606.045 | 8.071.153 |
| Eletricidade | 6.260.843 | 6.080.589 |
| Publicidade e propaganda | 2.191.508 | 2.602.209 |
| Comunicação | 2.049.940 | 2.420.964 |
| Combustíveis | 1.728.541 | 1.957.901 |
| Seguros | 1.400.043 | 1.336.253 |
| Água | 1.193.224 | 1.059.156 |
| Recolha de Resíduos | 1.118.923 | 1.064.725 |
| Ferramentas e utensílios | 1.043.124 | 979.860 |
| Deslocações e estadas | 529.599 | 553.925 |
| Climatização | 450.923 | 544.849 |
| Artigos para oferta | 267.843 | 101.410 |
| Portagens | 238.187 | 215.037 |
| Material de escritório | 191.996 | 175.375 |
| Contencioso e notariado | 154.538 | 181.328 |
| Limpeza, higiene e conforto | 136.246 | 87.460 |
| Livros e documentação técnica | 36.055 | 40.190 |
| Transportes de mercadorias | 8.555 | 7.688 |
| Outros fornecimentos e serviços | 301.026 | 306.617 |
| | 222.850.139 | 214.079.381 |

9. CUSTOS COM O PESSOAL

O número de colaboradores em 31 de dezembro de 2016 e 2015, por segmento de negócio, foi o seguinte:

| | 2016 | 2015 |
|-------------------|--------------|--------------|
| Prestação pública | 3.926 | 3.769 |
| Infraestruturas | - | - |
| Prestação privada | 1.009 | 1.071 |
| Outros | 3.331 | 2.989 |
| | 8.266 | 7.829 |

Os custos com o pessoal nos exercícios findos naquelas datas foram como segue:

| | 2016 | 2015 |
|-------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Remunerações dos órgãos sociais | 2.265.336 | 2.287.590 |
| Remunerações dos colaboradores | 131.068.432 | 122.779.310 |
| Encargos sobre remunerações | 31.740.081 | 29.413.744 |
| Gastos de ação social | 8.391.271 | 7.955.782 |
| Seguros | 2.883.780 | 2.509.488 |
| Indemnizações | 735.984 | 1.779.227 |
| Formação | 665.334 | 454.936 |
| Benefícios dos empregados (Nota 33) | 226.285 | 464.338 |
| Outros custos com o pessoal | 6.642.462 | 5.215.160 |
| | 184.618.966 | 172.859.576 |

Os outros gastos com o pessoal incluem despesas com formação profissional, assistência médica e subsídio de alimentação.

10. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram como segue:

| | 2016 | 2015 |
|---|------------------|------------------|
| Correções relativas a exercícios anteriores | 1.022.222 | 2.375.023 |
| Impostos | 835.136 | 1.193.717 |
| Dividas incobráveis | 543.933 | 494.800 |
| Multas e penalidades | 274.183 | 329.892 |
| Donativos | 218.477 | 211.862 |
| Quotizações | 72.207 | 55.897 |
| Perdas incorridas na alienação de ativos | 5.252 | - |
| Outros | 34.172 | 507.502 |
| | 3.005.581 | 5.168.692 |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de Correções relativas a exercícios anteriores inclui: o montante de 539.426 Euros relativo a uma Nota de crédito emitida à ARS Norte IP por um acerto no Protocolo Esclerose Múltipla de 2014; o valor de 398 mil Euros relativos ao perdão de dívida do Plano de Recuperação da Digihealth; o valor de 197 mil Euros relativos ao perdão de dívida do Plano de Recuperação da S.P.S.I. – Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos, S.A..

11. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 têm a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|--|---------------------|---------------------|
| Custos e perdas financeiras: | | |
| Juros suportados | (7.736.684) | (8.905.261) |
| Comissões e serviços bancários | (1.398.482) | (2.229.203) |
| Instrumentos financeiros derivados - Taxa de juro (Nota 38) | (685.535) | (353.780) |
| Outros custos e perdas financeiros | (265.854) | (195.515) |
| | (10.086.554) | (11.683.759) |
| Proveitos e ganhos financeiros: | | |
| Juros obtidos | 509.882 | 1.004.074 |
| Outros proveitos e ganhos financeiros | 12.239 | 6.659 |
| | 522.121 | 1.010.733 |
| Resultados relativos a empresas associadas: | | |
| Perdas em empresas associadas | - | - |
| Ganhos em empresas associadas | 760.181 | 363.658 |
| Ganhos / perdas na alienação de associadas | - | - |
| | 760.181 | 363.658 |
| Ganhos / (Perdas) relativos a atividades de investimento: | | |
| Dividendos relativos a outros investimentos | - | - |
| Ganhos/perdas em instrumentos financeiros ao justo valor | (83.070) | (130.926) |
| | (83.070) | (130.926) |

O detalhe dos valores reconhecidos como resultados relativos a participações em associadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

| | 2016 | | 2015 | |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Ganhos em associadas | Perdas em associadas | Ganhos em associadas | Perdas em associadas |
| Escala Parque – Gestão de Estacionamento, S.A. | 302.691 | - | 243.268 | - |
| Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A. | - | - | 120.390 | - |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. | 457.490 | - | - | - |
| | 760.181 | - | 363.658 | - |

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

| | 2016 | 2015 |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Imposto corrente: | | |
| Relativo ao exercício | 9.905.474 | 10.426.540 |
| Relativo ao exercício anterior | (590.101) | (510.741) |
| | 9.315.374 | 9.915.798 |
| Imposto diferido (Nota 20): | | |
| Diferenças temporárias e reversões | (282.263) | 64.175 |
| Outros movimentos | 34.793 | (334.757) |
| Provisões não aceites fiscalmente | (697.916) | (219.496) |
| Prejuízos fiscais | 74.387 | 84.472 |
| | (870.998) | (405.606) |
| Encargo do exercício | 8.444.376 | 9.510.192 |

O Grupo José de Mello Saúde e as suas subsidiárias nacionais detidas direta ou indiretamente em mais de 75% são tributadas em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"). Para as empresas não abrangidas pelo RETGS, o imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras e regimes fiscais aplicáveis no território da sede de cada empresa.

A Empresa e a generalidade das suas participadas estão sujeitas a imposto sobre lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa nominal de 21% (23% em 2014), à qual pode ser acrescida a Derrama

Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, se aplicável, é acrescida a Derrama Estadual de 3% do excedente do lucro tributável entre 1.500.000 Euros a 7.500.000 Euros, de 5% entre 7.500.000 Euros a 35.000.000 Euros e de 7% superior a 35.000.000 Euros. Nos termos do art.º 88.º do Código do IRC, a Empresa e as suas participadas encontram-se adicionalmente sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo referido.

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal foram registadas conforme disposto no IAS 12 - Imposto sobre o rendimento (Nota 20).

A reconciliação numérica entre a taxa média de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

| | 2016 | 2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| Resultado antes de impostos | 32.647.294 | 31.734.429 |
| Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal | 21,0% | 21,0% |
| Imposto sobre o lucro à taxa nominal | 6.855.932 | 6.664.230 |
| Proveitos não tributáveis: | | |
| Amortizações de propriedades de investimento | 1.038.621 | 1.005.937 |
| Excesso de estimativa para impostos | 590.101 | 510.742 |
| Reversão de ajustamentos em inventários | 124.262 | 99.550 |
| Reversão de provisões tributadas | 684.471 | 1.804.408 |
| Benefícios fiscais | 2.199.042 | 81.650 |
| Outros | 265.108 | 71.661 |
| | 4.901.605 | 3.573.948 |
| Custos não dedutíveis para efeitos fiscais: | | |
| Donativos | 143.649 | 58.102 |
| Multas, coimas e juros compensatórios | 32.386 | 312.039 |
| Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais | 1.668.767 | 1.140.428 |
| Encargos com aluguer de viatura sem condutor | 17.393 | 2.661 |
| Depreciações e amortizações não aceites como gasto | 1.402.129 | 68.553 |
| Realizações de utilidade social não dedutíveis | 72.475 | 188.419 |
| Anulação do Método de equivalência patrimonial | 898.640 | 363.658 |
| Créditos não aceites ou para além dos limites legais | 136.107 | - |
| Créditos incobráveis não aceites como gastos | 1.249.553 | 504.868 |
| Encargos não devidamente documentados | - | 180 |
| IRC e outros impostos sobre os lucros | 107.725 | 89.472 |
| Correções relativas a exercícios anteriores | 794.090 | 1.498.420 |
| Outros | 611.446 | 2.942.897 |
| | 7.134.360 | 7.169.697 |
| Prejuízo fiscal / Lucro tributável | 34.880.049 | 35.330.178 |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 541.787 | 358.738 |
| Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal | 21,0% | 21,0% |
| Imposto calculado | 7.211.035 | 7.344.002 |

| | 2016 | 2015 |
|--|------------------|------------------|
| Tributação autónoma | 729.521 | 691.583 |
| Derrama | 678.314 | 740.151 |
| Derrama estadual | 1.410.237 | 1.366.911 |
| Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos | (870.998) | (405.605) |
| Efeito da insuficiência / excesso da estimativa para imposto | (590.101) | (510.742) |
| Outros | (123.632) | 283.892 |
| | 1.233.341 | 2.166.190 |
| Imposto sobre o rendimento | 8.444.376 | 9.510.192 |
| Taxa efetiva de imposto | 25,9% | 30,0% |

13. DIVIDENDOS

Conforme deliberação do Conselho de Administração realizado em 20 de setembro de 2016, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram pagos dividendos antecipados de 1,08 Euros por ação, no montante de 11,4 milhões de euros, sobre o resultado do balanço intercalar elaborado em 31 de agosto de 2016. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não foram pagos dividendos.

14. RESULTADOS POR AÇÃO

O resultado por ação, básico e diluído, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

| | 2016 | 2015 |
|--|-------------|-------------|
| JResultado por ação básico | | |
| Resultado para efeito de cálculo do resultado por ação básico (resultado do exercício) | 23.918.981 | 21.893.940 |
| Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado por ação básico | 10.600.000 | 10.600.000 |
| Resultado líquido por ação básico (em Euros) | 2,26 | 2,07 |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existem efeitos diluidores do resultado por ação, pelo que o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

15. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nos valores de *Goodwill*, foram os seguintes:

| | Prestação privada | Prestação pública | Outros | Infra- estruturas | Total |
|--|----------------------|----------------------|--------------|----------------------|-------------------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | 31.023.347 | 15.896 | 6.000 | 880.757 | 31.926.000 |
| Alterações de perímetro: | | | | | |
| - entradas | 7.035.102 | - | - | - | 7.035.102 |
| - saídas | (6.152.573) | - | - | - | (6.152.573) |
| Transferências | 867.496 | - | - | (867.496) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 32.773.372 | 15.896 | 6.000 | 13.261 | 32.808.529 |
| Perdas por imparidade (Nota 34) | (66.100) | - | - | - | (66.100) |
| Alterações de perímetro: | | | | | |
| - entradas | 624.000 | - | - | - | 624.000 |
| - saídas | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 33.331.272 | 15.896 | 6.000 | 13.261 | 33.366.429 |

Os valores do *Goodwill* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 respeitam às seguintes entidades:

| Participada | 2016 | 2015 |
|---|-------------------|-------------------|
| Hospital CUF Infante Santo, S.A. | 12.432.819 | 12.485.699 |
| Nova Imagem - Centro Radiodiagnóstico, S.A. | 7.269.220 | 7.269.220 |
| Hospital CUF Santarém, S.A. | 7.035.102 | 7.035.102 |
| VALIR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. | 5.220.465 | 5.220.465 |
| SIM-X - Serviço de Imagem Médica, Lda. | 624.000 | - |
| Hospital CUF Cascais, S.A. | 482.166 | 482.166 |
| Hospital CUF Porto, S.A. | 160.279 | 173.499 |
| Hospital CUF Descobertas, S.A. | 97.265 | 97.265 |
| Ecografia de Cascais, Lda. | 9.119 | 9.119 |
| Clínica de Serviços Médicos e Computorizados de Belém, S.A. | 837 | 837 |
| Imo health - Investimentos Imobiliários, S.A. | 13.261 | 13.261 |
| Escala Vila Franca – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | 15.896 | 15.896 |
| Vramondi International BV | 6.000 | 6.000 |
| | 33.366.429 | 32.808.529 |

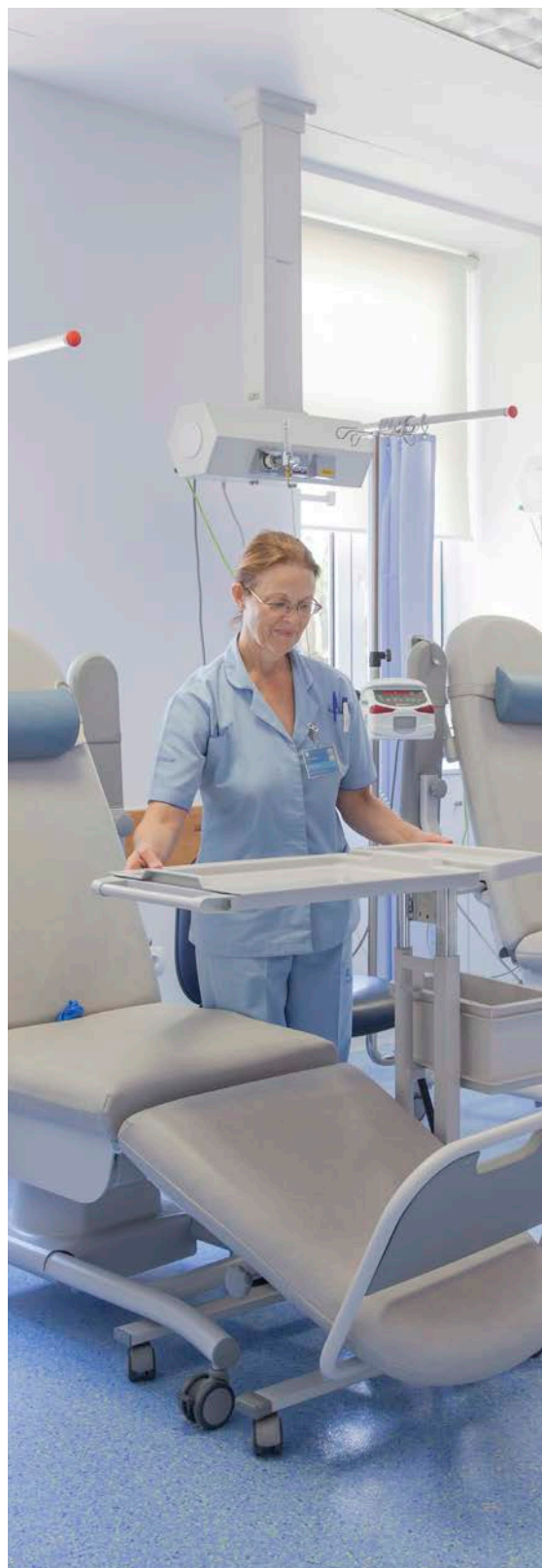
Foram efetuados testes de imparidade utilizando os seguintes métodos:

- Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa e a escolha de uma taxa de desconto apropriada;
- Os valores das avaliações são suportados pelos resultados passados e pelas perspectivas futuras de desenvolvimento dos mercados em que o Grupo atua, tendo sido elaboradas projeções a 5 anos dos cash flows futuros para cada um dos negócios, de acordo com os planos definidos pelo Conselho de Administração;
- Cada unidade de prestação de cuidados médicos é uma unidade geradora de caixa. A Valir - Sociedade Gestora de Participações Sociais, Sgps S.A. inclui a unidade Instituto **CUF** - Diagnóstico e Tratamento, S.A. que é analisada em conjunto com as unidades Hospital **CUF** Porto, S.A., Nova Imagem – Centro Radiodiagnóstico, S.A. e a S.P.S.D – Sociedade Portuguesa de Serviços Domiciliários, S.A., dada a complementaridade de serviços prestados e proximidade geográfica.

Foram utilizados os seguintes pressupostos:

| Período | Taxa de juro sem risco | Taxa WACC | Taxa de crescimento na perpetuidade |
|--------------|------------------------|-----------|-------------------------------------|
| Explícito | 2,20% | 6,73% | - |
| Perpetuidade | 2,20% | 6,73% | 1,80% |

Foram efetuadas análises de sensibilidade às principais variáveis: (i) taxa de desconto (+/- 0,5%) e (ii) taxa de crescimento na perpetuidade (+/- 0,5%). Os resultados das análises de sensibilidade efectuadas não indiciam a existência de imparidade.



16. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos no valor dos outros ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

| | Propriedade industrial e outros direitos (a) (b) | Programas de computador | Outros ativos intangíveis (c) | Ativos intangíveis em curso | Total |
|--|--|-------------------------|-------------------------------|-----------------------------|---------------------|
| Ativo bruto: | | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | 15.450.469 | 13.450.764 | 4.021.444 | 198.537 | 33.121.215 |
| Adições | - | 431.171 | 100.000 | 198.537 | 729.708 |
| Alienações | - | - | - | - | - |
| Abates | (446) | (85.824) | - | - | (86.270) |
| Saldo em 31 dezembro 2015 | 15.450.023 | 13.796.112 | 4.121.444 | 397.074 | 33.764.653 |
| Alterações de perímetro: | | | | | |
| - entradas | - | 11.568 | - | - | 11.568 |
| - saídas | - | - | - | - | - |
| Adições | - | 382.950 | 1.922.860 | 1.984.781 | 4.290.591 |
| Alienações | - | - | - | - | - |
| Abates | - | (2.461.866) | - | - | (2.461.866) |
| Transferências | 2.470.117 | - | (2.470.117) | - | - |
| Saldo em 31 dezembro 2016 | 17.920.140 | 11.728.764 | 3.574.188 | 2.381.855 | 35.604.946 |
| Depreciação e perdas por imparidade acumuladas: | | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | (7.146.193) | (11.326.527) | (803.415) | - | (19.276.134) |
| Abates | 446 | 86.006 | - | - | 86.452 |
| Reforços | (1.541.471) | (1.071.645) | (513.765) | - | (3.126.880) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | (8.687.217) | (12.312.166) | (1.317.179) | - | (22.316.562) |

| | Propriedade industrial e outros direitos (a) (b) | Programas de computador | Outros ativos intangíveis (c) | Ativos intangíveis em curso | Total |
|--|--|-------------------------|-------------------------------|-----------------------------|---------------------|
| Alterações de perímetro: | | | | | |
| - entradas | - | (11.568) | - | - | (11.568) |
| - saídas | - | - | - | - | - |
| Abates | - | 2.525.650 | - | - | 2.525.650 |
| Reforços | (1.541.471) | (865.898) | (517.881) | - | (2.925.249) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | (10.228.688) | (10.663.981) | (1.835.060) | - | (22.727.729) |
| Valor líquido | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2015 | 6.762.806 | 1.483.946 | 2.804.265 | 397.074 | 11.448.091 |
| Em 31 de dezembro de 2016 | 7.691.452 | 1.064.782 | 1.739.128 | 2.381.855 | 12.877.217 |

(a) A 1 de setembro de 2009 iniciou-se o contrato de Gestão entre a ARS Norte e a Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A., no qual se estabelece a gestão e a exploração do Estabelecimento Hospitalar de Braga em Regime de Parceria Público-Privada. Na data da transmissão a Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. pagou ao abrigo do contrato de gestão hospitalar o valor de 15 milhões de Euros ao qual foi deduzido o valor relativo a Inventários e Ativos Fixos Tangíveis, denominando-se o remanescente por Direitos de Concessão - este valor será amortizado em 10 anos, período do contrato.

(b) A 1 de junho de 2011 iniciou-se o contrato de Gestão entre os Ministérios da Saúde e das Finanças e a Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A., no qual se estabelece a gestão e a exploração do Estabelecimento Hospitalar de Vila Franca em Regime de Parceria Público-Privada. Na data da transmissão a Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. pagou ao abrigo do contrato de gestão hospitalar o valor de 7,5 milhões de Euros ao qual foi deduzido o valor relativo a Inventários e Ativos Fixos Tangíveis, denominando-se o remanescente por Direitos de Concessão - este valor será amortizado em 10 anos, período do contrato.

(c) Nesta rubrica encontra-se registado o montante bruto de 3.228.817 Euros correspondente ao valor total estimado dos investimentos esperados até ao termo do Contrato de gestão e exploração do Estabelecimento Hospitalar de Vila Franca, decorrente das obrigações previstas no Anexo V do referido contrato. De acordo com o estabelecido na IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e com base nos princípios descritos na IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços, este valor, que começou a ser amortizado em abril de 2013, na sequência da transferência para as novas instalações, altura em que foi adquirida a nova capacidade instalada, e foi elaborado um plano de investimento onde se prevê o reconhecimento da obrigação futura com a substituição dos referidos equipamentos até ao fim do contrato. Em 2016, tal como no ano anterior, pela revisão dos valores esperados de compra, não houve qualquer ajuste no valor dos bens.

17. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Ativo bruto:

Saldo em 1 de janeiro de 2016

Alterações de perímetro

Excedente de revalorização

Adições

Regularizações

Alienações e abates

Transferências

Saldo em 31 de dezembro de 2016

Depreciação e perdas por imparidade acumuladas:

Saldo em 1 de janeiro de 2016

Alterações de perímetro

Regularizações

Depreciação

Alienações e abates

Saldo em 31 de dezembro de 2016

Valor líquido

2016

| Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento administrativo | Outros ativos tangíveis | Ativos tangíveis em curso | Total |
|------------------------------|--------------------------------|--------------------|----------------------------|-------------------------|---------------------------|--------------------|
| 20.600.285 | 108.625.622 | 145.210.796 | 21.559.326 | 134.402 | 26.323.631 | 322.454.062 |
| - | 583.251 | 1.053.032 | 3.165 | - | - | 1.639.447 |
| 1.026.101 | 5.018.856 | - | - | - | - | 6.044.957 |
| 379.058 | 20.858.117 | 14.668.173 | 2.044.558 | - | 1.039.604 | 38.989.509 |
| 20.577.214 | (20.507.389) | 772.985 | - | - | - | 842.810 |
| - | (1.040.987) | (1.188.686) | (2.967.921) | - | (183.160) | (5.380.754) |
| 23.408.844 | 1.204.845 | 330.504 | - | - | (24.944.193) | - |
| 65.991.502 | 114.742.314 | 160.846.804 | 20.639.128 | 134.402 | 2.235.882 | 364.590.032 |
| - | - | - | - | - | - | - |
| - | (29.039.527) | (108.031.798) | (18.271.054) | (78.424) | - | (155.420.804) |
| - | (374.252) | (427.712) | (1.912) | - | - | (803.876) |
| - | 214.072 | (95.303) | - | - | - | 118.769 |
| - | (7.209.039) | (13.357.259) | (1.587.555) | (13.265) | - | (22.167.118) |
| - | 331.522 | 884.418 | 2.256.665 | - | - | 3.472.605 |
| - | (36.077.226) | (121.027.654) | (17.603.856) | (91.689) | - | (174.800.425) |
| 65.991.502 | 78.665.089 | 39.819.151 | 3.035.272 | 42.713 | 2.235.882 | 189.789.608 |

Ativo bruto:

Saldo em 1 de janeiro de 2015

Alterações de perímetro

Atividades descontinuadas

Excedente de revalorização

Adições

Regularizações

Alienações e abates

Transferências

Saldo em 31 de dezembro de 2015

Depreciação e perdas por imparidade acumuladas:

Saldo em 1 de janeiro de 2015

Alterações de perímetro

Atividades descontinuadas

Regularizações

Depreciação

Alienações e abates

Transferências

Saldo em 31 de dezembro de 2015

Valor líquido

A classe de ativos Imóveis afetos a serviços de saúde, que engloba as rubricas Terrenos e recursos naturais e Edifícios e outras construções, encontra-se escriturada pela quantia revalorizada. A avaliação destes imóveis foi efetuada com base em métodos diferentes:

- **Hospital CUF Descobertas**

Para a avaliação do Hospital **CUF** Descobertas foi utilizado o Método do Rendimento. O método de capitalização do rendimento visa determinar o valor de um imóvel em função da sua capacidade de produzir rendimentos. Relaciona o rendimento futuro (num pressuposto de otimização e em atenção ao tempo de vida económica), com o seu valor presente e de forma a obter-se o valor de mercado (numa ótica de continuidade da utilização).

Este método vocaciona-se para a determinação do valor presente de rendimentos futuros, segundo o valor e o estado atuais.

- **Hospital CUF Infante Santo**

A avaliação do Hospital **CUF** Infante Santo foi baseada no Método Comparativo de Mercado. Com o projeto da **CUF** Tejo, foi adquirido um novo terreno para a construção do novo hospital, perspetivando-se assim a venda do atual edifício do Hospital **CUF** Infante Santo a partir de 2019. A avaliação do exercício anterior foi baseada em pressupostos diferentes dos usados no ano corrente, o que justifica a variação do justo valor face ao ano transato.

2015

| Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento administrativo | Outros ativos tangíveis | Ativos tangíveis em curso | Total |
|------------------------------|--------------------------------|--------------------|----------------------------|-------------------------|---------------------------|--------------------|
| 20.096.929 | 88.842.104 | 131.793.308 | 19.550.870 | 27.647 | 1.491.848 | 261.802.705 |
| 579.157 | 11.772.531 | 3.958.102 | 502.415 | 106.943 | - | 16.919.148 |
| - | - | - | - | - | - | - |
| 1.335.399 | 4.006.198 | - | - | - | - | 5.341.597 |
| - | 3.944.079 | 8.565.086 | 1.382.802 | - | 26.535.711 | 40.427.678 |
| - | - | (12.539) | (2.650) | (187) | (17.589) | (32.965) |
| (1.411.200) | (282.789) | (305.317) | (1.170) | - | (3.625) | (2.004.101) |
| - | 343.499 | 1.212.156 | 127.059 | - | (1.682.714) | - |
| 20.600.285 | 108.625.622 | 145.210.796 | 21.559.326 | 134.402 | 26.323.631 | 322.454.062 |
| - | (22.118.880) | (93.976.826) | (16.233.979) | (9.073) | - | (132.338.758) |
| - | (1.296.853) | (1.785.274) | (454.781) | (60.238) | - | (3.597.146) |
| - | - | - | - | - | - | - |
| - | - | 10.429 | 2.502 | 187 | - | 13.118 |
| - | (5.684.390) | (12.379.693) | (1.584.837) | (9.301) | - | (19.658.221) |
| - | 60.596 | 99.566 | 41 | - | - | 160.203 |
| - | - | - | (102.076) | 102.076 | - | - |
| - | (29.039.527) | (108.031.798) | (18.373.130) | 23.652 | - | (155.420.804) |
| 20.600.285 | 79.586.094 | 37.178.999 | 3.186.196 | 158.054 | 26.323.631 | 167.033.259 |

▪ Hospital CUF Santarém e Edifício "Infante Santo 34"

Nas avaliações do Hospital CUF Santarém e do Edifício "Infante Santo 34" foram utilizados o Método do Custo; este método tem por base a "obra nova" (construída recorrendo a tecnologia e materiais modernos) idêntica à do bem patrimonial em avaliação, acrescido de todos os encargos indiretos tidos com o desenvolvimento do projeto de investimento e de uma margem normal para o mercado e o risco do investimento considerado

As avaliações foram ainda efetuadas tendo em conta o estado de uso atual dos imóveis. Para efeitos de cálculo foi utilizado o valor de transação de propriedades similares, obtido a partir da prospeção realizada, tendo sido

ajustada às características dos imóveis em avaliação. As taxas de capitalização utilizadas refletem o comportamento do mercado de escritórios em Portugal quando analisada a rentabilidade de projetos de investimento de médio/longo prazo.

Os ativos que se qualificam como Ativos tangíveis em curso respeitam a ativos que irão ser reconhecidos como Terrenos e recursos naturais ou como Edifícios e outras construções quando a sua promoção passar a ser reconhecida como irreversível. Estes ativos encontram-se à data da demonstração da posição financeira, valorizados ao custo.

Durante os exercícios de 2016 e 2015 a rubrica de Amortizações, depreciações e perdas por imparidade teve as seguintes contrapartidas na demonstração da posição financeira:

| | 2016 | 2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| Gastos de depreciação, amortização e perdas por imparidade: | | |
| Ativos fixos tangíveis | 22.167.118 | 19.658.221 |
| Ativos intangíveis | 2.925.249 | 3.126.880 |
| Propriedades de investimento | - | 8.199 |
| | 25.092.368 | 22.793.301 |

18. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As partes de capital detidas em empresas associadas tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

| | 2016 | | | 2015 | |
|--|-------------------|------------------------|-----------------------|------------------|------------------|
| | Partes de capital | Empréstimos concedidos | Perdas por imparidade | Total | Total |
| Saldo em 1 de janeiro | 458.589 | 3.354.099 | (543.941) | 3.268.747 | 4.033.056 |
| Alterações de perímetro | - | - | - | - | - |
| Efeito cambial | - | - | - | - | - |
| Aplicação de equivalência patrimonial: | | | | | |
| Efeito em resultados | - | - | 138.459 | 138.459 | 340.920 |
| Efeito em capital próprio | - | - | - | - | - |
| Dividendos recebidos | - | - | - | - | (262.028) |
| Aquisições e aumentos | - | - | - | - | - |
| Transferências | (424.589) | (3.116.098) | 369.593 | (3.171.095) | - |
| Alienações e abates | - | (68.000) | - | (68.000) | (843.202) |
| Saldo em 31 de dezembro | 34.000 | 170.000 | (35.889) | 168.111 | 3.268.747 |

A rubrica Investimentos em associadas, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é composta como segue:

| Associadas | 2016 | | | 2015 | |
|--|-------------------|------------------------|-----------------------|------------------|------------------|
| | Partes de capital | Empréstimos concedidos | Perdas por imparidade | Valor de balanço | Valor de balanço |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. | - | - | - | - | 2.903.581 |
| Escala Parque – Gestão de Estacionamento, S.A. | - | - | - | - | 267.513 |
| Centro Gamma Knife–Radiocirurgia, S.A. | 34.000 | 170.000 | (35.889) | 168.111 | 97.652 |
| | 34.000 | 170.000 | (35.889) | 168.111 | 3.268.747 |

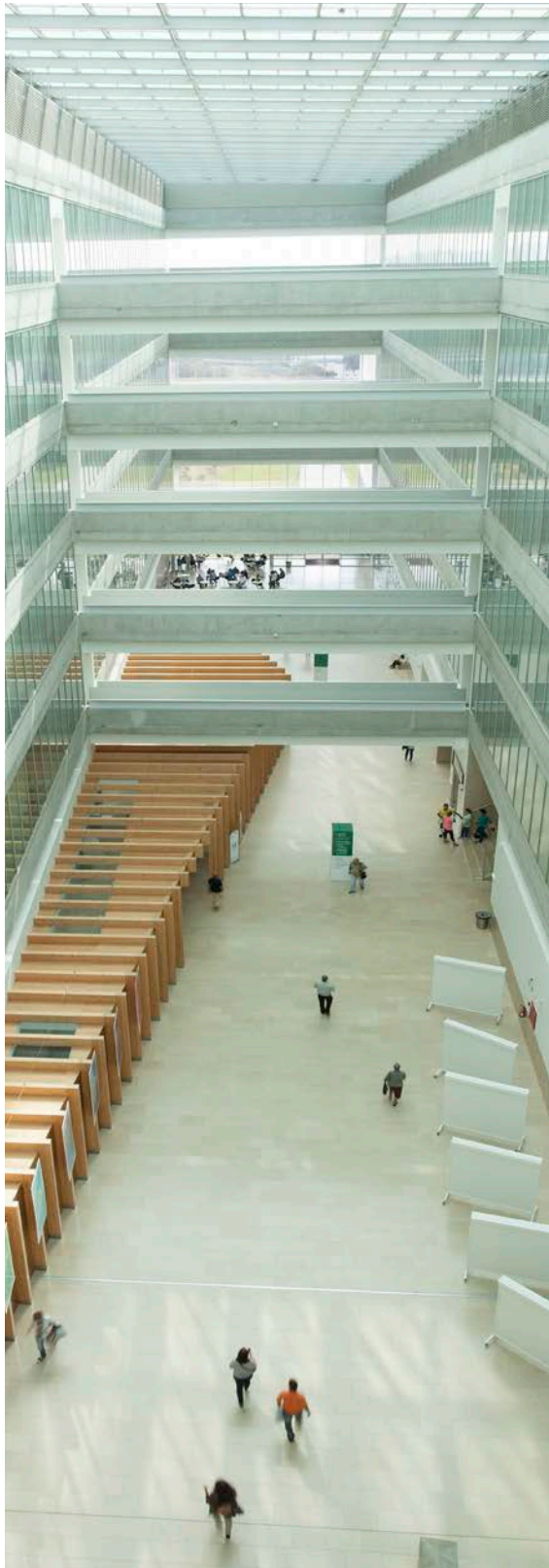
A principal informação financeira agregada, relativa às empresas associadas em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

| Associadas | Informação financeira em 31 de dezembro de 2016 | | | | | |
|--|---|------------|-------------------|-----------|-------------|-------------------|
| | Ativo | Passivo | Capitais próprios | Gastos | Rendimentos | Resultado líquido |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. | 52.814.888 | 44.670.460 | 8.144.428 | 6.097.817 | 7.443.376 | 1.345.559 |
| Escala Parque – Gestão de Estacionamento, S.A. | 1.533.167 | 582.898 | 950.269 | 1.009.247 | 1.899.515 | 890.268 |
| Centro Gamma Knife–Radiocirurgia, S.A. | 1.421.568 | 927.129 | 494.439 | 561.516 | 968.746 | 407.230 |

19. OUTROS INVESTIMENTOS

Os outros investimentos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são os que se seguem:

| Associadas | 2016 | | | 2015 | |
|---|-------------------|------------------------|-----------------------|------------------|------------------|
| | Partes de capital | Empréstimos concedidos | Perdas por imparidade | Valor de balanço | Valor de balanço |
| Centro Clínico Académico de Braga | 35.000 | - | - | 35.000 | 35.000 |
| Diagnosticar - Diagnóstico Computorizado, S.A. | 26.200 | - | - | 26.200 | 26.200 |
| IBET | 5.000 | - | - | 5.000 | 5.000 |
| Fundo de Compensação do Trabalho e Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho | 393.472 | - | - | 393.472 | 195.428 |
| Digihealth, S.A. | 1.315.853 | 50.000 | (1.315.853) | 50.000 | 50.000 |
| | 1.775.525 | 50.000 | (1.315.853) | 509.672 | 311.628 |



Os outros investimentos incluem ativos financeiros não correntes, mensurados ao custo de aquisição, ajustado face às perdas de imparidade estimadas. Esta rubrica apresenta os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

| | Outros investimentos |
|---|-----------------------------|
| Investimento bruto: | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | 1.382.053 |
| Aumentos | 245.428 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 1.627.481 |
| Aumentos | 198.044 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 1.825.525 |
| Perdas por imparidade (Nota 33): | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | (1.315.853) |
| Alienações e abates | - |
| Reforço | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | (1.315.853) |
| Alienações e abates | - |
| Reforço | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | (1.315.853) |
| Valor líquido: | |
| Em 31 de dezembro de 2015 | 311.628 |
| Em 31 de dezembro de 2016 | 509.671 |

20. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os movimentos ocorridos nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram os seguintes:

| | Ativos por impostos diferidos | | | | | | Total |
|--|-------------------------------|------------------------|------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|------------------|
| | Outros | Imparidade de clientes | Instrumentos financeiros derivados | Prejuízos fiscais reportáveis | Benefícios dos empregados (Nota 33) | Provisões não aceites fiscalmente | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | - | 71.746 | | - | 1.014.364 | 1.470.825 | 2.556.935 |
| Alterações de perímetro | - | - | - | 216.396 | - | - | 216.396 |
| Constituição: | | | | | | | |
| Resultado Líquido | - | - | 334.757 | - | - | 219.496 | 554.253 |
| Capitais Próprios | - | - | - | - | - | - | - |
| Reversão: | | | | | | | |
| Resultado Líquido | - | - | - | 84.472 | 64.175 | - | 148.647 |
| Capitais Próprios | - | - | - | - | - | - | - |
| Efeito da alteração da taxa de imposto | | | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | - | 71.746 | 334.757 | 131.924 | 950.188 | 1.690.321 | 3.178.936 |
| Alterações de perímetro (Nota 4) | - | - | - | - | - | - | - |
| Constituição: | | | | | | | |
| Resultado Líquido | - | 282.303 | 182.995 | - | - | 698.410 | 1.163.708 |
| Capitais Próprios | 126.574 | - | - | - | - | - | 126.574 |
| Reversão: | | | | | | | |
| Resultado Líquido | 17.162 | 40 | - | 74.387 | 85.190 | 494 | 177.273 |
| Capitais Próprios | | | | | | | |
| Efeito da alteração da taxa de imposto | | | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 109.412 | 354.009 | 517.752 | 57.537 | 864.998 | 2.388.237 | 4.291.945 |

| | Passivos por impostos diferidos | | |
|--|--|------------------------------------|------------------|
| | Reavaliações de ativos fixos tangíveis | Instrumentos financeiros derivados | Total |
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | - | - | - |
| Constituição: | | | |
| Resultado líquido | - | - | - |
| Capitais próprios | - | - | - |
| Reversão: | | | |
| Resultado líquido | - | - | - |
| Capitais próprios | - | - | - |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2015 | - | - | - |
| Constituição: | | | |
| Resultado líquido | 115.436 | - | 115.436 |
| Capitais próprios | 2.742.013 | - | 2.742.013 |
| Reversão: | | | |
| Resultado líquido | - | - | - |
| Capitais próprios | - | - | - |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2016 | 2.857.449 | - | 2.857.449 |

Foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer em resultado das diferenças temporárias existentes entre o resultado fiscal e o resultado contabilístico. Nos casos em que essas diferenças originaram impostos diferidos ativos, os mesmos só foram registados na medida em que se considera provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados, e nas oportunidades de otimização fiscal disponíveis e identificadas.

21. OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas tinham a seguinte composição:

| | 2016 | | 2015 | |
|--|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente |
| Acréscimos de proveitos: | | | | |
| Proveitos por produção não faturada | 43.999.641 | - | 41.752.778 | - |
| Rappel a receber | 6.753.463 | - | 3.207.918 | - |
| Prestação de serviços médicos não faturados | 5.148.355 | - | 4.440.730 | - |
| Juros a receber | 342.081 | - | 316.740 | - |
| Cedência de espaço | 16.278 | - | - | - |
| Outros acréscimos de proveitos | 136.288 | - | 124.336 | - |
| | 56.396.107 | - | 49.842.502 | - |
| Custos diferidos: | | | | |
| Responsabilidade Hospital de São Marcos | - | 6.129.201 | - | 6.129.201 |
| Responsabilidade Hospital de Reynaldo dos Santos | - | 2.167.744 | - | 2.167.744 |
| Seguros | 1.197.484 | - | 294.306 | - |
| Rendas e alugueres | 983.933 | - | 909.962 | - |
| Diferimento do preço de venda | 772.755 | - | 843.977 | - |
| Comissões e Imposto de selo | 630.400 | - | 58.571 | - |
| Licenças informáticas | 182.144 | - | 2.103.489 | - |
| Análises e Consumíveis clínicos | 161.011 | - | - | - |
| Tribunal de contas (emolumentos) | 52.244 | - | 68.330 | - |
| Auditoria | 15.683 | - | 24.469 | - |
| Custos de manutenção e reparação | 7.918 | - | 13.197 | - |
| Juros diferidos | 5.570 | - | 1.265 | - |
| Outros custos diferidos | 5.730 | - | 91.265 | - |
| | 4.014.872 | 8.296.945 | 4.408.831 | 8.296.945 |
| | 60.410.979 | 8.296.945 | 54.251.333 | 8.296.945 |

Na rubrica Proveitos por produção não faturada estão incluídos os acréscimos de proveitos com a ARS Norte e ARSLVT, decorrentes do apuramento da produção real de 2013, 2014, 2015 e 2016, de acordo com o previsto no contrato de gestão, conforme mencionado na Nota 2.3. Em 31 de dezembro de 2016 esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | Proveitos por produção não faturada | | | |
|-------------------------------|-------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 2016 | | 2015 | |
| | ARS Norte | ARSLVT | ARS Norte | ARSLVT |
| Produção do exercício de 2013 | - | 2.642.412 | - | 2.762.243 |
| Produção do exercício de 2014 | 204.935 | 2.805.192 | 3.234.746 | 2.844.541 |
| Produção do exercício de 2015 | 819.640 | 157.408 | 26.512.198 | 6.399.050 |
| Produção do exercício de 2016 | 29.677.175 | 7.692.880 | - | - |
| | 30.701.750 | 13.297.891 | 29.746.944 | 12.005.834 |

A rubrica de Outros ativos não correntes, diz respeito aos valores calculados pelas responsabilidades de Férias, Subsídio de Férias e Subsídio de Natal do Hospital de São Marcos e dos Hospital de Reynaldo dos Santos, relativos ao ano de início dos respetivos contratos.

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica Licenças informáticas refere-se a faturas recebidas durante esse exercício, do fornecedor "Microsoft" relativas à manutenção de licenças informáticas de 2016.

22. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|---|-------------------|------------------|
| Matérias primas, subsidiárias e de consumo | 11.152.191 | 8.519.200 |
| Mercadorias | 143.166 | 432.335 |
| | 11.295.357 | 8.951.535 |
| Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 34) | (32.501) | (21.523) |
| | 11.262.856 | 8.930.011 |

23. CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica Clientes e adiantamentos a fornecedores tinha a seguinte composição:

| | 2016 | | | 2015 | | |
|------------------------------|--------------------|---------------------------------|-------------------|-------------------|---------------------------------|-------------------|
| | Valor bruto | Perdas por imparidade (Nota 34) | Valor líquido | Valor bruto | Perdas por imparidade (Nota 34) | Valor líquido |
| Cientes, conta corrente | 93.353.001 | (976.496) | 92.376.505 | 85.372.860 | (855.479) | 84.517.381 |
| Cientes, títulos a receber | - | - | - | - | - | - |
| Cientes de cobrança duvidosa | 12.274.963 | (9.296.745) | 2.978.218 | 11.930.895 | (8.782.049) | 3.148.846 |
| Adiantamentos a fornecedores | 22.855 | - | 22.855 | 22.855 | - | 22.855 |
| | 105.650.818 | (10.273.241) | 95.377.577 | 97.326.609 | (9.637.528) | 87.689.081 |

Os saldos apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade em saldos de clientes, que foram estimadas de acordo com o descrito na Nota 2.19. b).

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes.

A antiguidade da rubrica de Clientes e adiantamentos a fornecedores decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| Exercício | Total | Dívida não vencida | Dívida vencida | | | | |
|------------|--------------------|--------------------|----------------|--------------|--------------|--------------|------------|
| | | | < 180 dias | 181-365 dias | 366-545 dias | 546-730 dias | > 730 dias |
| 31-12-2016 | 105.650.818 | 51.570.124 | 20.935.011 | 9.521.035 | 4.219.447 | 3.250.832 | 16.154.369 |
| 31-12-2015 | 97.326.609 | 55.350.693 | 7.373.981 | 10.918.701 | 6.086.686 | 4.550.301 | 13.046.248 |



24. OUTROS DEVEDORES CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Outros devedores tinha a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|---|------------------|-------------------|
| Suprimentos a entidades relacionadas (Nota 41) | 1.885.798 | 5.875.798 |
| Adiantamento por conta de investimentos financeiros | 850.000 | - |
| Pessoal | 732.216 | 717.518 |
| Projetos de hospitais em curso | 690.891 | 2.722.452 |
| Venda de investimentos financeiros | 376.019 | 669.359 |
| Retenções e Penhoras | 134.165 | 134.165 |
| Cauções | 126.325 | 166.238 |
| Refaturações | 47.895 | 42.532 |
| Prestadores de serviços | 7.350 | 26.626 |
| Outros devedores | 237.576 | 240.331 |
| | 5.088.234 | 10.595.019 |

Em Outros devedores encontram-se relevantes saldos a receber de diversas entidades por transações não relacionadas com as atividades principais do Grupo.

25. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos com estas entidades eram como segue:

| | 2016 | 2015 |
|---|-------------------|-------------------|
| Saldos devedores: | | |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas | 12.206.210 | 6.633.740 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 1.328.603 | 708.324 |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares | 4.658 | - |
| Outros | 1.222 | 8 |
| | 13.540.692 | 7.342.073 |
| Saldos credores: | | |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas | 12.280.671 | 12.222.517 |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares | 2.244.520 | 2.246.662 |
| Contribuições para a segurança social | 3.768.772 | 3.387.540 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 904.143 | 674.579 |
| Outros | 54.222 | 85.390 |
| | 19.252.327 | 18.616.687 |

26. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas têm a seguinte composição:

Outros instrumentos financeiros:

Os outros instrumentos financeiros são constituídos por empréstimos obrigacionistas, que se detalham conforme quadro abaixo:

| Subsidiária | Emitente | Ano de emissão | 2016 |
|----------------------------------|---|----------------|-------------------|
| José de Mello Saúde, S.A. | Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | 2014 | 10.000.000 |
| Hospital CUF Descobertas, S.A. | José de Mello, SGPS, S.A. | 2007 | 10.000.000 |
| Hospital CUF Descobertas, S.A. | Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | 2010 | 4.350.000 |
| Hospital CUF Descobertas, S.A. | José de Mello Participações II, SGPS, S.A. | 2008 | 10.000.000 |
| Hospital CUF Descobertas, S.A. | Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | 2014 | 4.300.000 |
| Hospital CUF Infante Santo, S.A. | José de Mello, SGPS, S.A. | 2007 | 10.000.000 |
| | | | 48.650.000 |

Estas obrigações têm uma put option (opção de venda) que confere ao Grupo o direito ao resgate a qualquer momento do montante em causa. Não tendo exercido a put option até 31 de dezembro de 2016, entendemos em classificar estas obrigações de Outras aplicações de tesouraria para Outros instrumentos financeiros.

Os pagamentos mais significativos relacionados com investimentos financeiros, ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respeitam aos seguintes movimentos:

Caixa e equivalentes a caixa:

| | 2016 | 2015 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa e depósitos bancários: | | |
| Numerário | 1.743.953 | 1.769.206 |
| Depósitos à ordem | 14.124.477 | 18.883.439 |
| Depósitos a prazo | 6.307 | 398.424 |
| Outras aplicações de tesouraria | 192.657 | 62.425.727 |
| | 16.067.394 | 83.476.796 |
| Caixa e equivalentes a caixa: | | |
| Descobertos bancários (Nota 31) | (252.734) | (1.045.368) |
| | 15.814.660 | 82.431.428 |

| | 2016 | 2015 |
|--|----------------|-------------------|
| Hospital CUF Santarém, S.A. | - | 12.390.104 |
| Hospital CUF Santarém, S.A. | - | 2.690.000 |
| SIM-X - Serviço de Imagem Médica, Lda. | 327.600 | - |
| Manuel Guimarães, Lda. | - | 82.977 |
| Digihealth, S.A. | - | 50.000 |
| | 327.600 | 15.213.081 |

Adicionalmente as Outras aplicações de tesouraria englobam ainda um montante de cerca de 190 mil Euros, referente a unidades de participação no Montepio Geral.

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa:

Os recebimentos mais significativos relacionados com investimentos financeiros, ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respeitam aos seguintes movimentos:

| | 2016 | 2015 |
|--|------------------|------------------|
| Dr. Campos Costa - Consultório de Tomografia Computorizada, S.A. | - | 6.841.000 |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. | 1.211.718 | 843.204 |
| HMR - Health Market Research, Lda. | - | 500.000 |
| Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A. | 68.000 | - |
| | 1.279.718 | 8.184.204 |

27. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda decompõe-se da forma seguinte:

| Associadas | 2016 | | | 2015 | |
|--|-------------------|------------------------|-----------------------|------------------|------------------|
| | Partes de capital | Empréstimos concedidos | Perdas por imparidade | Valor de balanço | Valor de balanço |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. | 864.726 | 1.904.379 | - | 2.769.106 | - |
| Escala Parque - Gestão de Estacionamento, S.A. | 323.091 | - | - | 323.091 | - |
| Outros | 9.976 | 163.440 | (97.000) | 76.416 | 76.416 |
| | 1.197.794 | 2.067.819 | (97.000) | 3.168.613 | 76.416 |

É intenção do Grupo José de Mello Saúde proceder à transmissão das suas participações no capital social da Escala Braga – Sociedade Gestora do Edifício, S.A. e da Escala Parque – Gestão de Estacionamento, S.A., juntamente com todos os direitos e obrigações a estes inerentes.

Para o efeito, foi assinado um contrato de compra e venda de ações e prestações suplementares com um investidor, sendo que a conclusão da transação está dependente das seguintes aprovações:

- Entidade Pública Contratante (Administração Regional de Saúde)
- Bancos Financiadores
- Autoridade da Concorrência ou da Comissão Europeia
- própria sociedade, alvo da transação

28. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2016, o capital no montante de 53.000.000 Euros, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 10.600.000 ações, com o valor nominal de cinco Euros cada.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital era detido pelas seguintes entidades:

| Entidade | Número de ações | Percentagem de participação |
|---|-------------------|-----------------------------|
| José de Mello, SGPS, S.A. | 6.980.100 | 65,85% |
| Fundação Amélia da Silva de Mello | 439.900 | 4,15% |
| Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | 3.180.000 | 30,00% |
| | 10.600.000 | 100,00% |

29. RESERVA LEGAL

De acordo com a legislação em vigor, a Empresa deverá reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima de 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

30. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram os seguintes:

| | 2016 | 2015 |
|--|------------------|------------------|
| Saldo inicial em 1 de janeiro | 3.708.111 | 3.577.537 |
| Dividendos | (206.278) | (181.257) |
| Reforços de participação de capital | - | (18.536) |
| Outras variações de capital próprio das empresas participadas | 175.027 | 70 |
| Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam | 283.937 | 330.297 |
| Saldo final em 31 de dezembro | 3.960.796 | 3.708.111 |

O detalhe, por empresa, da rubrica de Interesses que não controlam em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

| Empresa | Percentagem não detida | Interesses que não controlam | |
|---|------------------------|------------------------------|------------------|
| | | Resultado | Capital próprio |
| VALIR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. | 4,0045% | (603) | 1.218.677 |
| Vramondi International BV | 0,0004% | (1) | (6) |
| Hospital CUF Descobertas, S.A. | 0,0707% | 10.622 | 18.999 |
| Clínica CUF Belém, S.A. | 37,1931% | 152.419 | 1.330.917 |
| Clinica de Serviços Médicos e Computorizados de Belém, S.A. | 66,3510% | 96.271 | 1.086.875 |
| Nova Imagem - Centro Radiodiagnóstico, S.A. | 0,0004% | 2 | 3 |
| Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A. | 29,5002% | (1.096) | 265.626 |
| HD Medicina Nuclear, S.A. | 30,0535% | 66.423 | 475.601 |
| Escala Vila Franca – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | 0,0191% | 197 | 1.430 |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | 0,0143% | (577) | (7.765) |
| Instituto CUF - Diagnóstico e Tratamento, S.A. | 4,0045% | (39.722) | (429.561) |
| | | 283.937 | 3.960.796 |

31. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os empréstimos obtidos eram como segue:

| | 2016 | 2015 |
|---------------------------------|--------------------|--------------------|
| Passivos não correntes: | | |
| Empréstimos por obrigações | 99.452.814 | 99.238.714 |
| Outros empréstimos bancários | 18.532.108 | 15.788.420 |
| | 117.984.922 | 115.027.134 |
| Passivos correntes: | | |
| Papel comercial | 23.900.000 | 16.000.000 |
| Outros empréstimos bancários | 3.237.272 | 5.100.105 |
| Contas corrente caucionadas | 4.635.000 | 5.550.000 |
| Descobertos bancários (Nota 26) | 252.734 | 1.045.368 |
| | 32.025.005 | 27.695.473 |
| | 150.009.928 | 142.722.607 |

O Grupo tem contratado quatro programas de Papel comercial com o limite de 36.000 milhares de Euros. Em 31 de dezembro de 2016 estes passivos tinham o seguinte detalhe:

| Empresa contratante | Montante nominal contratado | Montante por liquidar | | Amortização | | Taxa de juro |
|---|-----------------------------|-----------------------|--------------|-------------|---------------|------------------------|
| | | Corrente | Não corrente | Maturidade | Periodicidade | |
| José de Mello Saúde, S.A. | 6.000.000 | 6.000.000 | - | Nov. 2015 | Única | Euribor máxima + 1,75% |
| José de Mello Saúde, S.A. | 10.000.000 | 3.000.000 | - | Nov. 2019 | Anual | Euribor máxima + 2% |
| José de Mello Saúde, S.A. | 10.000.000 | 4.900.000 | - | Mar. 2020 | Única | Euribor 1M + 1,1% |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | 10.000.000 | 10.000.000 | - | Dez. 2018 | Única | Variável |
| | 36.000.000 | 23.900.000 | - | | | |

Os Empréstimos por obrigações dizem respeito às seguintes emissões:

“JOSÉ DE MELLO SAÚDE 2014/2019”

- Valor total do empréstimo: 50.000.000 Euros
- Valor nominal: 10.000 Euros por obrigação
- Vencimento: 9 de junho de 2019
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses acrescida de 3,875%

“JOSÉ DE MELLO SAÚDE 2015/2021”

- Valor total do empréstimo: 50.000.000 Euros
- Valor nominal: 10.000 Euros por obrigação
- Vencimento: 17 de maio de 2021
- Taxa de juro: Euribor a 6 meses acrescida de 2,95%

Estas emissões foram colocadas junto de investidores institucionais e foi solicitada a admissão à negociação nos mercados regulamentados *Euronext Lisbon* e *Bourse de Luxembourg*. Sobre estas obrigações foi considerado um covenant facultativo de 4 vezes a dívida líquida / EBITDA.

Em 31 de dezembro 2016 e 2015, os Outros empréstimos bancários apresentavam a seguinte composição:

| Entidade | 2016 | | 2015 | |
|-----------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente |
| Novo Banco | - | - | 10.764 | - |
| Montepio Geral | 1.265.698 | 1.899.523 | 1.230.087 | 3.160.156 |
| Banif | 273.176 | 10.368.108 | 3.036.847 | 9.250.668 |
| Santander Totta | 587.525 | 2.506.317 | 694.933 | 2.969.190 |
| BIC | 129.936 | 278.449 | 127.474 | 408.406 |
| Popular | 980.937 | 3.479.712 | - | - |
| | 3.237.271 | 18.532.108 | 5.100.105 | 15.788.420 |

Linhas de crédito obtidas e não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, existiam respetivamente 29.150 milhares de Euros e 25.100 milhares de Euros de linhas de crédito obtidas e não utilizadas.

32. OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Locação financeira

O Grupo tem contratos de locação financeira para vários itens dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis, incluídos no balanço. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a quantia escriturada desses bens, para cada categoria de ativo, é como segue:

| | 2016 | 2015 |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Edifícios e outras construções | 55.581.261 | 52.430.706 |
| Equipamento básico | 24.337.636 | 21.303.249 |
| Equipamento administrativo | 587.295 | 1.699.250 |
| | 80.506.192 | 75.433.205 |

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram pagas rendas de 10.174.156 Euros e 21.324.409 Euros, respetivamente, relativas a rendas de contratos de locação financeira.

▪ **Locação operacional**

Os contratos de locação operacional em vigor no Grupo José de Mello Saúde respeitam, essencialmente, a viaturas e equipamento de escritório.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram reconhecidos custos de 3.160.566 Euros e 4.227.028 Euros, respetivamente, relativos a rendas de contratos de locação operacional.

33. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A subsidiária Hospital **CUF** Infante Santo, S.A. ("HCIS") tem a responsabilidade de complementar as pensões de reforma de alguns dos seus colaboradores, com quem foi assumida essa responsabilidade. Embora não tenha constituído qualquer fundo ou seguro para cobrir esta responsabilidade, foi constituída uma provisão para o efeito que é atualizada anualmente de acordo com um estudo atuarial realizado por uma entidade especializada e independente.

Foi formalmente, e de acordo com a legislação em vigor, pedida a caducidade do Acordo de Empresa ao Ministério do Trabalho produzindo efeito a 6 de fevereiro de 2013, relativamente aos empregados que ainda se encontram no ativo. A lei prevê, de acordo com um parecer jurídico, a manutenção da "retribuição, categoria e respetiva definição, duração do tempo de trabalho e regimes de proteção social cujos benefícios sejam substitutivos dos assegurados pelo regime geral de segurança social ou com protocolo de substituição do Serviço Nacional de Saúde". O complemento de reforma não se

enquadra nesta obrigatoriedade e deixa de ter efeito a partir de fevereiro de 2013. Assim, a responsabilidade exigida mantém-se para os empregados reformados do HCIS.

Segundo o relatório de avaliação apresentado pela Watson Wyatt International Limited, Sucursal em Portugal, o valor atual das responsabilidades com serviços passados com pensões de reforma, à data da demonstração da posição financeira, é estimada em 1.462 mil Euros (1.508 mil Euros em 2015), sendo a provisão para pensões de reforma ajustada e apresentada na Nota 34.

A avaliação atuarial das responsabilidades com o plano de pensões foi efetuada segundo o método *Projected Unit Credit*, tendo em consideração os seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

| | 2016 |
|--------------------------------------|-------------|
| Taxa de desconto (antes da reforma) | 1,30% |
| Taxa de desconto (depois da reforma) | 1,30% |
| Taxa de crescimento das pensões | 0,00% |
| Tábua de mortalidade: | |
| Para homens | TV 73/77 |
| Para mulheres | TV 88/90 |
| Número de reformados | 55 |
| Idade média | 73 |

34. PROVISÕES, PERDAS POR IMPARIDADE, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

▪ Provisões

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:

| | Benefícios dos empregados (Nota 33) | Provisões | | | Total de responsabilidades | |
|--|-------------------------------------|----------------|---------------------|-------------------|----------------------------|-------------------|
| | | Impostos | Matérias ambientais | Outros | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | 1.954.488 | 390.811 | 5.000 | 12.363.825 | 12.759.637 | 14.714.125 |
| Reforço | - | - | - | 770.017 | 770.017 | 770.017 |
| Utilização | - | - | - | - | - | - |
| Reversão | (192.115) | - | - | (532.008) | (532.008) | (724.123) |
| Reversões financeiras | - | - | - | (22.738) | (22.738) | (22.738) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 1.762.373 | 390.811 | 5.000 | 12.579.097 | 12.974.908 | 14.737.281 |
| Reforço | - | - | - | 1.306.696 | 1.306.696 | 1.306.696 |
| Utilização | - | - | - | (188.821) | (188.821) | (188.821) |
| Reversão | (300.598) | - | - | (71.550) | (71.550) | (372.147) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 1.461.775 | 390.811 | 5.000 | 13.625.422 | 14.021.234 | 15.483.009 |

A rubrica de Outros inclui essencialmente provisões para riscos decorrentes da atividade de prestação de serviços hospitalares. Adicionalmente inclui uma provisão que se destina a fazer face à responsabilidade de substituição de equipamentos contemplada no Anexo V do Contrato de Gestão e exploração do Estabelecimento Hospitalar de Vila Franca;

esta provisão foi constituída no exercício de 2013 por contrapartida de Ativos intangíveis (Nota 16), na sequência da transferência para as novas instalações, altura que foi adquirida a nova capacidade instalada, e foi elaborado um plano de investimento onde se prevê o reconhecimento da obrigação futura de substituição dos referidos equipamentos até ao fim do contrato.

▪ Perdas por imparidade

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:

| Perdas por imparidade em ativos correntes | | | | |
|---|--------------------------|--|----------------------------------|-------------------|
| | Inventários (Nota 22) | Cientes e ad. a fornecedores (Nota 23) | Outros devedores (Nota 24) | Total |
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | 19.657 | 9.355.889 | 1.567.900 | 10.943.446 |
| Reforço | 21.523 | 486.513 | - | 508.036 |
| Utilização | (19.657) | (2.823) | - | (22.480) |
| Reversão | - | (202.050) | (1.567.900) | (1.769.950) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 21.523 | 9.637.528 | - | 9.659.052 |
| Reforço | 10.978 | 1.555.898 | - | 1.566.876 |
| Utilização | - | (615.307) | - | (615.307) |
| Reversão | - | (304.878) | - | (304.878) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 32.501 | 10.273.241 | - | 10.305.742 |

| Perdas por imparidade em ativos não correntes | | | | | |
|---|-----------------------|--|--|--|------------------|
| | Goodwill (Nota 15) | Ativos fixos tangíveis (Nota 17) | Associadas e Outros investimentos (Notas 18 e 19) | Ativos não correntes detidos para venda | Total |
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | 3.575.232 | 993.405 | 1.859.794 | - | 5.884.490 |
| Reforço | - | - | - | 97.000 | 97.000 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 3.575.232 | 993.405 | 1.859.794 | 97.000 | 5.981.490 |
| Reforço | 66.100 | - | - | - | 66.100 |
| Transferências | - | - | (369.593) | 369.593 | - |
| Reversão | - | - | (138.459) | (369.593) | (508.052) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 3.641.332 | 993.405 | 1.351.742 | 97.000 | 5.539.538 |

Durante os exercícios de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nas rubricas de Perdas por imparidade e Provisões, tiveram as seguintes contrapartidas em resultados:

| | 31-12-2016 | | | 31-12-2015 | | |
|---|------------|-----------|------------------|------------|-------------|--------------------|
| | Reforço | Reversão | Total | Reforço | Reversão | Total |
| Benefícios dos empregados | - | (300.598) | (300.598) | - | (192.115) | (192.115) |
| Provisões | 1.306.696 | (71.550) | 1.235.147 | 770.017 | (532.008) | 238.009 |
| Perdas por imparidade em ativos não correntes | 66.100 | (508.052) | (441.952) | 97.000 | (352.924) | (255.924) |
| Perdas por imparidade em ativos correntes | 1.566.876 | (304.878) | 1.261.998 | 508.036 | (1.769.950) | (1.261.914) |
| | | | 1.754.594 | | | (1.471.945) |

▪ Ativos contingentes

Após dois anos seguidos com resultados líquidos positivos, em 2016 a Escala Braga apresentou um resultado de aproximadamente 4 milhões de Euros negativos. Esta situação deriva da não revalidação, pelo Estado, dos programas de financiamento vertical de HIV (SIDA) e Esclerose Múltipla, num valor total aproximado de 7,5 milhões de Euros. É firme entendimento do Grupo José de Mello Saúde que este comportamento do parceiro público contribuiu de modo inexorável para atual situação financeira e constitui uma situação de incumprimento contratual muito grave. Desse modo, foi cautelarmente interposto no final do exercício de 2016 um Pedido de Reequilíbrio Financeiro para o efeito da cláusula 127.^a, n.º 9, alínea b), do Contrato de Gestão, propondo-se num espírito de cooperação leal e de boa-fé, que se inicie logo que possível um processo de arbitragem para a resolução deste litígio.

O Grupo José de Mello Saúde considera provável o sucesso deste litígio e como melhor estimativa deste ativo contingente o valor de 7.5 milhões de Euros.

Assim, excetuando este impacto, que consideramos uma surpresa, em face de no passado estes programas terem, inclusive, sido visados pelo Tribunal de Contas, e cujo impacto esperamos possa ser revertido em breve, a Escala Braga em particular e o Grupo José de

35. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas tinham a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| Fornecedores, conta corrente | 74.547.613 | 76.144.434 |
| Fornecedores, faturas em receção e conferência | 9.432.203 | 7.127.391 |
| Adiantamentos de clientes | 3.555.036 | 2.912.290 |
| | 87.534.852 | 86.184.115 |

36. OUTROS CREDORES CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas tinham a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|---|------------------|------------------|
| Hospital de São Marcos (a) | 3.089.531 | 3.079.226 |
| Aquisição de investimentos (b) | 2.674.400 | - |
| Benefícios de reforma | - | 2.504.268 |
| Pessoal e Sindicatos | 724.434 | 710.070 |
| Lucros disponíveis | 525.000 | - |
| Honorários | 441.311 | 303.777 |
| Fundo de Apoio à Inovação - Energias Renováveis e Eficiência Energética | 344.460 | - |
| Consultores, Acessores e Intermediários | 196.354 | 96.114 |
| Fornecedores de imobilizado | 125.117 | 131.254 |
| Hospital de Reynaldo dos Santos | 57.859 | 57.884 |
| Eventos e Jornadas clínicas | 26.589 | 118.929 |
| Cauções | 33.665 | 33.765 |
| Outros credores | 308.480 | 215.620 |
| | 8.547.200 | 7.250.907 |

Em Outros credores encontram-se relevados saldos a pagar a diversas entidades por transações não relacionadas com as atividades principais do Grupo.

(a) De acordo com o contrato de Gestão com a ARS Norte, a Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. deverá entregar ao Hospital de São Marcos 90% dos proveitos decorrentes da prestação de serviços médicos já realizados até 1 de setembro de 2009, mas cuja faturação ainda não tivesse sido emitida e 90% dos recebimentos de clientes cuja faturação já tivesse sido emitida até essa data, mas cujo recebimento ainda não tenha ocorrido.

(b) A rubrica Aquisição de investimentos inclui, essencialmente, os montantes a pagar pela compra da SIM-X – Serviço de Imagem Médica, Lda. e da Clínica CUF Almada, pelos montantes de 624 mil Euros e 2 milhões de Euros, respetivamente.

37. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 2016 | 2015 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Acréscimos de custos: | | |
| Remunerações a liquidar | 26.367.628 | 23.965.731 |
| Honorários médicos | 20.387.581 | 19.172.594 |
| Custos Financeiros | 72.798 | 92.570 |
| Acréscimos de custos Escala Braga | 3.190.437 | 2.136.374 |
| Custos operacionais (a) | 15.039.509 | 11.180.642 |
| | 65.057.952 | 56.547.910 |
| Proveitos diferidos: | | |
| Proveitos financeiros | 525.275 | 565.943 |
| Alugueres e rendas | 14.141 | 14.141 |
| Outros proveitos diferidos | 814 | 311 |
| | 540.230 | 580.395 |
| | 65.598.181 | 57.128.305 |

(a) Nesta rubrica constam os acréscimos de gastos efetuados no fecho do ano, referentes a Custos das vendas, Fornecimentos e serviços externos (Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, Seguros e Trabalhos Especializados Clínicos), Gastos com o pessoal e Outros custos operacionais.

38. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

No âmbito da política de gestão de riscos (Nota 39), foram contratados, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, um conjunto de instrumentos financeiros destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro sob a forma de *swaps* de taxas de juro, *plain vanilla*, que cobrem 100% dos montantes dos empréstimos obrigacionistas emitidos em junho de 2014 e em maio de 2015 (100 milhões de Euros). Os *swaps* contratados respeitam as características das referidas emissões de obrigações por forma a serem considerados

produtos de cobertura (mesmo indexante, mesmo período e prazos de pagamento de juros). Na data de pagamento de juros, o Grupo José de Mello Saúde recebe juros indexados à *Euribor* a 6 meses para 100% do capital das obrigações e paga juros a taxa fixa sobre o mesmo montante. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Grupo José de Mello Saúde tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

| | 2016 | | 2015 | |
|---|----------|------------------|----------|------------------|
| | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente |
| Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa | | | | |
| Swap de taxa de juro | - | 2.301.121 | - | 1.487.808 |
| Total de derivados | - | 2.301.121 | - | 1.487.808 |

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a seis contratos de *Swap* de taxa de juro contratados pelo Grupo José de Mello Saúde, com o objetivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juros.

As características dos instrumentos financeiros derivados contratados associados a operações de financiamento em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram as seguintes:

| Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa | Notional | Moeda | Objetivo económico | Maturidade | Justo valor | |
|--|--------------------|-------|---|------------|--------------------|--------------------|
| | | | | | 2016 | 2015 |
| Swap's de taxa de juro | | | | | | |
| Swap 13121-001 | 25.000.000 | Eur | Cobertura cash flow de emissão obrigacionista | jun-2019 | (403.663) | (346.194) |
| Swap 13136-001 | 12.500.000 | Eur | Cobertura cash flow de emissão obrigacionista | jun-2019 | (191.345) | (158.448) |
| Swap 13121-002 | 25.000.000 | Eur | Cobertura cash flow de emissão obrigacionista | mai-2021 | (788.611) | (454.049) |
| Swap 13137-001 | 12.500.000 | Eur | Cobertura cash flow de emissão obrigacionista | mai-2021 | (432.585) | (273.507) |
| Swap 13152-001 | 12.500.000 | Eur | Cobertura cash flow de emissão obrigacionista | mai-2021 | (334.886) | (154.873) |
| Swap 13153-001 | 12.500.000 | Eur | Cobertura cash flow de emissão obrigacionista | jun-2019 | (150.031) | (100.737) |
| | 100.000.000 | | | | (2.301.121) | (1.487.808) |

Os instrumentos financeiros derivados apresentam um notional de 100 milhões de Euros, sendo o justo valor destes instrumentos de 2.301.121 Euros em 31 de dezembro de 2016. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa.

39. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

O Grupo, à semelhança da generalidade das empresas, encontra-se exposto a um conjunto de riscos de mercado relacionados com alterações nas taxas de juro e riscos de liquidez decorrentes do seu passivo financeiro, bem como ao risco de crédito, que resultam da sua atividade operacional e de tesouraria.

Todas as operações de gestão de risco financeiro, nomeadamente as que envolvem a utilização de instrumentos financeiros derivados são submetidas à aprovação prévia do Administrador Financeiro ou da Comissão Executiva.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

▪ Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

▪ Risco de liquidez

A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez é pautada pelos seguintes objetivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- Diminuir o endividamento de curto prazo;
- Alongar a maturidade média da dívida.

Enquadrada no cumprimento dos objetivos anteriores, o Grupo procede a um acompanhamento atento dos mercados de financiamento, selecionando criteriosamente as alternativas mais eficientes.

▪ Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda. O Grupo José de Mello Saúde encontra-se sujeito a risco de crédito no que concerne às seguintes atividades:

- Atividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar;
- Atividades de financiamento.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas, procedimentos e controlos previamente estabelecidos;
- Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios de avaliação interna;
- A qualidade de crédito de cada cliente é avaliada com base em notações de crédito fornecidas por empresas especializadas externas;
- Os valores em dívida são regularmente monitorizados e os fornecimentos para os clientes mais significativos estão normalmente cobertos por garantias;
- O Grupo José de Mello Saúde tem em vigor contratos de *factoring* mediante os quais cede os créditos e em que o risco de cobrabilidade passa para a entidade de *factoring*.

O movimento nas perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 34.

Em 31 de dezembro de 2016, é entendimento do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

40. JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos ativos e passivos financeiros tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

O valor nominal deduzido de ajustamentos de crédito estimados de contas a receber e a pagar é assumido como aproximado ao seu justo valor. O justo valor dos passivos financeiros é estimado atualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados, à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

Não existem diferenças significativas entre os justos valores assim calculados e os respetivos valores contabilísticos.

41. PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre a José de Mello Saúde, S.A. ("empresa-mãe") e empresas do Grupo foram eliminadas no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as empresas associadas e outras partes relacionadas estão detalhadas abaixo:

2016

| Parte relacionada | Saldos devedores | | | Saldos credores |
|---|------------------|------------------|----------------------|------------------|
| | Clientes | Outros devedores | Obrigações (Nota 26) | Fornecedores |
| Acionistas: | | | | |
| José de Mello, SGPS, S.A. | 1.248 | 122.780 | 20.000.000 | 7.365 |
| Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | - | 1.763.018 | 18.650.000 | - |
| Outras entidades relacionadas: | | | | |
| José de Mello Participações II, SGPS, S.A. | - | - | 10.000.000 | - |
| Grupo MGI Capital | 92.590 | - | - | 1.713.597 |
| Grupo Brisa - Auto-estradas de Portugal | 21.399 | - | - | 4.182 |
| Grupo José de Mello Residências e Serviços | 43.364 | - | - | 15.450 |
| Grupo CUF | 821 | - | - | - |
| José de Mello Energia, S.A. | 13 | - | - | - |
| M Dados – Sistemas de Informação, S.A. | - | - | - | 296.895 |
| | 159.435 | 1.885.798 | 48.650.000 | 2.037.489 |

| Parte relacionada | Transações | | |
|---|--------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|
| | Vendas e prestação de serviços | Proveitos financeiros | Fornecimentos e serviços externos |
| Acionistas: | | | |
| José de Mello, SGPS, S.A. | | 7.783 | 195.360 |
| Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | | - | - |
| Outras entidades relacionadas: | | | |
| Grupo MGI Capital | 318.214 | - | 3.404.798 |
| Grupo Brisa - Auto-estradas de Portugal | 182.814 | - | 87.898 |
| José de Mello Participações II, SGPS, S.A. | - | - | - |
| Grupo José de Mello Residências e Serviços | 66.251 | - | 47.795 |
| Grupo CUF | 39.479 | - | - |
| Grupo José de Mello Imobiliária | 251 | - | - |
| M Dados – Sistemas de Informação, S.A. | - | - | 1.322.201 |
| José de Mello Energia, S.A. | 467 | - | - |
| José de Mello Serviços, Lda. | - | - | 33.722 |
| | 607.476 | - | 4.896.415 |

2015

| Parte relacionada | Saldos devedores | | | Saldos credores |
|---|------------------|------------------|----------------------|------------------|
| | Clientes | Outros devedores | Obrigações (Nota 26) | Fornecedores |
| Acionistas: | | | | |
| José de Mello, SGPS, S.A. | 834 | 4.112.780 | 20.000.000 | 3.018 |
| Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | - | 1.763.018 | 18.650.000 | - |
| Outras entidades relacionadas: | | | | |
| José de Mello Participações II, SGPS, S.A. | - | - | 23.500.000 | - |
| Grupo Efacec Capital | 86.800 | - | - | 1.946.554 |
| Grupo Brisa - Auto-estradas de Portugal | 25.496 | - | - | 62.699 |
| Grupo José de Mello Residências e Serviços | 59.446 | - | - | 49.087 |
| Grupo CUF | 121.698 | - | - | - |
| José de Mello Serviços, Lda. | - | - | - | 14.403 |
| M Dados – Sistemas de Informação, S.A. | - | - | - | 439.120 |
| | 294.274 | 5.875.798 | 62.150.000 | 2.514.881 |

| Parte relacionada | Transações | | |
|---|--------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|
| | Vendas e prestação de serviços | Proveitos financeiros | Fornecimentos e serviços externos |
| Acionistas: | | | |
| José de Mello, SGPS, S.A. | 6.893 | 181.165 | 29.361 |
| Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | - | 75.569 | - |
| Outras entidades relacionadas: | | | |
| Grupo Efacec Capital | 351.200 | - | 3.214.514 |
| Grupo Brisa - Auto-estradas de Portugal | 210.636 | - | 736.939 |
| José de Mello Participações II, SGPS, S.A. | - | 212.953 | - |
| Grupo José de Mello Residências e Serviços | 20.678 | - | 94.542 |
| Grupo CUF | 145.004 | - | - |
| Grupo José de Mello Imobiliária | 217 | - | - |
| M Dados – Sistemas de Informação, S.A. | - | - | 259.804 |
| José de Mello Energia, S.A. | 717 | - | - |
| José de Mello Serviços, Lda. | - | - | 95.654 |
| | 735.345 | 469.687 | 4.430.814 |

Os termos ou condições praticados entre as empresas do Grupo e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Remunerações aos membros do Conselho de Administração

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da José de Mello Saúde, S.A. nos exercícios de 2016 e 2015 foram de 464.676 Euros e 469.074 Euros, respetivamente.

42. PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

▪ Passivos contingentes

No decurso normal da sua atividade, o Grupo encontra-se envolvido em diversos processos. Face às naturezas dos mesmos, a expectativa existente é de que, do respetivo desfecho, não resultem quaisquer efeitos materiais em termos da atividade desenvolvida, situação patrimonial e resultados das operações.

▪ Garantias

Em 31 de dezembro de 2016, as empresas do Grupo tinham prestado perante terceiros garantias no montante de 8.076 milhares de Euros (6.875 milhares de Euros em 2015), cujo detalhe é como segue:

| | 2016 | 2015 |
|--|-----------|-----------|
| Garantias financeiras prestadas: | | |
| Carta Compromisso Fundos Próprios | 4.000.000 | 4.000.000 |
| Cumprimento de obrigações contratuais | 2.636.845 | 2.636.845 |
| Câmaras Municipais | 1.320.972 | 120.157 |
| Prestação de serviços ao SNS | 116.701 | 116.701 |
| Fornecimento de eletricidade, água e gás | 1.082 | 1.082 |

▪ Compromissos

No decurso normal da sua atividade, o Grupo assume compromissos relacionados, essencialmente, com a aquisição de equipamentos, no âmbito das operações de investimento em curso, e com a compra e venda de participações financeiras.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a empresa-mãe, José de Mello Saúde, S.A., responde solidariamente pelas obrigações das suas associadas com as quais mantém uma relação de domínio.

43. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas, e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2017, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas agendada para 28 de abril de 2017.

44. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde 31 de dezembro de 2016 até à data de aprovação de contas não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



4.3. Declaração de Conformidade do Conselho de Administração

Em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da José de Mello Saúde, S.A. ("JMS") declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais individuais e consolidadas, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas, i) foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da JMS e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; ii) expõem fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da JMS e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e iii) contêm uma descrição dos principais riscos com que a José de Mello Saúde se defronta na sua atividade.

Lisboa, 24 de março de 2017

O Conselho de Administração

Salvador Maria Guimarães José de Mello
Pedro Maria Guimarães José de Mello
João Gonçalves da Silveira
Rui Alexandre Pires Diniz
Rui Manuel Assoreira Raposo
Vasco Luís José de Mello
Inácio António da Ponte Metello de Almeida e Brito
Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães
Paulo Jorge Cleto Duarte
Luís Eduardo Brito Freixial de Goes
Vera Margarida Alves Pires Coelho
Céline Dora Judith Abecassis-Moedas
Raúl Catarino Galamba de Oliveira

4.4. Informação Sobre a Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade

a) Participações qualificadas no capital social da sociedade

| Acionista | Nº Ações | % Capital | % Direitos de Voto |
|---|-------------------|----------------|--------------------|
| José de Mello, SGPS, S.A. | 6.980.100 | 65,85% | 65,85% |
| Fundação Amélia da Silva de Mello | 439.900 | 4,15% | 4,15% |
| Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | 3.180.000 | 30,00% | 30,00% |
| Total | 10.600.000 | 100,00% | 100,00% |

b) Identificação de acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos. Não existem direitos especiais atribuídos a qualquer acionista da Sociedade.

c) Número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 14º do Regulamento da CMVM nº 5/2008.

Os membros dos órgãos de administração da Sociedade não são titulares de ações e obrigações da José de Mello Saúde S.A., não tendo realizado qualquer transação sobre estes títulos no decurso do exercício de 2016.

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da José de Mello Saúde S.A. são titulares de ações preferenciais sem direito a voto representativas do capital social do Hospital **CUF** Descobertas, S.A., subscritas na data e nos termos a seguir indicados:

| | SALDO EM 2015 | | AQUISIÇÕES | | ALIENAÇÕES | | SALDO EM 2016 |
|---|---------------|------|------------|---------|------------|---------|---------------|
| | Quantidade | DATA | Quantidade | Valor € | Quantidade | Valor € | Quantidade |
| Salvador Maria Guimarães José de Mello Hospital CUF Descobertas, S.A. | 236 | | | | | | 236 |
| Rui Manuel Assoeira Raposo Hospital CUF Descobertas, S.A. | 100 | | | | | | 100 |
| Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães Hospital CUF Descobertas, S.A. | 100 | | | | | | 100 |
| Vasco Luís José de Mello Hospital CUF Descobertas, S.A. | 100 | | | | | | 100 |
| Inácio António da Ponte Metello de Almeida e Brito Hospital CUF Descobertas, S.A. | 92 | | | | | | 92 |
| Rui Alexandre Pires Diniz Hospital CUF Descobertas, S.A. | 200 | | | | | | 200 |

d) Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial. Não existem quaisquer restrições desta natureza.

e) Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade.

Não existem, nos termos dos estatutos da José de Mello Saúde S.A., quaisquer regras especiais relativas à nomeação e substituição do órgão de administração e à alteração dos estatutos da José de Mello Saúde S.A.. Quanto a estas matérias são aplicáveis as respetivas disposições do Código das Sociedades Comerciais.

f) Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital.

Não existem, nos termos dos estatutos da José de Mello Saúde S.A., quaisquer regras especiais relativamente a poderes do órgão de administração. Quanto a estas matérias são aplicáveis as respetivas disposições do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração da José de Mello Saúde S.A. delegou numa Comissão Executiva as seguintes competências:

- i. Proceder à gestão corrente da Sociedade, podendo deliberar sobre todas as matérias relativas ao exercício da atividade da Sociedade com respeito pelo respetivo objeto social, pelas deliberações tomadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, nas matérias da competência desta última;
- ii. Elaborar e submeter ao Conselho de Administração as principais políticas do Grupo José de Mello Saúde, designadamente,

política de remunerações, política de gestão de quadros e política comercial e preços;

- iii. Elaborar e submeter ao Conselho de Administração, para aprovação, o Plano de Negócios e o Orçamento da Sociedade para o ano seguinte, bem como propor posteriores alterações;
- iv. Proceder à coordenação e acompanhamento permanente da gestão corrente das sociedades, direta ou indiretamente, participadas pela Sociedade ("Participadas") emitindo, no caso das Participadas em relação de grupo, ou seja cujo capital social é integralmente detido pela Sociedade, instruções vinculativas;
- v. Para efeitos do disposto na alínea anterior, a Comissão Executiva deverá deliberar sobre as seguintes matérias:
 - (i) Definição da estratégia e planeamento económico e financeiro das Participadas, designadamente:
 - i. abertura e/ou expansão de estabelecimentos;
 - ii. desenvolvimento de novas atividades (e.g. novas especialidades médicas) ou alteração/reorganização significativa das atividades existentes;
 - iii. celebração de acordos comerciais, convenções com seguradoras e subsistemas e protocolos de âmbito científico e académico;
 - iv. escolha dos titulares dos cargos de gestão de primeira linha, designadamente direção de produção, direção clínica e de enfermagem;
 - v. acompanhamento e supervisão de projetos relevantes através de Steering Committee.
 - (ii) Aprovação de qualquer Plano de Negócios, bem como quaisquer alterações

e atualizações ao mesmo;

- (iii) Aprovação do orçamento anual e quaisquer atualizações ao mesmo;
- (iv) Celebração de contratos relevantes, designadamente de trabalho ou prestação de serviços, assunção de responsabilidades, aquisições ou alienações de quaisquer ativos, incluindo participações noutras sociedades, sempre que o valor estimado seja superior, numa base individual, a (i) 1.000.000,00 euros (um milhão de euros) se previstos no orçamento anual, ou a (ii) 200.000,00 euros (duzentos mil euros) caso não se encontrem previstos no orçamento anual;
- (v) Empréstimos, financiamentos, obrigações, valores mobiliários representativos de dívida, papel comercial e outras formas de financiamento por terceiros, incluindo emissão de garantias ou garantias stand-by de montante superior, numa base individual, a (i) 1.000.000,00 euros (um milhão de euros) se previstos no orçamento anual ou a (ii) 200.000,00 euros (duzentos mil euros) caso não se encontrem previstos no orçamento anual;
- vi. Celebrar todos os atos e contratos inerentes à atividade da Sociedade, desde que o seu valor não ultrapasse o montante equivalente a 15.000.000,00 euros (quinze milhões de euros);
- vii. Contrair empréstimos bancários ou operações similares, conceder empréstimos acionistas e outras formas de capitalização das Participadas, desde que o montante respetivo não exceda o equivalente a 15.000.000,00 euros (quinze milhões de euros);
- viii. Efetuar operações bancárias, tais como, abrir e movimentar quaisquer contas bancárias a crédito ou a débito, sacar e endossar cheques e sacar, aceitar e endossar letras, livranças e outros títulos de crédito;
- ix. Efetuar recebimentos e pagamentos em representação da Sociedade, dar quitação e emitir os documentos contabilísticos necessários;
- x. Celebrar contratos de trabalho ou de prestação de serviços relativamente ao pessoal da Sociedade, exercer o poder disciplinar e promover, se necessário for, o despedimento de qualquer trabalhador, bem como contratar colaboradores ou peritos especializados, sempre que tal se revele necessário;
- xi. Constituir novas sociedades, bem como adquirir ou alienar participações noutras sociedades, desde que a respectiva participação não exceda o equivalente a 15.000.000,00 euros (quinze milhões de euros);
- xii. Celebrar quaisquer tipos de contratos de seguro inerentes ao exercício da atividade da Sociedade;
- xiii. Propor ao Conselho de Administração arrendamentos cujo valor anual da renda seja superior a 1.000.000,00 euros (um milhão de euros), alienação, oneração ou aquisição de bens imóveis para a Sociedade cujo valor seja superior a 15.000.000,00 euros (quinze milhões de euros);
- xiv. Proceder ao provisionamento de todos os bens móveis e equipamentos necessários ao exercício da atividade da Sociedade;
- xv. Propor ao Conselho de Administração o organigrama da Sociedade e mantê-lo informado sobre os posteriores ajustamentos que se vierem a revelar necessários;
- xvi. Constituir mandatários para representar a Sociedade na prática de atos específicos, mediante a emissão de instrumento adequado para o efeito;

- xvii. Constituir mandatários forenses para representar a Sociedade em quaisquer litígios em que esta seja parte, conferindo-lhes os poderes bastantes para confessar, desistir e transigir;
- xviii. Representar a Sociedade em juízo e em processo de arbitragem, bem como proceder à nomeação de árbitros em quaisquer litígios em que a Sociedade seja parte;
- xix. Propor os titulares dos órgãos sociais das Participadas, em cujos Conselhos de Administração deverão participar a totalidade ou parte dos membros da Comissão Executiva da Sociedade.

Os montantes indicados pressupõem prévia orçamentação das respetivas despesas e/ou responsabilidades. Tratando-se de despesas e/ou responsabilidades não orçamentadas, esses limites são reduzidos a 40% (quarenta por cento) do valor indicado.

No âmbito das competências que lhe são delegadas, a Comissão Executiva poderá definir pelouros e áreas de atuação de cada um dos seus membros, quer no que se refere à estrutura interna e funcionamento da Sociedade, quer no que se refere à coordenação e acompanhamento das suas áreas de negócio, em geral, e das empresas participadas, em particular.

g) Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

A matéria relativa aos sistemas de controlo interno e de gestão de risco existentes no grupo José de Mello Saúde encontra-se desenvolvida no ponto 4 do Relatório de Gestão.

h) Montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade, para efeitos da Lei nº 28/2009, de 19 de junho.

- i. Remuneração bruta paga pela José de Mello Saúde, S.A. aos membros do Conselho de Administração durante o exercício de 2016

| Nome | Cargo | Remuneração (euros) |
|--|--|---------------------|
| Salvador Maria Guimarães José de Mello | Presidente do CA e da Comissão Executiva | 322.671,29 |
| Pedro Maria Guimarães José de Mello | Vice-Presidente Não Executivo | - |
| João Gonçalves da Silveira | Vice-Presidente Não Executivo | - |
| Rui Alexandre Pires Diniz | Administrador Executivo | 328.092,33 |
| Rui Manuel Assoeira Raposo | Administrador Executivo | 265.149,45 |
| Vasco Luís José de Mello | Administrador Executivo | 245.917,99 |
| Inácio António da Ponte Metello de Almeida e Brito | Administrador Executivo | 241.828,29 |
| Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães | Administrador Executivo | 275.870,87 |
| Paulo Jorge Cleto Duarte | Administrador Não-Executivo | - |
| Luís Eduardo Brito Freixial de Goes | Administrador Não-Executivo | - |
| Vera Margarida Alves Pires Coelho | Administrador Não-Executivo | 26.666,64 |
| Céline Dora Judith Abecassis-Moedas | Administrador Não-Executivo | 26.666,64 |

- ii. Remuneração bruta paga pela José de Mello Saúde, S.A. aos membros do Conselho Fiscal durante o exercício de 2016
Os membros do Conselho Fiscal têm uma remuneração anual bruta de 7.500 euros para o Presidente e de 6.000 euros para os Vogais.
- iii. Remuneração bruta paga pela José de Mello Saúde, S.A. aos membros da Comissão de Vencimentos durante o exercício de 2016
Os membros do Conselho Fiscal têm uma remuneração anual bruta de 6.000 euros para o Presidente e de 4.000 euros para os Vogais.

- iv. Montante da remuneração anual paga pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas e discriminação da percentagem respeitante a cada tipo de serviços.

| Descrição | Valor (euros) |
|--|----------------|
| Valor dos serviços de revisão de contas | 150.545 |
| Valor dos serviços de garantia de fiabilidade | 11.000 |
| Valor dos serviços de consultoria fiscal | 91.625 |
| Valor de outros serviços que não revisão de contas | - |
| Total | 253.170 |

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de José de Mello Saúde, S.A. (o Grupo), que compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 502.866.271 euros e um total de capital próprio de 81.667.539 euros, incluindo um resultado líquido de 23.918.981 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de José de Mello Saúde, S.A. em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

- 1. Reconhecimento e mensuração do rédito e cumprimento dos requisitos contratuais e regulamentares de prestação pública dada a complexidade dos Contratos de Gestão das Parcerias Público-Privadas do Hospital de Braga e do Hospital de Vila Franca-de-Xira.**

| Descrição dos riscos de distorção material mais significativos | Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos |
|---|--|
| <p>As Vendas e prestações de serviços e os Outros proveitos operacionais do Grupo desagregam-se essencialmente em dois segmentos de negócio:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Prestação pública de serviços de saúde, que representa 37% do total do rédito; e▶ Prestação de serviços de saúde privada que representa 62% do total do rédito. | <p>A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu: i) uma resposta global com efeito na forma como a auditoria foi conduzida; e ii) uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Avaliação da efetividade do ambiente de controlo interno e execução de testes aos controlos e testes referentes i) à elegibilidade da produção, e ii) aos cálculos da produção com base nos pressupostos definidos nos contratos de gestão; |

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

O Grupo tem sob gestão o serviço de dois hospitais públicos: o Hospital de Braga e o Hospital de Vila Franca de Xira. A atividade e o rédito destas duas unidades são apurados de acordo com o estipulado nos Contratos de Gestão de Parceria Público-Privada, celebrados com as Administrações Regionais de Saúde, conforme especificado nas notas 2.3, 2.5 e 5 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas. A materialidade, multiplicidade e complexidade dos serviços de prestação pública prestados, aliado ao julgamento inerente à interpretação dos referidos contratos, representa um risco significativo de auditoria. O facto dos processos referentes aos anos anteriores não estarem encerrados, conforme mencionado na nota 2.3 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, acarreta uma incerteza quanto à aceitação da totalidade do montante do rédito reconhecido nesses anos e no próprio ano, conforme detalhado na nota 21 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Consequentemente, a recuperabilidade dos saldos referentes ao Hospital de Braga (30.702 milhares de euros) e ao Hospital de Vila Franca de Xira (13.298 milhares de euros) encontra-se dependente do sucesso do processo de encerramento de cada um dos referidos anos junto das respetivas Administrações Regionais de Saúde.

O processo de reconhecimento e mensuração da receita da prestação pública envolve por isso, um julgamento significativo do Órgão de Gestão conforme divulgado na Nota 2.3 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, no que diz respeito, em particular, à determinação da produção elegível e sua mensuração.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- ▶ Execução de procedimentos de revisão analítica para todas as subcontas das rubricas de Vendas e Prestações de Serviços, incluindo análise das variações significativas face ao ano anterior e face às expectativas e à atividade contratada/ orçamentada recorrendo à utilização de ferramentas de análise de dados (*analytics*);
- ▶ Execução de testes de detalhe para validação de cumprimento contratual e de elegibilidade das várias rubricas de Prestação de Serviços referentes à produção não faturada e aos acréscimos de proveitos, respetivamente, incluindo o recálculo dos proveitos do exercício com base na produção anual real, tendo em conta as regras dos diferentes escalões, comparativamente com a produção contratada;
- ▶ Análise da correspondência/ comunicações disponíveis, entre o Hospital de Braga e o Hospital de Vila Franca de Xira e as Administrações Regionais de Saúde relativamente aos assuntos que se encontram ainda em conferência relativos aos anos em aberto;
- ▶ Análise dos relatórios trimestrais emitidos por uma entidade independente sobre a Monitorização e Avaliação de Resultados de Natureza Assistencial, que incluem o recálculo dos parâmetros de desempenho de resultados e dos parâmetros de desempenho de serviço. Recalculo das penalidades decorrentes desses mesmos parâmetros;
- ▶ Análise retrospectiva dos fechos de contratos dos anos anteriores, para verificação do tratamento acordado entre o Hospital de Braga e o Hospital de Vila Franca de Xira e as Administrações Regionais de Saúde para as situações de produção não elegível e análise da sua coerência no processo de apuramento do rédito dos anos que ainda se encontram em aberto.

A nossa abordagem incluiu também a análise das divulgações incluídas nas Notas 2.3, 2.5, 5 e 21 das Demonstrações Financeiras Consolidadas, de forma a garantir que as mesmas respeitam as disposições das normas contabilísticas aplicáveis.

2. Reconhecimento e mensuração do rédito de prestação privada dado o elevado volume de transações resultante de um leque de serviços diversificados e complexos prestados em diversas unidades de saúde.

| Descrição dos riscos de distorção material mais significativos | Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos |
|--|--|
| <p>Conforme referido na Matéria Relevante de Auditoria anterior, o rédito consolidado proveniente da prestação de serviços de saúde privada respeita a um volume de transações muito significativo, referente a diversas unidades de saúde que prestam um leque diversificado de serviços. A especificidade e complexidade de alguns dos serviços prestados e a multiplicidade de acordos existentes com seguradoras e subsistemas de saúde elevam significativamente o risco de existirem serviços prestados e não registados ou incorretamente mensurados.</p> | <p>A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu: i) uma resposta global com efeito na forma como a auditoria foi conduzida; e ii) uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Avaliação da efetividade do ambiente de controlo interno e execução de testes aos controlos que se referem ao reconhecimento do rédito; ▶ Execução da conciliação entre o sistema operacional de faturação e o registo do rédito na contabilidade; ▶ Execução de procedimentos de revisão analítica para todas as subcontas das rubricas de Vendas e prestações de serviços, incluindo análise das variações significativas face ao ano anterior e face às expetativas e à atividade contratada/ orçamentada recorrendo à utilização de ferramentas de análise de dados (<i>analytics</i>); ▶ Validação do montante registado em acréscimo de faturação, em 31 de Dezembro de 2016, através da análise substantiva dos processos que originaram o diferimento da faturação, bem como a sua posterior regularização após o encerramento das contas; ▶ Execução de procedimentos de análise de dados (<i>analytics</i>) para validar a correlação das transações registadas i) nas rubricas de Vendas e prestações de serviços com as de Clientes e ii) entre as contas de Clientes e Bancos/ caixa (recebimentos), ocorridas de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016; <p>A nossa abordagem incluiu também a análise das divulgações incluídas nas Notas 2.5, 5 e 21 das Demonstrações Financeiras Consolidadas, de forma a garantir que as mesmas respeitam as disposições das normas contabilísticas aplicáveis.</p> |

3. Imparidade do Goodwill

| Descrição dos riscos de distorção material mais significativos | Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos |
|---|--|
| <p>O montante registado na rubrica de Goodwill, a 31 de dezembro de 2016, ascende a 33.366 milhares de euros e resulta das aquisições divulgadas na nota 15 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.</p> <p>Anualmente deve ser realizado um teste de imparidade deste ativo, o que acarreta um elevado nível de subjetividade inerente (i) aos pressupostos assumidos pelo Órgão de Gestão no plano de negócios associado a cada Unidade</p> | <p>Avaliámos os pressupostos utilizados nos modelos de teste de imparidade aprovados pelo Órgão de Gestão, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento na perpetuidade e as análises de sensibilidade, apoiados por especialistas internos em avaliações de negócios.</p> <p>Analisámos a consistência dos pressupostos usados na construção do plano de negócios face a anos anteriores e face a dados históricos.</p> <p>Validámos os cálculos aritméticos do modelo utilizado.</p> <p>Verificámos a análise de sensibilidade do teste de imparidade às unidades</p> |

| Descrição dos riscos de distorção material mais significativos | Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos |
|--|--|
| <p>geradora de caixa, bem como (ii) aos restantes pressupostos na determinação do valor de uso utilizados no modelo de teste de imparidade pelo método dos fluxos de caixa descontados, nomeadamente sobre as taxas de desconto e de crescimento da atividade, incluindo na perpetuidade, conforme especificado na nota 15 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Consequentemente, a eventual imparidade do Goodwill foi considerada uma matéria relevante porque o montante escriturado deste ativo é significativo e porque o processo de avaliação da imparidade é complexo.</p> | <p>geradoras de caixa, de modo a garantir que as divulgações incluídas na nota 15 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, refletem os resultados dos testes de imparidade efetuados.</p> <p>Verificámos os requisitos de divulgações aplicáveis (IAS 36), conforme Notas 2.3, 2.4.b) e 15 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.</p> |

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário (Informação sobre a estrutura acionista, organização e governo da sociedade) inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos eleitos auditores de José de Mello Saúde, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 11 de outubro de 2007 para um mandato compreendido entre 2007 e 2009. Fomos eleitos na assembleia geral de acionistas realizada em 29 de abril de 2016 para um quarto mandato compreendido entre 2016 e 2018.
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 31 de março de 2017.
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 10 de abril de 2017

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:

Luís Miguel Gonçalves Rosado - ROC nº 1607
Registado na CMVM com o nº 20161217

4.6. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal para 2016

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários vem o Conselho Fiscal da José de Mello Saúde S.A., com sede em Av. do Forte, nº 3 - Edifício Suécia III, Piso .2, .2790-073 Carnaxide, apresentar o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório de gestão e as contas consolidadas apresentados pela Administração em relação ao exercício findo em 31 dezembro 2016.

1. Procedemos, nos termos legais e estatutários:

- à aprovação do Plano de atividades para 2016;
- à fiscalização dos atos da Administração, através de reuniões com a direção de auditoria interna, a direção financeira, a direção de planeamento estratégico, controlo de gestão e inovação, direção de sistemas de informação e a direção de desenvolvimento organizacional e qualidade, tendo obtido os esclarecimentos e conforto considerados necessários;
- à verificação da observância da lei e do cumprimento do contrato da sociedade;
- à avaliação sobre se as políticas contabilísticas e critérios de valorimetria/mensuração adotados pela sociedade estão de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, e conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- à avaliação da eficácia do sistema de controlo interno implementado pela Administração;
- à fiscalização do processo de preparação e divulgação da informação financeira;

- à verificação da exatidão da Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2016;
 - à apreciação do Relatório de Gestão emitido pela Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele inserta;
 - à apreciação do trabalho realizado pelo Revisor Oficial de Contas conducente à revisão legal e a serviços adicionais;
- à verificação dos termos da Certificação Legal das Contas, o Relatório de Auditoria e o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização, emitidos pela Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., tendo concluído que o seu conteúdo merece o nosso acordo.

2. Do trabalho que realizamos entendemos destacar o seguinte:

- o ano de 2016 apresentou-se muito difícil e complexo como resultado da decisão da entidade pública contratante das Parcerias Público-Privadas de por fim aos Programas Verticais do HIV e da Esclerosa Múltipla no Hospital de Braga, com um impacto direto nos Resultados de 7.5 milhões de euros. A Gestão, através de programas articulados e focados, conseguiu aumentar a eficiência dos processos internos o que levou a uma redução de custos muito elevada o que permitiu anular os efeitos negativos mencionados. Para além disso, conseguiu recuperar 3 feriados revertidos com o valor estimado de 1.5 milhões de euros, contribuindo, este esforço global, para um Resultado Líquido superior em 8,9% relativamente ao ano anterior;
- salientamos o crescimento do balanço da Sociedade que ultrapassou os 502 milhões de Euros em grande parte devido à sua estratégia de crescimento. Face a 2015, a dívida bruta aumentou 7,5 milhões de euros e a dívida líquida 26,3 milhões de euros, o que se justifica

integralmente pela política de investimento em novas unidades. O rácio de alavancagem financeira, nomeadamente o D/EBITDA, cresceu para 2,3x (2,0x em 2015). Mesmo tendo-se verificado um incremento no capital próprio, os rácios de autonomia financeira e solvabilidade registaram pequenas reduções, refletindo o esforço de investimento em novas unidades realizado durante o ano.

3. A ação fiscalizadora desenvolvida permite-nos concluir que:

- os atos da Administração do nosso conhecimento salvaguardam o cumprimento da lei e do contrato da sociedade; não tomamos conhecimento de situações que possam pôr em causa a adequação e eficácia do sistema de controlo interno implementado pela Administração no controlo dos riscos a que a sociedade está exposta;
- a contabilidade e as contas satisfazem as disposições legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis, refletem a atividade desenvolvida e conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados da sociedade;
- o Relatório de Gestão é concordante com as contas apresentadas e expõe com fidelidade a evolução da atividade e dos negócios no exercício;
- o Relatório divulgado inclui os elementos referidos no artigo 245º-A do Código de Valores Mobiliários sobre a estrutura e práticas do governo societário;
- a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2016, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;
- a auditoria às demonstrações financeiras realizada pelo Revisor Oficial de Contas foi adequada às circunstâncias, e os serviços

adicionais não comprometeram a sua independência;

- a proposta de aplicação de resultados é adequada e encontra-se devidamente fundamentada.

4. Podemos assim declarar:

- a nossa concordância com o teor da Certificação legal das Contas emitidas pelo Revisor Oficial de Contas;
- a nossa concordância com o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2016 apresentadas pelo Conselho de Administração;
- que tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação financeira divulgada foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da sociedade, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

5. Nesta conformidade, tendo em conta as ações levadas a cabo, somos de parecer que:

- sejam aprovados o Relatório de Gestão consolidado e as contas consolidadas do exercício de 2016 apresentados pelo Conselho de Administração.

Finalmente desejamos agradecer à Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Sociedade com quem contactámos, toda a colaboração recebida no desempenho das funções.

Lisboa, 11 de Abril de 2017

O Conselho Fiscal

José Manuel Gonçalves de Morais Cabral
(Presidente)

João Filipe de Moura-Braz Corrêa da Silva
(Vogal)

José Luís Bonifácio Lopes
(Vogal)

4.7. Declaração de Conformidade do Conselho Fiscal

Em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal da José de Mello Saúde, S.A. ("JMS") declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais consolidadas, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas, i) foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da JMS e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; ii) expõem fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da JMS e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e iii) contêm uma descrição dos principais riscos com que a JMS se defronta na sua atividade.

Lisboa, 11 de Abril de 2017

O Conselho Fiscal

José Manuel Gonçalves de Morais Cabral
(Presidente)

João Filipe de Moura-Braz Corrêa da Silva
(Vogal)

José Luís Bonifácio Lopes
(Vogal)



JOSÉ DE MELLO · SAÚDE